

PROMESTRE
MESTRADO PROFISSIONAL
EDUCAÇÃO E DOCÊNCIA

U F *m* G

FaE
Faculdade de Educação

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO E DOCÊNCIA

Janaína Andressa Dias Salomé

NARRATIVAS DE MULHERES DO CONJUNTO MARIQUINHAS:
um estudo sobre a luta pelo direito à moradia e à educação

Belo Horizonte

2023

Janaína Andressa Dias Salomé

NARRATIVAS DE MULHERES DO CONJUNTO MARIQUINHAS:

um estudo sobre a luta pelo direito à moradia e à educação

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa Mestrado Profissional Educação e Docência, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito final para a obtenção do título de mestre em Educação. Orientador: Prof. Dr. Heli Sabino de Oliveira

Belo Horizonte

2023

S173n T	<p>Salomé, Janaína Andressa Dias, 1977- Narrativas de mulheres do Conjunto Mariquinhas [manuscrito] : um estudo sobre a luta pelo direito à moradia e à educação / Janaína Andressa Dias Salomé. -- Belo Horizonte, 2023. 127 f. : enc, il., color.</p> <p>Dissertação -- (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação. [Inclui caderno pedagógico com sequência didática, com o título: "o conjunto mariquinhas e suas memórias: narrativas de mulheres em diálogo com a eja". págs. 102-127. Orientador: Heli Sabino de Oliveira. Bibliografia: f. 96-101.</p> <p>1. Educação -- Teses. 2. Educação -- Aspectos sociais -- Teses. 3. Educação de adultos -- Teses. 4. Educação feminina -- Teses. 5. Negras -- Educação -- Teses. 6. Mulheres -- Narrativas pessoais -- Teses. 7. Estudantes negras -- Narrativas pessoais -- Teses. 8. Direito à moradia -- Teses. 9. Direito à educação -- Teses. 10. Segregação na educação -- Teses. 11. Sociologia educacional -- Teses. 12. Movimentos sociais urbanos -- Belo Horizonte (MG) -- Teses. 13. Belo Horizonte (MG) -- Educação de adultos -- Teses. 14. Belo Horizonte (MG) -- Ocupações -- Aspectos educacionais -- Teses. I. Título. II. Oliveira, Heli Sabino de, 1970-. III. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.</p>
------------	--

CDD- 374



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROMESTRE - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E DOCÊNCIA/MP

FOLHA DE APROVAÇÃO

NARRATIVAS DE MULHERES DO CONJUNTO MARIQUINHAS: UM ESTUDO SOBRE A LUTA PELO DIREITO À MORADIA E À EDUCAÇÃO

JANAÍNA ANDRESSA DIAS SALOMÉ

Dissertação submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Educação e Docência/Mestrado Profissional, como requisito para obtenção do grau de Mestre em EDUCAÇÃO E DOCÊNCIA, área de concentração ENSINO E APRENDIZAGEM.

Aprovada, em 13 de dezembro de 2023, pela Comissão Examinadora constituída por:

Prof. Heli Sabino de Oliveira
Universidade Federal de Minas Gerais

Prof. Walesson Gomes da Silva
Universidade do Estado de Minas Gerais

Prof. Agnez de Lélis Saraiva
Fundação João Pinheiro

https://sei.ufmg.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=3068107&infra_sistema=100000100&infra_unidade_atual=110000271&infra_hash=6705fcc4... 1/2

Belo Horizonte, 13 de dezembro de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Heli Sabino de Oliveira, Professor do Magistério Superior**, em 27/02/2024, às 08:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Walesson Gomes da Silva, Usuário Externo**, em 27/02/2024, às 11:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Claudia Starling Bosco, Coordenador(a) de curso**, em 28/02/2024, às 15:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2841621** e o código CRC **BB0E4297**.

Dedico esta pesquisa à minha mãe, mulher de sonhos e coragem. Sem você nada disso seria possível. Dedico também ao meu irmão Jonathas (*in memoriam*) cúmplices dos sonhos, um amigo companheiro que sempre torceu pela minha realização.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente, a Deus, à fé que me sustenta e que alimenta em mim entender o privilégio de receber diariamente muitas dádivas.

À minha mãe, Maria Antônia, minha grande parceira incondicional por sempre se dedicar, acreditar nos seus filhos e compartilhar sua esperança na educação.

Aos meus amados irmãos, Jean, Jaquiano e Jonathas, que caminham juntos e vibram a cada conquista.

Aos inúmeros amigos e amigas. Justo, para agradecê-los, seria nomeá-los. Como não é possível registro, de forma geral: Eloíza, Silvana, Pedro, Adriane, Cibele, Regina. Pessoas que se fizeram presentes nos momentos de ausências e souberam viver o momento da presença com a intensidade na medida certa.

Ao meu orientador Heli Sabino, pela oportunidade, confiança, por partilhar o seu saber e me proporcionar um novo olhar para educação a partir de novos referenciais, que fizeram com que eu crescesse pessoal e intelectualmente.

Aos professores Drs, Walleson Gomes e Agnez Saraiva pela disponibilidade e generosidade em compartilhar conhecimentos.

Aos colegas da rede pública de educação do município de Contagem e Belo Horizonte, em especial Escola Municipal Sônia Braga da Cruz Ribeiro Silva e Escola Municipal Jardim Leblon pelas amizades e incentivo.

Aos companheiros que fizeram parte da nossa militância no MR8, carinhosamente às companheiras Eliana Silva, Inês Alckmin, Sandra Lima (*in memoriam*), pessoas que nos acolheram durante a nossa infância e ensinaram que a dignidade é um direito a todos e todas.

As mulheres do Conjunto Mariquinhas, colaboradoras generosas, pessoas imprescindíveis para que essa história acontecesse. Muita força vi nessas mulheres.

As Professoras Mestras Carolina Gesner, Juliana Vieira e seu esposo Professor Mestre Moacir Fagundes, pessoas que ergueram minhas forças e tornaram o caminho suave, diante das dificuldades do trajeto de escrita.

As sobrinhas Letícia, Beatriz e Bernardo, pelo carinho e compreensão durante a realização do mestrado. Vocês alegram a minha vida.

Agradeço a todos que contribuíram para que o Mestrado se tornasse uma realidade.

“[...] não tem tempo ruim com nós, não. As mulheres daqui... as mulheres do acampamento...as mães faziam massa e carregava nas costas...levava nas costas. Foi levantando parede...levantando parede...[...] quando eu assustei, já ia cobrir a escola com as telhas amianto. [...]” Depoimento de Irene, a construção da escola no Conjunto Mariquinhas

RESUMO

O presente trabalho trata do direito à Educação Pública, sobretudo, a efetivação da EJA a partir das narrativas de mulheres negras periféricas na década de 1990, na Regional Norte de Belo Horizonte. Trata-se, pois de pessoas que participaram do processo de construção do Conjunto Mariquinhas. A temática focalizada neste estudo busca compreender os percursos e percalços vividos por elas durante suas lutas pela conquista de direito social, especialmente pela Educação Pública relacionados ao processo de espraiamento da capital mineira por meio da memória de mulheres empobrecidas inseridas em processos educativos desencadeados por movimentos coletivos em luta por justiça social e dignidade humana. Há, por um lado, estudos, como o de Oliveira (2019, 2024) e Valério (2022), que têm comprovado que o processo de periferização oriundo da fundação da capital Belo Horizonte evidencia as desigualdades de território e colabora para a negligência do direito à escolarização de pessoas adultas. Por outro lado, existem autores como França (2019) e Parreira (2022) que enfatizam que, a despeito de haver um projeto histórico de segregação de pessoas das camadas populares, as narrativas de resistências fortalece a construção de sujeitos resilientes e comprometidos com a transformação social. Tendo como base os pressupostos da pesquisa qualitativa, o presente estudo buscou, por meio de entrevista narrativa de situações do cotidiano de quatro mulheres negras que fizeram parte de um movimento social de reivindicação por moradia, durante meses, elas estiveram acampadas no pátio da Igreja São José, na área central da capital mineira. As narrativas das mulheres nos permitem inferir que a memória social pode ser ressignificada e contribuir para construção de um processo de escolarização de pessoas adultas e voltadas para a elaboração de políticas públicas direcionadas à efetivação da EJA. Diante disso, pode-se dizer que as experiências do coletivo de mulheres do Conjunto Mariquinhas nos ensinam que é possível realizar um exercício reflexivo da prática docente a partir de experiências que revelam o empoderamento de pessoas marginalizadas e estimulando, assim, a construção de uma educação como prática de liberdade.

Palavras-chave: Narrativas, Mulheres, Educação

ABSTRACT

This paper emphasizes the right to Public Education, specifically focusing on the implementation of Adult and Youth Education (EJA). It draws upon the narratives of marginalized black women who, during the 1990s in the Northern Region of Belo Horizonte, actively participated in the construction process of the Mariquinhas Housing Complex. The study aims to comprehend the trajectories and challenges associated with the social right to Public Education within the context of the urban expansion of the capital city of Minas Gerais. This understanding is gleaned through the memories of impoverished women involved in educational processes instigated by collective movements advocating for social justice and human dignity. Various studies, including those by Oliveira (2019, 2024) and Valério (2022), have underscored that the process of urban peripheralization stemming from the foundation of Belo Horizonte accentuates territorial inequalities and contributes to the oversight of educational rights for adults. Conversely, scholars like França (2019) and Parreira (2022) counteract the historical project of subject segregation through narratives of resistance manifested in pedagogical practices that empower cultural subjects in the EJA process. Throughout this exposition, qualitative research methodology is employed, specifically through narrative interviews. These interviews serve as a valuable tool for documenting the daily lives of four black women who actively participated in a social movement advocating for housing rights. Consequently, they camped for months in the courtyard of São José Church in the central area of the capital city. The women's narratives underscore that social memory not only redefines the education of adults but also informs the development of public policies aimed at implementing EJA. In conclusion, through the revisiting of memories and consideration of stories, the experiences of the Mariquinhas Housing Complex women's collective impart the lesson that engaging in reflective teaching practices, based on experiences revealing the empowerment of marginalized individuals, can foster education as a practice for freedom.

Key-words: narrative, women, education

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Sala de aula na escola construída pelos moradores do Conjunto Mariquinhas	15
Figura 2- Mulheres acampadas no pátio da Igreja São José em agosto de 1991.....	19
Figura 3- Avenida do Contorno- Planta Geral	30
Figura 4- Praça Raul Soares e Favela Pindura Saia (1960).....	32
Figura 5- Obra “Deus é mãe”	34
Figura 6- Sala de aula construída pelo movimento do Mariquinhas	40
Figura 7- Festa na creche fundada pelos moradores no período de construção das casas	41
Figura 8- Famílias na Ocupação Mariquinhas.....	44
Figura 9- Fragmentos do livro Escrituras Bordadas: trabalho realizado pela AMAS com as mulheres bordadeiras do Mariquinhas.....	46
Figura 10- Abastecimento de água durante a ocupação da Fazenda Marzagânia	70
Figura 11- Relatos de abandono e descaso com as famílias da ocupação no território da Fazenda Marzagânia	72
Figura 12- Extensão territorial do Mariquinhas	77
Figura 13- Moradias do Movimento de Ocupação no Conjunto Mariquinhas.....	80
Figura 14- Reportagem com as mulheres bordadeiras	82
Figura 15- DIEESE: BRASIL (2022)	87

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Das entrevistas realizadas	57
---	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Tempo médio de estudo.....	38
---	----

LISTAS DE SIGLAS E ABREVIATURAS

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MR8 – Movimento Revolucionário Oito de Outubro

UCMG – União Colegial de Minas Gerais

FMM – Federação Mineira de Mulheres

CMB – Confederação das Mulheres do Brasil

CONFINTEA – Conferência Internacional de Educação de Adulto

EJA – Educação de Jovens e Adultos

LASEB – Curso especialização *lato sensu* em Educação Básica

MEC – Ministério da Educação e Cultura

COHAB – Companhia Urbanizadora de Habitação de Belo Horizonte

URBEL – Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte

AMAS – Associação Municipal de Assistência Social

UMEI – Unidade Municipal de Educação Infantil

EMEI-MAR – Escola Municipal de Educação Infantil

EMAVM – Escola Municipal Acadêmico Vivaldi Moreira

LDEBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
AS OCUPAÇÕES URBANAS E SUAS PEDAGOGIAS: DA LUTA PELA MORADIA À LUTA PELA EDUCAÇÃO DE PESSOAS ADULTAS.....	12
EXPERIÊNCIAS EMANCIPATÓRIAS E A MINHA PRÁTICA PEDAGÓGICA.....	21
CAPÍTULO 01	24
BELO HORIZONTE, UMA CAPITAL PLANEJADA E A LUTA PELA MORADIA POPULAR.....	24
1.1 BELO HORIZONTE E SUAS BARREIRAS FÍSICAS E SIMBÓLICAS.....	25
1.2 MARIQUINHAS, ALFABETIZAÇÃO DE MULHERES E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A PAUTA DA EJA.....	35
CAPÍTULO 02	48
ITINERÁRIO DE PESQUISA: FUNDAMENTOS TEÓRICOS CONCEITUAIS E SUJEITOS.....	48
ENTREVISTA I - IRENE.....	54
ENTREVISTA II - ANITA.....	55
ENTREVISTA III – ROSINHA.....	55
ENTREVISTA IV - TÂNIA.....	56
CAPÍTULO 03	58
O CRESCIMENTO DA CIDADE E AS MULHERES NOS MOVIMENTOS DE OCUPAÇÃO PELA MORADIA .	58
3.1 AS MEMÓRIAS: PRESSUPOSTOS SUBJETIVOS PARA A PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO LIBERTADORA.....	62
3.2 A CONSTRUÇÃO DO CONJUNTO MARIQUINHAS E A EDUCAÇÃO BÁSICA: TODOS PELA EDUCAÇÃO, REFERÊNCIAS SIGNIFICATIVAS QUE PROMOVERAM A MODALIDADE EJA.....	76
CAPÍTULO 04	90
RECURSO PEDAGÓGICO.....	90
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	93
REFERÊNCIAS	96

INTRODUÇÃO

As Ocupações Urbanas e suas pedagogias: da luta pela moradia à luta pela educação de pessoas adultas

Diferente de Bibiana, que falava em ser professora, eu gostava mesmo era da roça, da cozinha, de fazer azeite e de despolpar o buriti. Não me atraía a matemática, muito menos as letras de dona Lourdes. Não me interessava por suas aulas em que contava a história do Brasil, em que falava da mistura entre índios, negros e brancos, de como éramos felizes, de como nosso país era abençoado. Não aprendi uma linha do Hino Nacional, não me serviria, porque eu mesma não posso cantar. Muitas crianças também não aprenderam, pude perceber, estavam com a cabeça na comida ou na diversão que estavam perdendo na beira do rio, para ouvir aquelas histórias fantasiosas e enfadonhas sobre os heróis bandeirantes, depois os militares, as heranças dos portugueses e outros assuntos que não nos diziam muita coisa. (VIEIRA JUNIOR, 2019, p.97)

Esta dissertação tem como objetivo compreender, por meio de narrativas de mulheres negras periféricas, como se deu o processo de formação do Conjunto Mariquinhas, na Regional Norte de Belo Horizonte, no início da década de 1990. Para tal, tem como eixo suas lutas pelo direito à moradia, transporte público, saneamento básico e, sobretudo, educação. O presente estudo evidencia memórias de mulheres que tiveram um papel ativo e decisivo no processo de espraiamento da capital mineira, bem como o lugar estratégico da alfabetização de pessoas adultas na luta empreendida por elas por justiça social e dignidade humana.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é concebida, neste trabalho, como uma modalidade educativa capaz de abrigar, em seu projeto político pedagógico, a memória de mulheres que lutaram pelo direito à cidade, contestando a ausência de políticas públicas em áreas segregadas racial e socialmente.

Para compreender melhor a reivindicação da moradia em um movimento coletivo de mulheres empobrecidas e seus impactos para a garantia do direito à educação, Babetto, Silva e Candido (2023, p.72) salientam que:

Todavia, sabemos que educação e a EJA como direito não germinaram de modo espontâneo, senão pela luta popular por direitos e por medidas de reparação histórica aos que tiveram seus direitos negados. Desse modo, a configuração da Educação de Jovens e Adultos como política de Estado e não como campanha transitória de governo, realizou-se, antes de tudo, pela insurgência e demanda popular.

A Educação de Jovens e Adultos, na perspectiva da Educação Popular, traz em seu currículo o caráter emancipatório da escola, uma vez que os estudantes são inseridos em um processo pedagógico que envolve direitos sociais e a implantação de políticas públicas que dizem das experiências de um coletivo. Como instrumento reflexivo, oportuniza aos sujeitos históricos ressignificarem sua existência.

Assim, a Educação de Jovens e Adultos, entendida como uma prática de Educação popular (EP), de concepção dialógica e com o compromisso de promover o protagonismo de sujeitos, é definida por Souza, Costa e Sousa (2023, p.30) como um espaço de problematização da representação do social. Os autores afirmam que:

as lutas coletivas das organizações e movimentos sociais são maneiras e locais de educar, para modificar a realidade até o outro mundo possível. Portanto, podemos definir a EP como uma teoria de conhecimento referenciada na realidade, com metodologias incentivadoras à participação e ao empoderamento das pessoas, permeada por uma base política estimuladora de transformações sociais e orientada por anseios humanos de liberdade, justiça, igualdade e felicidade (SOUZA; COSTA, SOUSA, 2023, p.30).

Por isso, esta dissertação, na perspectiva de fomentar práticas pedagógicas voltadas para a Educação Popular, pretende evidenciar grupos que, na luta por moradia, passaram a acampar no átrio da Igreja São José,¹ no centro de Belo Horizonte.

Como parte da realidade social de pessoas vulnerabilizadas que residem nas diferentes regionais de Belo Horizonte, este estudo passa a compor as pesquisas recentes, realizadas pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais que tratam desse processo, destacando a importância dos movimentos sociais. Oliveira (2021), juntamente com professores da Educação de Jovens e Adultos da Rede Municipal de Belo Horizonte, organizou materiais pedagógicos para a EJA. Esses materiais abordam duas temáticas centrais para o nosso trabalho: o direito à cidade e o direito à memória. No caderno 02, *EJA e Cidade: direito à memória*, propõe-se como pedagogia da periferia uma abordagem escolar que busca transformar o estigma de se residir em áreas segregadas em emblema. Ou seja, em vez de o território onde o estudante reside ser caracterizado como fonte de vergonha, busca-se conhecer e construir uma imagem positiva do espaço, visto como fonte de orgulho e resistência.

Em outras palavras, a periferia, por meio de estudo da história local, torna-se num símbolo de luta, de força e poder. Seus estudantes são identificados como descendentes de pessoas que lutaram pelo direito à cidade.

¹ A igreja São José, construída em 1902, em estilo eclético de influência neogótica está localizada no centro de Belo Horizonte, em Minas Gerais.

Sobre repensar o direito à cidade e os conflitos oriundos da hierarquização de sujeitos, Oliveira (2020, p.24) descreve que:

Esses problemas não incomodam “enquanto estão em seu justo lugar”: as áreas periféricas dos centros urbanos. A “ordem” começa a ser quebrada quando esses elementos indesejáveis se aproximam dos ditos bairros elegantes e luxuosos dos centros urbanos ou, de alguma maneira, atingem pessoas socialmente abastadas. Assim, podemos afirmar que o conceito de “periferia” está intimamente relacionado à tentativa de ordenar o espaço geográfico, fixando as posições de sujeito nos territórios urbanos dos grandes centros brasileiros (OLIVEIRA, 2020, p.24).

Um exemplo citado no referido material é a história local desenvolvida no bairro Confisco, relatada por Moacir Fagundes. O aludido professor aborda, a partir dos preceitos da história local, a formação do referido bairro, localizado entre as fronteiras do município de Belo Horizonte e Contagem. Assim, como no caso das entrevistadas, nos depoimentos das mulheres fundadoras do bairro Confisco que estiveram à frente da luta por moradia, observa-se a importância da ocupação da Igreja São José, em Belo Horizonte, para pressionar o poder público da época.

No mesmo material, os professores Sant Clair Marques da Silva e Márcio Lima apresentam depoimentos de pessoas que residem nos bairros Jardim Felicidade e Novo Aarão Reis. Tal como ocorrera com a formação do bairro Confisco, estes bairros também resultam de lutas por moradia que tiveram origem na ocupação da Igreja São José. Parreira (2022), ao examinar tais processos, enfatiza como a luta por moradia e por educação escolar tiveram um papel fundamental na construção de práticas democráticas e cidadãs de pessoas periféricas.

Em outro estudo, Valério (2022, p.53) examina especificamente a formação da Vila Santa Rita, na Regional Barreiro, destacando a importância que a ocupação da Igreja São José teve na consolidação do processo de espraiamento de Belo Horizonte.

O Prefeito da época, Sérgio Ferrara (PMDB, 1986-1989), por meio do Programa de Habitação Popular designou essas famílias para locais diferentes dentro do município. Além do Jatobá (atual Vila Santa Rita), o Programa na época construiu conjuntos habitacionais no Jardim Felicidade (Regional Norte), Conjunto Taquaril (Regional Leste), Conjunto Minas Caixa (Regional Venda Nova), Conjunto Paulo VI (Regional Nordeste) e Conjunto Confisco (Regional Pampulha) (VALÉRIO, 2022, p. 53).

Cumprido destacar que o processo de espraiamento da capital mineira permaneceu nos anos posteriores ao abordado pela autora, Valério (2022), tendo a ocupação da Igreja São José como ponto de referência.

O Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR8)² teve, nesse processo, um papel central, possibilitando que, no ano de 1991, mulheres filiadas ao movimento participassem, de forma ativa, da ocupação pela moradia na Fazenda Mariquinhas³.

Conforme as informações apresentadas pelo *site Favela É Isso Aí*⁴, as famílias que ocuparam a Fazenda Mariquinhas, viveram durante os dois primeiros anos, debaixo de lonas. As construções de moradias de alvenaria iniciaram apenas no ano de 1993, através de convênio firmado entre o governo estadual e a Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais (COHAB) por parte da política municipal de incentivo para compra de material de construção. Assim, algumas famílias saem do improvisado da moradia em barracas de lonas e começam a construção definitiva de casa de alvenaria.

Neste contexto, esta dissertação se debruça sobre as questões que dizem respeito às narrativas de eventos do cotidiano do movimento de moradia e suas implicações na Educação Pública. A reportagem a seguir refere-se à construção provisória de sala aula no Conjunto Mariquinhas.

Figura 1- Sala de aula na escola construída pelos moradores do Conjunto Mariquinhas



Fonte: arquivo particular.

A epígrafe, que abre o presente projeto de pesquisa, é extraída do romance *Torto Arado*,

² Movimento Revolucionário 8 de Outubro surgiu em 1964 Foi uma organização política que participou da luta armada contra a ditadura militar brasileira. Parcela expressiva de seus membros ajudaram a fundar o Partido Pátria Livre em 2009, e permaneceram atuando juntos até a incorporação ao Partido Comunista do Brasil (PC do B), em 2019. Vários dos seus ex-dirigentes e integrantes continuam fazendo parte do Comitê Central do PC do B.

³ A Fazenda Mariquinhas, no bairro Juliana, recebeu esse nome pelo fato de se tratar do antigo terreno onde residiam três irmãs.

⁴ Verificar em: <<https://www.favelaeissoai.com.br/comunidades/conjunto-mariquinhas/>>. Acesso realizado em: 02 dez. 2023.

de Itamar Vieira Junior, e descreve a memória de uma das personagens, Belonisia, que enfatiza os perigos de um ensino desvinculado das práticas sociais, que não dialoga com sujeitos quilombolas. Mesmo em áreas urbanas, classificadas socialmente como periféricas, há também uma necessidade de se considerar histórias, experiências e práticas sociais dos sujeitos aos quais se destina esse fazer pedagógico.

Portanto, esta pesquisa tem como objeto fundante, compreender a luta pela garantia do direito social à moradia a partir das narrativas de mulheres periféricas que, na década de 1990, expressaram-se como protagonistas e na busca por direitos sociais, fomentaram a EJA.

Diante do exposto até o momento, expressa-se que uma pesquisa que toma como referência as lutas de mulheres socialmente invisibilizadas possa contribuir para construção de uma concepção de história na qual pessoas comuns possam se ver como sujeitos de direitos.

A história oral de vida, ao trabalhar com a experiência, sugere, pois, entradas para o entendimento do espaço pessoal subjetivo, supõe-se que haja também um roteiro menos factual e mais vinculado a alternativas que revelam, por exemplo, as narrativas pessoais mediante impressões, sentimentos [...]. Desse modo, a verdade está na versão oferecida pelo narrador, que é soberano para revelar ou ocultar casos, situações e pessoais (MEIHY, 2005, p. 142).

No início deste capítulo introdutório, registrou-se o intuito de potencializar sujeitos. Considerando esse postulado, os objetivos específicos desta pesquisa são:

- compreender em que medida as narrativas de mulheres que participaram da ocupação da Fazenda Mariquinhas podem nos permitir entender o processo de periferização da cidade de Belo Horizonte;
- analisar mulheres comuns, com baixa escolaridade e analfabetas que se tornaram sujeitos históricos, lutando pelo direito à cidade;
- analisar a Educação de Jovens e Adultos a partir de uma abordagem que considere seu papel de guardião da memória de lutas das camadas populares.

Para dar conta de alcançar tais objetivos, a presente dissertação está dividida em quatro capítulos. Antes de delinear o foco de discussão de cada um, entende-se adequado apontar que as narrativas das mulheres entrevistadas do Conjunto Mariquinhas⁵ trazem memórias que contemplam ações coletivas de duas lideranças comunitárias e de educandas de turmas de alfabetização de adultos - essas duas frentes relatam experiências nos diferentes territórios educativos: igrejas e centros comunitários. Recintos de resistências que abrem caminho para

⁵ O Conjunto Mariquinhas está localizado na Regional Norte de Belo Horizonte que faz divisa com os municípios de Santa Luzia e Vespasiano.

práticas sociais de existências partilhadas que deixam latentes as construções de identidades como ferramentas políticas que aproximam o processo de implantação da Educação de Adultos”. A ação é a única que não pode sequer ser imaginada fora da sociedade dos homens” (ARENDDT, 2007, p.31).

O primeiro capítulo focaliza o processo de construção da cidade de Belo Horizonte, no final do século XIX. Concebida a partir de um escopo segregacionista, elaborado pelo engenheiro Aarão Reis, a aludida cidade foi pensada para afastar as camadas populares de sua área central, tomando como referência o paradigma funcionalista⁶. O engenheiro idealizou uma cidade que se estruturaria tendo como eixo central a demarcação física e simbólica dos espaços de circulação urbana.

A área urbana havia sido planejada para abrigar a população com melhores condições socioeconômicas, principalmente os funcionários públicos transferidos de Ouro Preto, enquanto a população mais pobre deveria residir em áreas suburbanas e rurais, mais distantes do centro, consideradas menos nobres e caracterizadas pela escassez ou ausência absoluta de infraestrutura (SOUZA, 2008, p.40).

Passados pouco mais de um século, essa concepção de cidade fechada permanece viva, provocando a periferização das camadas populares. Para contemplar a abordagem em relação ao contexto histórico de expansão urbana da capital como cidade segregadora, como mencionado anteriormente, busca-se as orientações recentes, em específico, em materiais pedagógicos já citados nas primeiras páginas desta introdução.

Assim, busca-se dialogar com a equipe de pesquisadores, orientados por professores da Linha de Educação de Jovens e Adultos da Faculdade de Educação/ UFMG, que utilizam também as narrativas de moradores da capital mineira para elaborar os Cadernos da EJA 2021, principalmente, os volumes 1 e 2, correlacionados consecutivamente nas temáticas Direito à Cidade e Direito à Memória.

Para indagar acerca da prática pedagógica em territórios vulnerabilizados, aproxima-se o diálogo com o material pedagógico produzido por professoras e pesquisadoras do movimento da Educação Pública em regiões periferizadas da capital mineira. Por isso, recorre-se, aqui, às dissertações de Parreira (2022), *Docência e Saberes Periféricos na EJA: Contribuições da Cultura Popular na Construção de uma educação como prática de liberdade*, e de Valério (2022), *O Espaço Sociocultural e a sua Contribuição para o Conhecimento Histórico nos anos*

6 O funcionalismo é um ramo da antropologia e das ciências sociais que procura explicar aspectos da sociedade em termos de funções. Para ele, cada instituição exerce uma função específica na sociedade e o seu mau funcionamento significa um desregramento da própria sociedade

iniciais do Ensino Fundamental: estudo de caso de uma escola situada na periferia de Belo Horizonte.

Na intenção de responder às demandas acerca das marcas territoriais que se apresentam ao longo do tempo, como características da exclusão social e do afastamento da população empobrecida do centro urbano Belo Horizontino, encontrei suporte no documento de Souza (2008). Esta autora analisa as migrações internas e o crescimento do Vetor Norte da capital, evidenciando as características de acolhimento de pessoas vulnerabilizadas, na cidade de Ribeirão das Neves, território limítrofe à Regional Norte de Belo Horizonte, local onde atualmente está localizado o Conjunto Mariquinhas.

Apesar de observar especificidades numéricas, indicadores com pouca expressividade para a pesquisa narrativa, a tese de Souza (2008) oferece informações com dados e tabelas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística que traçam perfis econômicos, etários, raciais, de sexo e nível de residência, dados relacionados à década de 1980. Os dados complementam a argumentação e compreensão das realidades que envolvem as mulheres do Conjunto Mariquinhas no uso de suas memórias como instrumento pedagógico de efetivação do direito à Educação Pública para pessoas adultas.

O segundo capítulo apresenta, em linhas gerais, o enfoque qualitativo que acomoda esta pesquisa. Trata-se, pois, de trazer à tona narrativas de quatro mulheres que participaram da ocupação da Vila Mariquinhas. Para dar conta disso, investiu-se em fonte oral, em específico, a entrevista semiestruturada que serve como essência para construção das estratégias de abordagem que procuram elucidar seus processos de luta pelo direito à cidade, como também expressar a importância de movimentos que envolvem coletividades em agendas políticas direcionadas à efetivação da EJA.

Por isso, nesta pesquisa, a história oral serviu como um método qualitativo que valoriza sujeitos que reinterpretam vivências de um passado e suas representações no presente. São registros de memórias que levam à reflexão e à ressignificação de sujeitos que participam de uma coletividade. O sujeito que narra, participa da história, interpela com sua subjetividade (BOSI, 1994).

O terceiro capítulo coloca em relevo as narrativas das aludidas mulheres. O texto está relacionado com os dilemas e os desafios da Ocupação da Igreja São José que precedeu a ocupação do Conjunto Mariquinhas, o qual constitui um dos pontos de partida para compreender uma das facetas da luta pela moradia em Belo Horizonte. A reportagem a seguir demonstra a movimentação dos setores políticos no movimento da Igreja São José

Figura 2- Mulheres acampadas no pátio da Igreja São José em agosto de 1991



Fonte: arquivo particular

As narrativas fazem alusão a luta pelo direito à cidade. São histórias humanas que atribuem importância política e social a conquista pelo espaço onde serão construídas as novas moradias. Assim, além de visibilizar histórias, os relatos também remetem para o protagonismo das mulheres, a construção de sujeitos históricos que foram envolvidos em um processo de consciência coletiva, libertadora e emancipadora proporcionado pelas discussões e avanços das demandas sociais presentes nos territórios que ocorreram as ocupações.

Com respeito ao destaque dado ao papel das entrevistas na pesquisa, considera-se importante a análise de democratização da cultura expressada por Freire (1967, p. 109), que diz:

Sempre confiáramos no povo. Sempre rejeitaram fórmulas doadas. Sempre acreditáramos que tínhamos algo a permutar com ele, nunca exclusivamente a oferecer-lhe. Experimentáramos métodos, técnicas, processos de comunicação.

Superamos procedimentos. Nunca, porém, abandonamos a convicção que sempre tivemos, de que só nas bases populares e com elas, poderíamos realizar algo de sério e autêntico para elas. Daí, jamais admitirmos que a democratização da cultura fosse a sua vulgarização, ou por outro lado, a doação ao povo, do que formulássemos nós mesmos, em nossa biblioteca e que a ele entregássemos como prescrições a serem seguidas (FREIRE, 1967, p.109).

Dando prosseguimento, para tratar da questão da apropriação territorial, utiliza-se a entrevista narrativa, entrevista semiestruturada que compreende um procedimento que possibilita, pelo relato, aproximar e analisar as vivências das mulheres que participaram, no passado, na periferia de Belo Horizonte, como integrantes de um processo precursor para a fundação da Educação de Jovens e Adultos.

O quarto capítulo apresenta o recurso educacional fruto desta pesquisa. Trata-se, pois, de um caderno pedagógico que busca conceber as turmas de Educação de Jovens e Adultos como guardiãs da memória das camadas populares. Além da história do Conjunto Mariquinhas, o referido material põe em relevo depoimentos de mulheres que fizeram parte do processo de luta, que culminou na construção do bairro.

No ano de 2019, durante o curso de Formação em Educação Básica - LASEB, os professores que trabalham com turmas da EJA relataram a escassez de informações e de registros nos acervos da Secretaria Estadual da Educação de Minas Gerais e Secretaria Municipal de Belo Horizonte relacionados aos movimentos sociais que promoveram a Educação de Adultos.

As preocupações com a escassez desses documentos referem-se ao entendimento da importância das mobilizações sociais e iniciativas educativas que colaboraram para o desenvolvimento de políticas públicas associadas à Educação enquanto direito subjetivo que foi promulgado pela Constituição de 1988 (BRASIL, 1988), no artigo 205, que dispõe: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Diante de tais considerações, através das narrativas das mulheres do Conjunto Mariquinhas, este estudo pretende criar um instrumento pedagógico que reflita no reconhecimento de pessoas simples, mas que guardam práticas, saberes e experiências vidas, relatos sociais incomensuráveis que possibilitaram ressignificar e emancipar os sujeitos da EJA em diferentes territórios.

Experiências emancipatórias e a minha⁷ prática pedagógica

“A leitura do mundo precede a leitura da palavra” (FREIRE, 1989).

Meu interesse pela temática Moradia e Educação se deve ao fato de eu ter sido professora de uma turma de alfabetização em um movimento de luta por moradia no início da década de 1990. Mesmo com a idade de dezessete anos e, na época, estando em fase de conclusão do curso Normal de Magistério, confesso que fiquei um pouco assustada quando recebi o convite para ser professora do Clube Assistencial das Donas de Casa do bairro Juliana.

Curiosamente, minha mãe, Maria Antônia, era, na época, militante do Movimento Revolucionário 08 de Outubro (MR8), além de ser fundadora da referida associação comunitária. Foi ela quem me apresentou ao movimento como professora da turma de alfabetização. Sobre minha mãe, dada a relevância de sua luta por moradia, é fundamental que se enfatize que seu engajamento no movimento fora precedido por outros marcadores sociais igualmente importantes. Sendo mãe solo de quatro filhos, ela teve que lidar contra o estigma de ser classificada como mãe solteira, em uma época em que o termo era usado de forma pejorativa, ampliando o fosso da desigualdade entre homens e mulheres. Não se pode esquecer ainda o peso do machismo e do sexismo no final do século XX. Além disso, o fato de ser uma mulher negra, numa sociedade racista e preconceituosa, que exclui em razão da cor da pele, tornava ainda mais difícil a sua condição social. Vale destacar, no entanto, que sua inserção no MR8 contribuiu não apenas para que se compreendesse seu lugar social, mas também para que tomasse consciência da necessidade de lutar por direitos fundamentais. Nesse escopo, convém, referendar Freire (1979, p.16) que define conscientização:

Somente podem ser proféticos os que anunciam e denunciam, comprometidos permanentemente num processo radical de transformação do mundo, para que os homens possam ser mais. Os homens reacionários, os homens opressores não podem ser utópicos. Não podem ser proféticos e, portanto, não podem ter esperança. A conscientização está evidentemente ligada à utopia, implica em utopia. Quanto mais conscientizados nos tornamos, mais capacitados estamos para ser anunciadores e denunciadores, graças ao compromisso de transformação que assumimos. Mas esta posição deve ser permanente: a partir do momento em que denunciamos.

No início da década de 1990, muitos de meus vizinhos que participavam do Clube Assistencial das Donas de Casa do bairro Juliana ocuparam a Fazenda Mariquinhas e se

⁷ Neste espaço, é empregada a primeira pessoa no singular com o intuito de indicar as ações, experiências e vivências da autora da presente dissertação.

engajaram na luta pela casa própria, chegando a conquistar a desapropriação do terreno para construção de suas moradias. Neste mesmo ano, em 1991, começa a minha trajetória no Movimento Estudantil, momento em que passei a frequentar e trabalhar voluntariamente durante o Segundo Grau, atual Ensino Médio, no movimento secundarista União Colegial de Minas Gerais - UCMG. Nesse trabalho, influenciada pelos amigos e por familiares, optei por passar pelo processo seletivo de futuras normalistas no Instituto de Educação de Minas Gerais, em 1994.

A inserção no movimento estudantil me possibilitou a ampliação de amizades e de interação com outros grupos sociais, alargando minha compreensão de mundo. Assim, concluí o Ensino Médio naquela instituição formadora de normalistas. Durante esse processo de formação, fui convidada a ministrar aulas em uma turma de Alfabetização de Adultos, no Programa Telecurso, oferecido pela igreja católica, próxima à minha casa.

Com a construção das moradias na Fazenda Mariquinhas, experienciei alfabetizar as mulheres daquele Conjunto Habitacional, no salão paroquial da Igreja Nossa Senhora do Perpétuo Socorro. Para divulgar a abertura da sala de alfabetização, a associação comunitária realizou várias reuniões com a comunidade do entorno do Conjunto Mariquinhas.

Inicialmente, frequentaram a turma ofertada no período noturno nove estudantes. Eram mulheres jovens e idosas, todas moradoras do Conjunto Mariquinhas. As aulas aconteciam em uma sala precária, cedida pela igreja católica. Nessa sala, o mobiliário era improvisado, havia carência nas instalações sanitárias e na iluminação do ambiente, o que dificultava o acesso e a permanência dos alunos na turma de alfabetização.

Para auxiliar no processo de aprendizagem da turma, foi oferecido gratuitamente ao Clube Assistencial das Donas de Casa uma cartilha de alfabetização, produzida pela Federação Mineira de Mulheres -FMM.

Na sala de alfabetização, a minha prática docente, ainda incipiente, permitiu de maneira singular, devido ao pouco conhecimento didático, diagnosticar que as estudantes vivenciaram durante meses a participação em um contexto de mobilização política em prol da dignidade e sobrevivência e que passando por esse processo emancipador, preocupavam-se muito com a decodificação das palavras.

Relembro que durante as aulas, essas estudantes faziam leituras de palavras isoladas e no final de cada palavra lida, repetiam várias vezes em voz alta a mesma palavra, seguido de um momento de silêncio reflexivo e da solicitação da minha confirmação. Hoje, como professora alfabetizadora e refletindo sobre a prática de escolarização das estudantes, percebo que elas ainda buscavam pela compreensão da escrita da palavra lida, associada aos processos

de luta por uma casa, um abrigo para elas e seus familiares.

Em relação à psicogênese da língua escrita⁸ e ao papel do professor mediador em processos que envolvem a alfabetização de adultos, Palhares *et. al.* (2023, p. 99) afirmam que:

Nesse sentido o trabalho do professor como mediador é essencial, principalmente na criação de um ambiente acolhedor e convidativo, para que o educando se sinta confortável para cometer seus enganos e, dessa forma, perpassar pelos níveis da psicogênese até finalmente, se apropriar do sistema de escrita.

Em relação ao uso da cartilha em sala, lembro que esse processo de auxiliar as estudantes adultas na busca de compreensão crítica que envolvia a construção e o uso das palavras tornou-se, para mim, um desafio, uma vez que, na minha visão, eu iniciava o exercício da docência, faltando ainda alguma habilidade técnica para realizar, com eficiência, o trabalho pedagógico. Por isso, utilizar aquele material didático, complexo em significados, tornava-se um enorme desafio para uma jovem estudante de magistério. No entanto, vejo que a turma no Conjunto Mariquinhas me proporcionou ressignificar práticas sociais, diante de tantos ensinamentos e das vivências relatadas pelas estudantes. Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção.” (FREIRE, 1996, p.13).

Três décadas depois dessa experiência, após me debruçar sobre a condição feminina na sociedade e sobre a História da cidade de Belo Horizonte, passei a me indagar quanto ao dinamismo político que cercava aquelas mulheres: como foram educadas pelo movimento social? E o que significou a luta delas para a construção de uma turma de alfabetização em meio ao movimento de luta pela moradia. Em outras palavras, como se deu o processo de formação da Vila Mariquinhas na Regional Norte de Belo Horizonte no início da década de 1990?

⁸ Psicogênese da escrita é a forma como o estudante se apropria dos conceitos e das habilidades de ler e escrever.

CAPÍTULO 01

BELO HORIZONTE, UMA CAPITAL PLANEJADA E A LUTA PELA MORADIA POPULAR

Construir uma imagem positiva do novo regime político pós-1889, tornou-se um dos principais objetivos dos republicanos. Enquanto as representações do império passaram, de forma deliberada, a ser associada ao atraso e à decadência, a república recém-inaugurada, por meio de um golpe militar, precisava ser atrelada à ideia de modernidade, desenvolvimento e progresso (OLIVEIRA, 2023).

No final da década de 1990, o hipercentro da capital mineira, rodeado por praças, ruas, grandes avenidas, monumentos e seus casarões semelhantes a palacetes, impressionavam pela crescente circulação e fluxo de pessoas que procedentes de regiões periféricas se incorporavam a esse espaço.

De acordo com os dados coletados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Censo de 2022, a cidade de Belo Horizonte contava com uma população de 2.315.560 habitantes, sendo o sexto município mais populoso do país. Mais da metade dessa população vive em 294 arranjos, ou seja, agrupamentos de dois ou mais municípios com forte integração populacional, devido aos movimentos pendulares para trabalho ou estudo.

Inseridas nesse cenário, como sujeitos políticos em atividade reivindicatória, é possível visualizar com destaque, a participação de mulheres em alguns movimentos, as quais atuando coletivamente, ocupam locais públicos da capital. Por isso, diante de crescente participação, elas se destacam em meio às pessoas vulnerabilizadas em suas condições de moradias e, assim, cotidianamente dedicam-se à reivindicação de direitos fundamentais que lhes foram negados historicamente.

Gohn, (2007, p. 30), em estudo do protagonismo das mulheres nos movimentos populares de luta por melhores condições de vida, salienta que:

Nos movimentos organizados segundo a temática do gênero, as mulheres destacam-se por serem as que têm tido os maiores índices de participação e de organização de suas demandas em entidades associativas (certamente estamos considerando nos movimentos de gênero a presença feminina e a masculina). As mulheres também sustentam, majoritariamente, as redes solidárias de projetos sociais que trabalham pela inclusão de crianças e adolescentes nas ruas; educadores das escolas articulam-se com grupos comunitários e desenvolvem trabalhos contra a violência e o uso de drogas. Portanto, quer como grupos de mobilizações de causas femininas, quer como participação feminina em diferentes mobilizações, as mulheres têm constituído a maioria das ações coletivas públicas. O conjunto dessas ações une categorias sociais,

que criam sujeitos, que produzem movimentos sociais. Apesar dessa presença toda, existe uma invisibilidade da atuação das mulheres.

Para compreensão dos motivos que levaram à expressiva atuação de mulheres, bem como presença de diferentes formas de organização coletiva que reivindicam os direitos sociais em Belo Horizonte, torna-se necessário nos atentemos às formas pelas quais a capital mineira foi planejada, no final do século XIX.

Dessa forma, no presente trabalho, apresento inicialmente aspectos relacionados à formação da capital mineira, com intuito de compreender como cem anos depois ocorreu a luta por moradia das camadas populares. Nessa conjuntura, vale destacar que a ocupação do Conjunto Mariquinhas integra o processo de periferação de uma cidade fechada, criada para afastar do centro e de áreas ditas nobres os corpos de pessoas empobrecidas. Pessoas essas que são consideradas apenas para prestar serviços. Segundo Souza (2008, p.40), na construção da capital, o monitoramento e a condução da população para a ocupação nos territórios apresenta-se sobre os seguintes aspectos:

A área urbana havia sido planejada para abrigar a população com melhores condições socioeconômicas, principalmente os funcionários públicos transferidos de Ouro Preto, enquanto a população mais pobre deveria residir em áreas suburbanas e rurais, mais distantes do centro, consideradas menos nobres e caracterizadas pela escassez ou ausência absoluta de infraestrutura. (SOUZA, 2008. p.40)

Dividido em duas seções, o primeiro capítulo evidencia, em linhas gerais, o processo de construção da capital mineira. O intuito é enfatizar a concepção de cidade defendida pelos republicanos positivistas, o aspecto funcionalista da construção, bem como seu caráter higienista.

A segunda seção se volta para as lutas por moradia na década de 1990 e para a atuação dos movimentos sociais. Apresenta-se o exemplo do processo de fundação do Conjunto Mariquinhas como instrumento coletivo que revela agendas políticas que conduzem para a garantia do direito à escolarização de pessoas que foram negligenciadas em idade própria oficializada por lei.

1.1 Belo Horizonte e suas barreiras físicas e simbólicas

As áreas periféricas, em vez de serem pensadas como parte integrante da cidade, são vistas ora com um apêndice, ora como locais onde residem os indesejáveis, os perigosos que ameaçam a ordem urbana. Os aspectos que produzem medo e insegurança aos centros urbanos (crimes organizado, tráfico e consumo de drogas, por exemplo) são associados

aos territórios periféricos, enquanto os aspectos ligados ao trabalho, progresso, desenvolvimento são, via de regras, atribuídos às áreas gentrificadas da cidade, às áreas centrais e às áreas nobres. (PARREIRA, 2022, p.31).

O principal propósito dos republicanos ao transferir a capital mineira de Ouro Preto para as terras onde se localizava até então, o Curral Del Rey, consistiu em construir uma imagem positiva do novo regime político pós-1889. Isso se deve ao fato de as imagens do império terem sido associadas ao atraso e à decadência. Assim, uma capital como Ouro Preto, constituída por casarões, ruas estreitas, com uma arquitetura que remonta ao período colonial, passou a ser considerada como arcaica. O golpe militar que instituiu a República precisava se atrelar às ideias de modernidade, desenvolvimento e progresso. Conforme ressalta o historiador José Murilo de Carvalho (2002, p. 82), a criação de novos símbolos nacionais, a fixação de novas datas comemorativas e a instituição de novos heróis fizeram, assim, parte do projeto de poder dos republicanos na virada do século XIX.

Nesse processo, a construção de uma nova capital para Minas Gerais se tornou uma aspiração republicana, em virtude das particularidades de Ouro Preto-MG, decadente economicamente e com um relevo inapropriado para o escoamento de produtos industrializados. A nova capital deveria simbolizar o dinamismo das relações comerciais, a expectativa de acúmulo de capital, o desempenho de diferentes atividades e a presença de atores sociais articulados com a práxis do progresso e da modernidade.

Assim sendo, ao pensar nas perspectivas republicanas acerca do processo de construção da capital, Oliveira (2021, p.21) explica que:

Os fundamentos da nova cidade se inspiraram no ideário positivista de Auguste Comte (1798-1857), que concebia, *grosso modo*, a sociedade como um organismo vivo, constituída por partes integradas e harmoniosas. Cada órgão desempenharia, nessa concepção, uma função específica, que não pode ser alterada. Nesse sentido, uma sociedade que buscasse o progresso e o desenvolvimento precisaria seguir os preceitos de uma ordem “natural”, ao definir, com clareza, as funções e os papéis sociais que cada indivíduo e cada classe social desempenhavam nos centros urbanos.

Aarão Reis (1853-1936), engenheiro responsável por criar a planta da nova capital mineira, seguiu os rigorosos princípios positivistas. Como desdobramento social, a nova arquitetura mineira envolveu um projeto habitacional demarcado por residências mapeadas e monitoradas, representando critérios de crescimento econômico e social direcionados pela forte atuação do governo.

O envolvimento do construtor Aarão Reis e sua concepção higienista⁹, tornaram-se indispensáveis para a execução do trabalho nas ruas da nova capital. O projeto mineiro foi inspirado na moderna cidade de Paris. No século XIX, a cidade de Paris estava industrializada, e como característica de seu desenvolvimento, demonstrava um crescimento populacional urbano insalubre e com constantes revoltas populares. Assim, como estratégia do Estado Parisiense para conter os constantes protestos da população, o então prefeito de Paris, Barão Haussmann (1853- 1870), defendeu um moderno projeto de obras públicas para reformar e controlar a cidade. Ao descrever aspectos da reforma urbana da cidade de Paris, Valério (2022, p.37) salienta:

O projeto haussmanniano enfatizava o belo sob os argumentos de salubridade, higiene e valorização do solo para a expansão urbana, o que justificava a necessidade de retirar do centro o que ocasionasse o contrário desses argumentos, destruindo locais insalubres e expulsando a população residente.

Assim, para a fundação da moderna Belo Horizonte, a comissão construtora, encarregada de defender a modernidade, desprezou o expressivo desenvolvimento econômico como também as condições sociais da população que morava no Curral Del Rey. Com isso, para a construção da cidade, houve, por parte dos republicanos, a preocupação e o compromisso em apagar os vestígios que lembrassem o antigo arraial. Valério (2022, p.38) comenta:

O Arraial não era um espaço vazio. Porém, a maneira que muitas vezes a história é contada, estes fatores, ou passam despercebidos, ou são tidos como uma desapropriação pacífica e natural – ao atender aos interesses econômicos da época - em que os habitantes se deslocaram para outros locais, concordando com o progresso que estava por vir. Todavia, uma análise crítica de documentos textuais e/ou imagéticos revela a violenta desapropriação e o descaso humano com os moradores, assim como na França haussmanniana, com os moradores sendo depreciados e responsabilizados pelas insalubridades e pela desorganização da cidade.

Por isso, na jovem capital, a proposta positivista¹⁰, como conteúdo do regime republicano, revelava a preocupação com uma arquitetura que ditava uma nova realidade social adequada ao homem mostrar-se, em seus conhecimentos, atento às transformações dos saberes. O processo civilizatório positivista ocorreu de forma abrupta.

⁹ O higienismo é uma doutrina que nasceu na primeira metade do século XIX, quando os governantes começaram a dar maior atenção à saúde e à moral dos habitantes das cidades.

¹⁰ O positivismo é uma corrente filosófica que surgiu na França no começo do século XIX. Os principais idealizadores do positivismo foram os pensadores Auguste Comte e John Stuart Mill. Auguste Comte (1798-1857) se propõe a ordenar as ciências experimentais, considerando-as o modelo por excelência do conhecimento humano, em detrimento das especulações metafísicas ou teológicas.

Então, na capital mineira, influenciado por esse arranjo social, Aarão Reis, como representante indicado pelo Estado liberal, atuou sobre a propriedade privada e a liberdade dos indivíduos. Assim, ao desenhar as ruas, planejou cuidadosamente um traçado voltado para a higiene urbana como também para monitoria e intervenção sobre os moradores que circulavam pelas ruas da cidade em construção. No que diz respeito às relações sociais de poder e sua influência na arquitetura das cidades, Castro *et. al.* (2023, p.179), asseveram que

Ao primeiro olhar, essas transformações parecem benéficas à região, pelas reformas, criação de novas construções e estabelecimentos comerciais, mas essas modernizações acabam por gerar um aumento do custo de vida na região e impossibilidade de manutenção da população já residente.

A respeito dos moradores que residiam no povoado Curral Del Rey, Valério (2022, p.38) descreve que “os habitantes originais do Arraial eram, em sua maioria, negros e pardos advindos das minas em decadência, como as de Nova Lima-MG e de Ouro Preto-MG”. No entanto, o governo estadual, para atenuar os conflitos gerados pela transferência da capital, concedeu benefícios para os trabalhadores que exerciam cargo público em Ouro Preto estabelecerem residência na Capital.

No bairro Funcionários abrigou-se o funcionalismo público. Tal localidade se constituiu em uma espécie de “cartão de visitas”, pois possuía excelentes casas, ruas simétricas (como em todo traçado, dentro da chamada área urbana) e ótimas instalações sanitárias” (PASSOS, 2016, p.342).

A cidade de Belo Horizonte seguiu uma topografia que excepcionalmente priorizou a higiene sanitária e a arborização. A cidade foi dividida em três principais zonas: área central urbana, área suburbana e a área rural. Na área central, ficaram concentrados os serviços de infraestrutura, saneamento, transporte, segurança pública, hospitais, prédios públicos e o comércio.

No loteamento da área central, surge a Avenida do Contorno¹¹, via pública criada com o objetivo de demarcar a movimentação de transeuntes e veículos à região nobre da cidade. Inicialmente, a avenida fora denominada 17 de dezembro, em homenagem à data da fundação da Capital, posteriormente, o nome foi substituído por Avenida do Contorno. Tal avenida foi projetada em um padrão via pública moderna e concedeu para os cidadãos da elite mineira áreas

¹¹ A Avenida do Contorno é a avenida que circunda a região central de Belo Horizonte. Seu desenho segue o traçado planejado previamente à construção da cidade. Originalmente, o projeto previa a urbanização apenas da área limitada pela avenida, mas o intenso desenvolvimento no século XX fez com que a cidade ultrapassasse os limites muito antes do esperado.

de loteamentos dispendiosos destinados à construção de modernas residências. Dessa forma, as demais regiões, como a área suburbana e as colônias agrícolas, foram destinadas a concentrar e acumular a circulação de pessoas mais pobres como também em residir e fornecer a mão de obra de trabalhadores responsáveis por abastecer a cidade.

Segundo Julião (2011), a população empobrecida não foi seduzida pelo progresso. A normatização social e o projeto civilizatório reprimiram sonhos, refletindo nos comportamentos, nas emoções e nos interesses sociais e políticos do coletivo que morava no Arraial. As regulamentações do espaço público trouxeram tensões para a construção da cidade moderna.

A respeito das tensões sociais provocadas em virtude das mudanças do espaço urbano durante a construção de Belo Horizonte, Oliveira (2021, p.20) diz que:

A nova capital surge, dessa forma, por meio da expropriação das camadas populares dos centros urbanos. Assim, podemos dizer que a zona urbana, tida como a parte moderna, fora pensada a partir de três aspectos: a busca pela ordem, o zelo pela harmonia e a obsessão pela limpeza. A ordem assegurava, nessa visão, o progresso, na medida em que impunha a cada indivíduo o cumprimento de sua função em um ambiente rigidamente planejado. Por sua vez, a higienização traduzia-se no combate à boemia e à vadiagem e na exclusão das camadas populares das áreas urbanas. Assim, tanto o planejamento urbano quanto a legislação municipal colocaram em relevo a questão higienista e a questão da sujeira social. (OLIVEIRA, 2021, p.20)

Para esse propósito, a comissão construtora, de forma autoritária, desapropriou domicílios urbanos, expulsou os moradores do Arraial Del Rey e classificou pessoas em territórios. Como consequência do planejamento urbano segmentado, ordenou à população empobrecida a ocupação de áreas distantes dos locais de administração pública, portanto, impediu aos moradores do entorno da capital, o acesso aos recursos de infraestrutura, condicionantes básicos à sobrevivência. Quanto a isso, Oliveira (2021, p.22) aponta:

Ao analisarmos a planta cadastral e os documentos produzidos pela Comissão Construtora da Nova Capital, podemos constatar como se deu o processo de segregação social de uma parcela da população do Curral del Rey (o arraial que foi destruído para a instalação da nova cidade) e dos trabalhadores braçais em geral, bem como os processos de ordenamentos urbanos próprios dos princípios positivistas.

Dessa forma, a abertura da via do Contorno principiou por escudar os moradores do eixo Central, como também, em exhibir os interesses republicanos em uma bela arquitetura, com ruas alargadas, casarões arejados, quintais arborizados, lotes voltados para a circulação de políticos e administradores públicos, os membros da nova elite mineira metropolitana.

As ruas amplas seriam específicas para movimentação e circulação, uma espécie de arquitetura da visibilidade. Por ser um espaço amplo, aberto e público, acabaria por produzir um isolamento, pois todos estariam visíveis a todos, o que tornaria a liberdade do espaço um conflito com a liberdade do corpo. O individualismo das grandes cidades veio “amortecer” o corpo moderno, não permitindo que ele criasse vínculos. Os corpos individuais se tornaram desligados dos lugares que passaram a transitar, perdendo ainda a noção de destino compartilhado e se tornaram desencorajados a se organizarem em grupos. As cidades planejadas passariam então a funcionar como isolante do espaço; praticamente esvaziando-o, impossibilitariam as aglomerações e privilegiariam o corpo em movimento (PASSOS, 2016, 345).

Continuamente, a elite republicana, como integrante da iniciativa privada mineira, no enalço de progresso econômico, manteve o caráter segregador. Na capital, a alta sociedade detinha a posse dos terrenos mais caros, os loteamentos do perímetro da Contorno, próximos das áreas direcionadas ao comércio e ao lazer, dessa forma, vendia e organizava as moradias a partir de seus critérios de interesse e, assim, lidava com a autonomia em designar valores para venda e ocupação dos lotes. Para melhor elucidar, na sequência, tem-se o mapa da área central protegida pelos perímetros da Avenida do Contorno.

Figura 3- Avenida do Contorno- Planta Geral



Fonte: Site Arquivo Público de Belo Horizonte

Na região Central, a especulação imobiliária dificultou o acesso das camadas populares aos lotes do perímetro da Contorno. Diante desse fato, a expansão da cidade ocorreu de forma “centrípeta”, de fora para dentro do Centro. Portanto, na cidade restrita, coube ao parcelamento dos lotes da região suburbana, acolher os moradores que simbolizavam o descompasso social,

por conservarem em seu modo de vida, traços do ruralismo mineiro.

O Estado falhou em seu propósito de controlar a ocupação do solo e expansão do município, na medida em que favoreceu o processo de concentração da terra: o governo estadual permitiu que poucos indivíduos (ou grupos de indivíduos) se tornassem proprietários de um grande número de lotes. Em decorrência dessa concentração, o mercado imobiliário belo-horizontino passou a se caracterizar por intensa especulação (SOUZA, 2008, p. 40).

Por isso, o governo mineiro em sua tentativa de centralizar o avanço habitacional da população, como reflexo do modelo urbano hierarquizador, ao longo dos anos, estimulou a constante formação de vilas, favelas e aglomerados no entorno do município, em contrapartida aos anseios de organização e progresso no espaço urbano.

Essas transformações urbanas na área central contribuíram com as desigualdades do acesso à serviços fundamentais para o desenvolvimento socioeconômico de moradores empobrecidos que foram residir em regiões afastadas da zona sul.

A nova periferia que se forma neste contexto urbano industrial apresenta um padrão extremamente precário que traz as marcas do improvisado, do inacabado e da carência absoluta e reflete o ritmo acelerado de construção exigido pela dinâmica de crescimento da cidade, caracterizando-se como espaço da simples reprodução da força de trabalho, totalmente excluído da fruição do urbano” (PLAMBEL, 1986, p. 79).

Assim, como consequência da estratificação social e espacial, a cidade moderna de Belo Horizonte cresce com a falta de políticas sociais para oferecer à população vulnerabilizada condições para a aquisição de moradias e demais recursos de sobrevivência como saúde e educação, colaborando na segregação dos sujeitos em regiões periféricas.

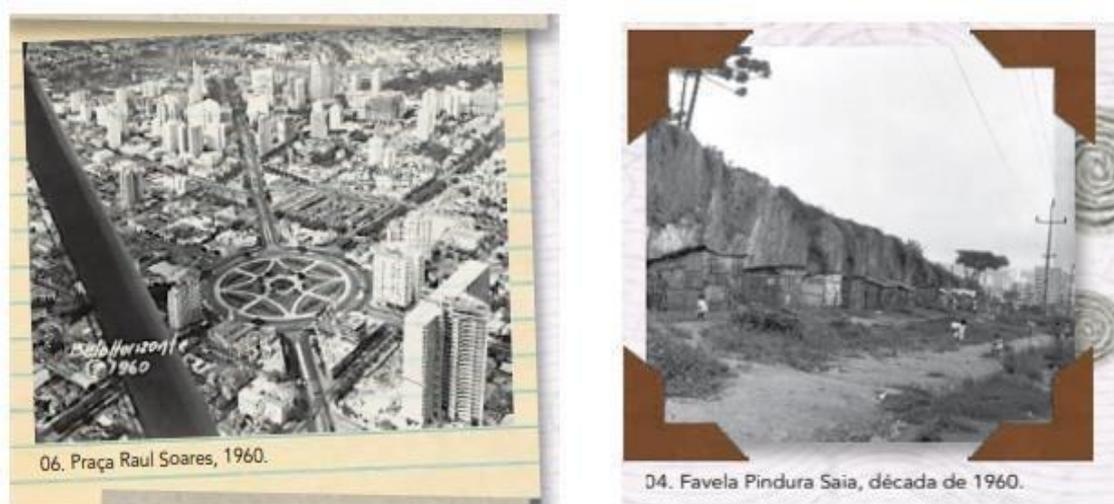
Com relação à ausência de políticas sociais e à construção de sujeitos em territórios vulnerabilizados, Oliveira (2021, p.235) defende que:

A “periferia”, entendida como lugar simbólico, como uma particularidade do processo de urbanização, é, em suma, um conceito relacional. Isto é, trata-se de um local concebido em relação às áreas onde residem grupos socialmente abastados. Por meio de um processo de diferenciação, o poder classifica as chamadas áreas periféricas como um espaço geográfico degradado, ocupado por sujeitos sociais culturalmente “atrasados”. Entretanto, esse aspecto fica, sobretudo, evidenciado em situações em que os sujeitos oriundos de bairros luxuosos sentem, de alguma forma, que o status quo está sendo ameaçado. Cabe sublinhar que, enquanto isso não ocorre, os sujeitos da “periferia” permanecem invisíveis no espaço urbano. Questões como a alta taxa de mortalidade infantil, a violência urbana e o analfabetismo são meros dados, mesmo assim, quando apurados pela estatística.

As imagens a seguir fazem referência ao antagonismo urbano na capital mineira em

1960. Ao lado esquerdo a foto da Praça Raul Soares que foi construída em estilo francês, com belos jardins, interliga importantes avenidas na área central. Ao lado direito a ilustração da extinta Favela do Pindura Saia que ficava localizada na região Centro-Sul da Capital.

Figura 4- Praça Raul Soares e Favela Pindura Saia (1960)



Fonte: Histórias de bairros – Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte

Conforme exposto anteriormente, nos anos subsequentes à fundação da Capital, o fenômeno de exclusão habitacional se estende como um processo ativo da intensificação da periferização, bem como o abandono da prática de planejamento urbano pelo Estado. Desse modo, a consequência provocada pela transformação metropolitana da capital traduziu-se em fragilidades e inexistência de políticas públicas habitacionais.

De acordo com Oliveira (2019, p.6), “periferia” não se trata apenas de uma palavra usada para designar espaços de moradias das camadas populares, nem tampouco uma noção criada para designar locais distantes dos centros urbanos, como nos fazem crer os discursos oficiais”.

Esse contexto expõe um processo de ordem excludente de periferização, marcado por relações de poder que afetam tanto os grupos sociais que ocupam bairros distanciados da área central, bem como, a população moradora de vilas, favelas ou aglomerados próximos a bairros da zona sul.

Por isso, em regiões periferizadas, em exercício de resistência a estruturas discriminatórias, os sujeitos hierarquizados, grupos predefinidos como minoritários, reinventam a cidade, de forma a exteriorizar saberes potencializadores, como a cultura produzida por rappers, benzedeiros, dançarinos do *soul* que expressam em espaços públicos seu

produto intelectual, dentre outros.

Nessa direção, a fim de compreender o direito à cidade a partir da valorização das potencialidades culturais presentes nas comunidades empobrecidas de Belo Horizonte, ao investigar a cultura do funk vivenciada pelos jovens estudantes da EJA, França Júnior (2019 p.71) afirma que para a efetivação do direito à mobilidade urbana, deve-se ter em mente as barreiras físicas e simbólicas que cercam a construção da identidade dos sujeitos periferizados.

Nesse sentido, resistir aos discursos e práticas segregadores é reexistir sob uma nova égide que não hierarquiza a diferença. Pelo contrário, reconhece o potencial colaborativo da diversidade para sociedade. Por isso o emprego da expressão “reexistir”, assim grafada, é reiterado aqui: a resistência ao discurso hegemônico sobre a periferia e os jovens periféricos é uma estratégia de retomar a sua existência retirada, tanto no nível simbólico quanto no físico. A organização de espaços e alternativas de lazer nos territórios periféricos se configura como resposta reativa às ausências de políticas de cultura, lazer e bem-estar nas periferias. É também uma resposta reativa à tentativa de criminalização das culturas periféricas, sobretudo as juvenis, que permanecem se afirmando, reafirmando, resistindo e reexistindo no cenário social. Apesar da sistemática ofensiva da mídia, do Estado e dos valores conservadores das classes dominantes. (FRANÇA JÚNIOR, 2019, p.71)

Dessa forma, no que diz respeito ao deslocamento da população vulnerabilizada, constitui desafio a elaboração de um planejamento urbano voltado para sanar os limites físicos postos à circulação de pessoas, como acesso ao transporte, pavimentação e demais serviços. De igual forma, isso se aplica à criação de políticas públicas que sejam voltadas para sanar os conflitos de práticas discriminatórias que interferem na livre circulação dos sujeitos.

Sobre o direito à cidade e às barreiras invisíveis que limitam a circulação de pessoas, Silva e França Junior (2021, p.29) sustentam que:

a circulação de veículos e de seres humanos nos centros urbanos é condicionada por decisões políticas, que são fonte de disputas e negociações, marcadas por interesses públicos e privados. Nesse sentido, a mobilidade urbana integra uma dimensão simbólica que interfere em diferentes modos de existir, partilhar e interpretar os espaços urbanos. Para pensar a mobilidade na perspectiva do direito à cidade, torna-se necessário compreender a periferia como um conceito relacional, como parte integrante dos binarismos que constituem o pensamento moderno. (SILVA; FRANÇA JUNIOR, 2021, p.29)

Tendo em vista as limitações do direito à cidade, no ano de 2021, em Belo Horizonte, para demonstrar a diversidade cultural, foi realizado o Circuito de Arte Urbana Cura¹². Trata-se de um projeto para revitalização de alguns prédios na região central. Para isso, uma série de

¹² Informações retiradas em: <em.com.br/app/noticia/gerais/2021/02/13/interna_gerais, 1237557/cura- protesta-contra-investigacao-policia-por-pichacao-em-predio-de-bh.sht>. Acesso em: 13 ago.2023

intervenções artísticas foram realizadas para a população contemplar ao longo da Avenida Afonso Pena¹³. Finalizada a arte, os artistas que realizam o trabalho, pessoas negras, foram intimadas para investigação de crime ambiental no prédio. A seguir, expõe-se uma dessas obras:

Figura 5- Obra “Deus é mãe”



Fonte: Jornal Estado de Minas, em 13 de fevereiro de 2021.

A denúncia está relacionada às circunstâncias que dizem respeito ao direito à cidade e à visibilidade de sujeitos negligenciados em direitos. A capital higienista, de modo imperativo, décadas após a sua fundação manifesta à manutenção de privilégios.

A arte questionada representa a arquitetura do centro mineiro: uma mulher negra com filhos no colo. Uma realidade social, para muitas mães negras periferizadas que circulam a capital mineira. “A vista disso, os grandes centros urbanos contemporâneos se definem para muitas e cada vez mais pessoas em números absolutos, mas para poucos e cada vez menos em presença”. (CASTRO *et. al.*, 2023, p.176).

Por isso, talvez não seja exagerado dizer que na área central de Belo Horizonte é entendível, no que diz respeito ao direito à cidade, aos reflexos do mercado de trabalho e à exploração da população empobrecida, homens e mulheres negras que circulam entre casa e

¹³A avenida Afonso Pena é uma das principais avenidas da cidade de Belo Horizonte, foi projetada para funcionar como eixo norte-sul do perímetro urbano da "Cidade de Minas Gerais" e inaugurada em 12 de dezembro de 1897, mesma data da inauguração de Belo Horizonte. A planta original de Aarão Reis concebeu a Afonso Pena como a mais larga via da cidade, com 50 m de largura.

trabalho. O espaço urbano se constrói sob os ditames da desigualdade racial. “Nessa perspectiva, é possível afirmar que as representações sociais negativas dos grupos oriundos das periferias urbanas brasileiras são marcas do racismo à brasileira, na medida em que as percepções de raça e classe estão marcadamente relacionadas em nosso país” (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2019, p.2).

Em relação ao caso da arte, não se trata de criar hipóteses para exemplificar os conflitos que a população vulnerabilizada enfrenta para garantir o direito à cidade, seja pela mobilidade, ou por apresentações culturais. Diferentemente disso percebe-se que o ato de acionar a justiça para que sejam justificadas as características de arte negra localizadas em um prédio privado, centralizado no coração da cidade de Belo Horizonte, confirmam a presença do racismo sistêmico nos espaços coletivos, bem como retoma o higienismo na estética urbana, um princípio reincidente da elite mineira instaurado no processo de construção da capital.

O oposto da “pureza” - o sujo e o imundo, os agentes poluidores – são coisas “fora do lugar”. Não são as características intrínsecas das coisas que as transformam em “sujas”, mas tão somente sua localização e, mais precisamente, sua localização na ordem das coisas idealizadas pelos que procuram pureza. As coisas que são “sujas” num contexto podem tornar-se puras, exatamente por serem colocadas num outro lugar – e vice e versa. Sapatos magnificamente ilustrados e brilhantes tornam-se sujos quando colocados na mesa de refeições. Restituídos ao monte dos sapatos, eles recuperam a pristina pureza. Uma omelete, uma obra de arte culinária que dá água na boca quando no prato do jantar, torna-se uma mancha nojenta quando derramada sobre o travesseiro (BAUMAM, 2003, p.14).

Por isso, diante dos impactos da política excludente inserida no processo da fundação de Belo Horizonte, esta dissertação exprime em que medida movimentos sociais que atuam na reivindicação da moradia, tendo como exemplo, a Construção do Conjunto Mariquinhas estimularam a construção de políticas pública direcionadas à efetivação da Educação Pública e à criação da EJA.

1.2 Mariquinhas, alfabetização de mulheres e suas contribuições para a Pauta da EJA

O entendimento da educação como prática da liberdade mobiliza um conjunto de ações sociopolíticas e afetivas desenvolvidas pelos movimentos sociais voltadas para garantir a efetividade do direito social humano da EJA. Assim, as lutas sociais pela defesa do direito social e humano à educação por parte das camadas populares e médias da população se dão a partir de características multirreferenciada-territorial-diversa (SILVA, 2023, p.22).

A reivindicação por Educação Pública, direito de todos e todas, sempre esteve presente nos diferentes movimentos sociais. Em relação aos movimentos que abordavam a reivindicação pela moradia popular e às associações comunitárias lideradas por mulheres na década de 1990, a mobilização para esse direito em seus territórios dialogava com a potencialização de sujeitos vulnerabilizados.

Para a compreensão do papel político dos sujeitos moradores do Conjunto Mariquinhas e para explicar o exercício da cidadania e a atuação dos movimentos sociais brasileiros na solidificação da Educação Pública nas últimas três décadas, Maria da Glória Gohn (2013, p.303), descreveu que:

Neste novo cenário [a participação da sociedade em políticas sociais a partir dos anos de 1990], a sociedade civil se amplia para entrelaçar-se com a sociedade política. Desenvolve-se, então, o chamado espaço público não estatal expresso nos conselhos, fóruns, redes de articulação etc. A importância da participação da sociedade civil, neste novo contexto, se faz para democratizar a gestão da coisa pública. Abrem espaços para inverter as prioridades das administrações, no sentido de que as políticas atendam não apenas as questões emergenciais de forma superficial e com uma ótica economicista, baseada na lógica custo-benefício, mas que atendam as questões sociais como prioridade maior.(GOHN, 2013, p. 303)

Neste sentido, hoje, no ano de 2023, a autora da presente dissertação, como professora e pesquisadora da Educação e em defesa das garantias sociais, desdobra-se para a construção deste documento de memórias que investiga a turma de Educação de Adultos no Conjunto Mariquinhas enquanto evento político.

Por isso, para análise e entendimento das ações políticas que promoveram, na década de 1980, a Assembleia Constituinte e os avanços da Educação Pública voltada para pessoas invisibilizadas pela pouca ou ausente de escolarização, utiliza-se como reflexão do trajeto educacional vivenciado pelos sujeitos do Conjunto Mariquinhas, o documento enviado por pesquisadores e defensores da educação pública à 6ª Conferência Internacional de Jovens e Adultos (CONFINTEA VI), no qual relatam ações para a efetivação da EJA. Dedicar-se aos seguintes pontos:

11. Garantia da participação popular na elaboração de uma política nacional de educação de jovens, adultos e idosos incluindo especialistas no tema que atuem nas Instituições de Educação Superior, ONGs e redes de ensino, além de movimentos sociais, contemplando o previsto na Constituição Cidadã, na Lei 13.005/2014, no Documento Preparatório para a VI Confinteia, na LDB, no Documento Contribuições para a construção de uma Política Nacional de Alfabetização na EJA e o Marco de Ação de Belém.

12. Instalação, a partir de 2016 (no caso mineiro, 2017.2), de “Salas de Acolhimento”, com profissionais qualificados, para atender crianças, nos espaços educativos onde a modalidade é ofertada, para assegurar melhores condições de

acesso e permanência dos educandos da EJA.

16. Fomentar a oferta de turmas de EJA em espaços escolares e não escolares, nestes últimos, desde que sob responsabilidade de algum ente federado. O diálogo com entidades como a Rede de Educação Cidadã (RECID), a Escola Família Agrícola (EFA), a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (FETAEMG), dentre outras, se faz fundamental para que os gestores possam alcançar este objetivo.

Na posição de pesquisadora da rede pública, a autora deste texto vê que o conjunto de intenções formuladas no XIV Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos (2015) e apresentados no CONFINTEA VI, apesar de registrado em importante fórum educacional, ainda não se cumpriu.

No ano de 2022, os movimentos sociais e diferentes entidades coletivas que abordam o direito à Educação indicam retrocessos no que diz respeito à implantação de ações políticas que refletem no direito ao acesso e à permanência de alunos na EJA. Portanto, analisar a pauta nacional do IV CONFINTEA oferece a possibilidade de tecer reflexões acerca de ações para implantação e implementação de políticas públicas que assegurem os direitos sociais.

Desse modo, para desenvolver esta pesquisa, a orientação é pautada pelas memórias das mulheres que frequentaram a Associação Comunitária do Bairro Juliana que era vinculada à Federação Mineira de Mulheres (FMM) e outras instituições que tinham em suas lideranças, figuras femininas que incentivaram a luta pela moradia popular. Convém assinalar que tal entidade foi fundada em Belo Horizonte na primeira metade da década de 1980 e reunia, em seu corpo institucional, mulheres de diferentes setores da sociedade civil, mães, mulheres solteiras, jovens, idosas, trabalhadoras, desempregadas, pessoas pretas, pardas, brancas que articulavam o cenário político do Estado em reivindicações de direitos sociais.

A FMM atuava nos bairros, encabeçada pelas associações comunitárias, que em diferentes comunidades da capital mineira filiavam e divulgavam a iniciativa da instituição como um movimento emancipatório que destacava o protagonismo das mulheres enquanto sujeitos políticos.

Nas regiões periferizadas de Belo Horizonte, no intento de alcançarem a mobilização e a conscientização da comunidade, as associações comunitárias lideradas por mulheres, percebiam pela via da Educação a possibilidade de dialogarem acerca de direitos negados. Em releitura do papel da Educação popular e dos movimentos sociais brasileiros na década 1970/1980, Gohn (2017, p.12) apresenta a seguinte elucidação:

Nos anos 70/80, a EP atuava sobre um leque enorme de demandas dado pelos problemas de moradia/favelas e loteamentos clandestinos; falta de creches e escolas fundamentais; carência de transportes públicos e asfalto; ausência de postos de saúde

e de profissionais para o seu atendimento; absoluta falta de segurança, postos policiais, ou locais próximos para a retirada de documentos; não existência de cemitérios; inexistência de varejões, postos de abastecimentos de gêneros alimentícios de primeira necessidade; além do não saneamento com esgoto, etc.

Por isso, vê-se que na Regional Norte, sobretudo, no recém fundado Conjunto Mariquinhas – antiga fazenda desapropriada pelo governo no início de 1990 e destinada à construção de casas populares – o coletivo de mulheres, motivadas pelas associações comunitárias, fundou turmas de alfabetização para atender à demanda de sujeitos que também reivindicavam a escolarização.

No Conjunto Mariquinhas, a turma de alfabetização era composta por homens e mulheres, adultos, jovens e idosos, trabalhadores ou desempregados, pessoas pertencentes a diferentes grupos étnicos que durante a infância não foram matriculados ou abandonaram a escola.

Entende-se que a informação sobre os sujeitos que participavam da turma no Mariquinhas pode ser verificada, com base nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1991) que, entre os anos de 1986 e 2000, no Vetor Norte, o tempo médio de escolarização dos adultos, era a 6ª série do ensino fundamental. A Figura 6, no formato de captura de tela, pormenoriza esses dados:

Tabela 1- Tempo médio de estudo

TEMPO MÉDIO DE ESTUDO DOS EMIGRANTES DE BH PARA A RRMBH, COM IDADE IGUAL OU SUPERIOR A 20 ANOS, SEGUNDO OS VETORES DE EXPANSÃO (1986-1991 e 1995-2000)

Vetor de expansão	Tempo médio de estudo	
	1986-1991	1995-2000
Oeste	6,67	7,44
Norte Central	5,49	6,33
Norte	7,58	7,84
Leste	6,19	7,17
Sul	8,28	10,80
Sudoeste	5,53	5,85
RMBH	6,26	7,09

Fonte: FIBGE – Censos Demográficos de Minas Gerais (1991 e 2000)

Fonte: FIIBGE.

Prosseguindo, nesta pesquisa, pretende-se, pelas narrativas das entrevistadas, salientar as mulheres que durante o processo de expansão da capital mineira, na década de 1990, na Regional Norte, estimuladas por lideranças comunitárias e pelo direito legal da Constituição Cidadã de 1988 (BRASIL, 1988), fomentaram e implantaram a Educação de Adultos.

Nesse sentido, convém mencionar, como afirmação da pauta e finalidade da EJA, o documento do VI CONFINTEA que sinaliza estratégias políticas didáticas e pedagógicas para Educação de Jovens e Adultos apresenta, em sua atualidade, elementos de referência para construção do conhecimento e para a valorização dos saberes sociais em articulação com as necessidades e interesses dos sujeitos.

Assim, busca-se verificar no depoimento de mulheres do Conjunto Mariquinhas, se ao instituir a turma de alfabetização para seus moradores, o movimento de mulheres posiciona-se como mediador frente às conquistas e as demandas políticas sociais e, sobretudo, como as dinâmicas coletivas do movimento de ocupação operam no caráter incipiente de fundador da modalidade de ensino EJA.

Com base nas leituras do documento elaborado pelo VI CONFINTEA, verifica-se que o cotidiano escolar da turma que se desenvolveu no Conjunto Mariquinhas tinha como característica e objetivo final, algumas das propostas do VI CONFINTEA - Conferência Internacional de Educação de Adultos.

Ainda na turma, em 1990, durante a aula, como professora, a autora deste estudo presenciou momentos de discussões entre os estudantes para solucionar os problemas de infraestrutura da comunidade. Desse modo, ao mesmo tempo que a turma reivindicava a efetivação do direito à Educação Pública, buscava-se fundamentar a nascente legislação proposta pela Constituição de 1988 (BRASIL, 1988) que garante a todos os cidadãos esse direito.

As reclamações da turma em questão levaram a autora deste texto a acreditar na promoção da Educação Libertadora que Freire (1987, p.54) descreve:

Daí que, para esta concepção como prática da liberdade, a sua dialogicidade comece, não quando o educador-educando se encontra com os educandos-educadores em uma situação pedagógica, mas antes, quando aquele se pergunta em torno do que vai dialogar com estes. Esta inquietação em torno do conteúdo do diálogo é a inquietação em torno do conteúdo programático da educação. (FREIRE, 1987, p.54).

Entende-se que a atuação política dos sujeitos que frequentavam a sala de aula, no Conjunto Mariquinhas, demonstrava que a prática didática adotada em uma comunidade construída por mulheres simbolizava pensar em estratégias de aprendizagens que provocassem reflexões acerca dos conflitos políticos e sociais presentes na turma. Como exemplo, a autora desta pesquisa, professora alfabetizadora da turma em evidência, cita dois fatos que circularam nas noites de aprendizagem nos primeiros anos da década de 1990.

O primeiro diz respeito ao enfrentamento feito por algumas mulheres, donas de casas, à

falta de vaga na escola para matricular seus filhos. O fato é que devido às crianças morarem em barracas de lonas e fazerem parte de um movimento pela moradia, seus filhos não conseguiam a garantia da vaga na escola mais próxima da ocupação.

O segundo fato diz respeito à falta de recurso financeiro destinado pelos órgãos públicos para criação e permanência das turmas de alfabetização de adultos criadas pela Federação Mineira de Mulheres.

Figura 6- Sala de aula construída pelo movimento do Mariquinhas



Figura 1- Arquivo particular

Em registro de ata da FMM, em 30 de agosto de 1995, o coletivo em reunião, relata as dificuldades pelas quais passava a entidade belorizontina para criar as turmas, já que a proposta oriunda da Confederação Nacional das Mulheres, com sede em São Paulo, não repassava recursos para a entidade em BH.

Ainda hoje, no ano de 2023, é documentada e pública, a importância da ampliação das verbas para a Educação Pública. Os relatos de diminuição de recursos oriundos do Governo Federal e, conseqüentemente, o fechamento de turmas dessa modalidade de ensino, faz-se presente em diálogos com professores que atuam na Educação Pública.

Entende-se que o documento do VI CONFINTEA reafirma a constante necessidade de implementar as turmas de EJA e suas políticas públicas, já que os movimentos sociais, ONGS e diferentes entidades civis, constantemente, posicionam-se como aliados para a efetivação da

garantia da Educação enquanto direito social.

Nesse sentido, entende-se que a partir da promulgação da Constituição da República em 1988 (BRASIL, 1988), marco regulamentar de direitos sociais, fica disponibilizado para a Educação Pública, pelo viés do Estado Democrático de Direito, enquanto direito subjetivo, o instrumento legal que garante a implantação da modalidade de ensino para jovens e adultos, assim como fornecer para as comunidades periféricas, os instrumentos necessários para sua implantação e manutenção.

É preciso que o ensino seja emancipatório para o aluno, capaz de levá-lo a romper barreiras impostas, a buscar justiça social. Não podemos reproduzir um modelo de escola que perpetue com as condições existentes e que nada contribua para a qualidade de vida do cidadão (CASTRO, 2023, p. 49).

Nos primeiros anos de 1990, o movimento pela alfabetização de adultos, proposto pelas associações de mulheres que fundaram o Conjunto Mariquinhas, em seu caráter embrionário, pontuou para o poder público municipal, estadual e federal que moradores e moradores ainda não alfabetizados, negligenciados em sua trajetória escolar, articulavam-se pela reparação de direitos.

Figura 7- Festa na creche fundada pelos moradores no período de construção das casas



Fonte: - Arquivo Particular.

De acordo com Gohn (1997), as atividades dos movimentos sociais são resultado das interações propiciadas pelos desejos, interesses e cumplicidades políticas que explicam a atuação dos sujeitos.

Os próprios atores coletivos são criados no curso das atividades, eles se constituem a partir dos atributos que escolhem e incorporam como sendo os melhores para definir suas ações. O ator individual transforma-se em membro de um ator coletivo no processo da ação coletiva, ganha identidade nova, que não; é só sua, mas ganha existência enquanto parte do coletivo (GOHN, 1997. p.158.)

No campo educacional, impulsionada pela atuação dos movimentos sociais, ONGs e associações comunitárias, a Constituinte de 1988 (BRASIL, 1988) impactou em atitudes que promoveram a reflexão dos aparelhos legisladores em consonância com a lei, objetivando o desenrolar de ações comunitárias para a efetivação da Educação Pública.

Por isso, esta pesquisa descreve a trajetória da EJA – enquanto especificidade da Educação Pública conectada ao direito social – para enfatizar a narrativa de três mulheres não alfabetizadas fundadoras do Conjunto Mariquinhas.

Dessa forma, tem-se registros sobre os sonhos, as expectativas de moradoras através dos relatos em entrevistas. Além disso, este trabalho também busca relatos acerca da atuação de diferentes mulheres que, com práticas dialógicas de organização, estimularam a Educação de Adultos na regional Norte de Belo Horizonte.

Com isso, na tentativa de documentar a modalidade da EJA, no entendimento dos sujeitos, com atenção e cuidado para as suas especificidades sociais, econômicas e culturais, traz-se, aqui, como provocação para a escrita deste texto, a importância das movimentações das entidades civis, associações comunitárias, grêmios recreativos, sindicatos de categorias de trabalhadores e seus enredos, como recursos para sinalizar futuras intervenções políticas e sociais que estimulam a atuação do Sistema Nacional de Educação.

Convém acentuar que durante percurso da autora deste estudo como pesquisadora bem como professora da rede pública que atua em comunidades periferizadas, percebeu que a instituição legal da modalidade, em 1996, além de fomentar o direito à escolarização, visibiliza nas redes escolares, a necessidade do debate político em torno da necessidade de efetivar a EJA e, pelo caminho da Pedagogia dialógica, na escolarização, ressignificar sujeitos.

Portanto, ao aprofundar em leituras que exprimem experiências educativas que se aproximam da História da Educação Popular, percebe-se o quanto desafiador se tornou para as entidades comunitárias o papel de identificar, mapear, e diagnosticar sujeitos para que o Ministério da Educação (MEC), em conformidade com outros setores, promovesse ações públicas de caráter reparatório.

Silva (2020, p. 6) descreve Educação Popular como “uma possibilidade de entender as experiências de ser e agir dos sujeitos que a realizam”. Com base nessa asserção, vê-se que na implantação da EJA no município de Belo Horizonte, caracterizada por atuação articulada com

lutas sociais nos movimentos pela moradia, prevaleceu a Educação Popular como prática para a liberdade.

No Conjunto Mariquinhas, a turma de alfabetização funcionava em uma sala cedida pela Igreja Católica. Além do espaço ser precário com alguns mobiliários improvisados, havia carência nos serviços de saneamento básico e de infraestrutura, o que dificultava o acesso e a permanência dos alunos na turma de alfabetização.

No período em estudo (1990-2008), apesar de pouca habilidade pedagógica (conforme informei em meu memorial, minha vivência de docente, teve início em 1991), eu começava a entender que em uma turma de alfabetização de adultos, o diálogo entre os sujeitos era um elemento fundamental. Ademais, notava que durante as aulas os sujeitos conversavam para elaborar estratégias políticas que sanassem as dificuldades na comunidade. Nessa interação dialógica, começava a entender que as demandas locais influenciavam na construção dos saberes dos sujeitos que participavam daquele espaço formativo.

Segundo Brandão e Assumpção (2009, p.11), a Educação Popular leva em consideração:

a população adulta e a educação como prática para a liberdade enquanto processo geral de reconstrução do saber social necessário, como educação da comunidade e, segundo, como trabalho político de luta pelas transformações sociais, como emancipação dos sujeitos, democratização e justiça social.

Por isso, no registro documental da trajetória da consolidação da EJA que esta pesquisa busca construir objeto fundante, nota-se que as ações das lideranças comunitárias do Conjunto Mariquinhas dialogavam com a necessidade da instituição de um Sistema Nacional de Educação.

O artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1988) delibera que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.” Na perspectiva de que todos são iguais perante a lei, entende-se que cabe ao Sistema Nacional de Educação efetivar o direito à EJA.

O retorno do Estado democrático de Direito, a articulação dos movimentos sociais e a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1988) representou para Educação Básica e em específico para a EJA, o reconhecimento de uma variante de ensino caracterizada pela presença de jovens, homens adultos, mulheres adultas, idosos e idosas que foram negligenciados do direito à alfabetização.

A aprovação da EJA como modalidade de ensino em Assembleia Constituinte Brasileira e pormenorizada pela Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (BRASIL, 1996) aponta

para a aplicação do ato normativo do artigo 208, que determina como dever do Estado em assegurar à população, o ensino fundamental gratuito, principalmente para aqueles que não tiveram acesso na idade definida pela lei.

O Conjunto Mariquinhas foi fundado no ano de 1990 como resultado da ação de Movimentos Sociais que envolviam principalmente, mulheres jovens, adultas, trabalhadoras ou desempregadas. Um movimento de pessoas articuladas pela associação comunitária que ocuparam o terreno da Fazenda Mariquinhas e, mediante debate, pressão com os órgãos públicos do legislativo e executivo, conseguiram construir casas populares na Regional Norte de Belo Horizonte.

A turma de alfabetização no Mariquinhas foi implantada logo após os moradores e moradoras iniciarem a construção de suas residências, visto que inicialmente as pessoas moravam em casas de lona e madeira, com estrutura de luz e saneamento básico improvisado pelos próprios moradores. Diante disso, mediante a ausência de serviços essenciais aos moradores, só foi possível aos sujeitos educandos pensarem no direito à alfabetização, depois da conquista do lar, do espaço de abrigo para os familiares, já que a comunidade em sua grande maioria era formada por mulheres mães ou chefes de família¹⁴.

Figura 8- Famílias na Ocupação Mariquinhas



Fonte: Arquivo particular

As informações do Conjunto Mariquinhas contribuem para a introdução do direito social

¹⁴ Utilizo o termo “mulheres chefes de família” para designar mulheres trabalhadoras remuneradas por qualquer tipo de fonte de recurso financeiro para a manutenção da família.

à Educação. A abertura da turma de alfabetização nesta localidade vai ao encontro das demandas de direitos sociais que fazem parte do movimento migratório de pessoas pobres e o fenômeno de expansão do Vetor Norte de Belo Horizonte, nos anos 1990.

Desse modo, no que diz respeito aos investimentos em Educação Pública, considera-se importante entender essa mobilidade, suas carências e seus desdobramentos, interligados ao processo de formação das comunidades que compõem o eixo norte da Região Metropolitana. Ao interpretar o gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em relação ao Vetor Norte, Souza (2008, p.92) alerta para as informações quanto à faixa etária e gênero.

Tanto no fluxo migratório do período 1986-1991 quanto naquele do período 1995-2000 detectou-se o predomínio de mulheres. Em ambos os períodos essas correspondiam a praticamente 53% do total de imigrantes. Os imigrantes que chegaram na RMBH entre 1986-1991 e entre 1995-2000 são, em sua grande maioria, jovens: as barras inferiores das duas pirâmides etárias são bastante largas, especialmente aquelas referentes aos grupos etários 15-19, 20-24 e 25-29 anos.

Souza (2008) relata duas informações significativas em relação ao Vetor Norte no período de 1986-1995. Em primeiro lugar, define o perfil das pessoas que compõem o fluxo migratório pela presença em destaque de mulheres jovens. Logo em seguida, de acordo com outra observação dos dados do IBGE (1991), no que tange à variável “escolarização”, o grau de instrução da população que ocupava o território é inferior a 8 anos de estudos, ou seja, os moradores não possuíam o primeiro grau completo.

Em relação à atuação do governo em investimentos públicos, os dados mencionados no parágrafo anterior conferem base para entender que a movimentação das mulheres do Mariquinhas e a fundação de uma turma de alfabetização nesta localidade, sinalizaram para o Estado, o caráter social da Educação. Além disso, explicitaram a importância de elaborar políticas públicas com garantias específicas que proporcionassem aos moradores o acesso e permanência nos espaços educativos e em ações reivindicatórias da melhoria dos serviços públicos fundamentais para a comunidade.

Dessa forma, para a efetivação da Educação de Jovens e Adultos, ONGs, sindicatos, grêmios estudantis e diferentes entidades civis pautaram-se em políticas públicas diversificadas, definidas por agendas com o objetivo de identificar, selecionar e implementar ferramentas que interagem com os setores da saúde, trabalho, segurança, emprego, e renda para a solução de problemas legítimos que afetavam os sujeitos que faziam parte da EJA. A figura abaixo mostra iniciativa de oficinas de artesanato, como ferramenta potencializadora para gerar rendimento e emprego no Conjunto Mariquinhas.

Figura 9- Fragmentos do livro *Escrituras Bordadas*: trabalho realizado pela AMAS com as mulheres bordadeiras do Mariquinhas.



Fonte: Livro *Escritura Bordadas*

No ano de 2015, novamente, para conseguir a efetivação da EJA em todo o território brasileiro, foram realizados encontros com professores, apoiadores e pesquisadores com o intuito de cumprir o direito à Educação Pública para todos. Mais uma vez, foi sinalizado no documento do VI CONFINTEA, o papel dos movimentos sociais.

Passada a surpresa inicial com os vetos do FUNDEF, os movimentos sociais se rearticularam por meio do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública e do Congresso Nacional de Educação (CONED), iniciando um processo coletivo de discussão e elaboração de uma proposta de Plano Nacional de Educação (PNE) da sociedade brasileira, que garantisse a implementação dos princípios inscritos na Carta Magna. (2009, p.14)

Por meio dos encontros, o documento do VI CONFINTEA apresentou para o executivo uma pauta de EJA articulada em um diálogo democrático, registrado por uma coletividade de articuladores da educação nacional direcionada a mover para Educação Pública na perspectiva dos direitos sociais a permanência da Educação de Jovens e Adultos.

Desse modo, interessa para esta pesquisa, o que ficou explícito na análise dos documentos do VI CONFINTEA, em especial no que diz respeito à dimensão política que as entidades comunitárias como o movimento das mulheres do Conjunto Mariquinhas assumem na luta pela Educação Pública enquanto direito subjetivo: o resgate ao processo de escolarização de jovens e adultos negligenciados em Belo Horizonte.

No próximo capítulo, aborda-se, em linhas gerais, os fundamentos da pesquisa qualitativa, dando ênfase metodológica aos aspectos das vivências, ao cotidiano das mulheres

do movimento de ocupação e a reivindicação ao direito à educação.

CAPÍTULO 02

ITINERÁRIO DE PESQUISA: FUNDAMENTOS TEÓRICOS CONCEITUAIS E SUJEITOS

Como registro de experiências de pessoas vivas, expressão legítima do “tempo presente, a história oral deve responder a um sentido de utilidade prática, pública e imediata. Isso não quer dizer que ela se esgote no momento de sua apreensão e da atual análise das entrevistas, ou mesmo no do estabelecimento de um texto (MEIHY, 2005, p.18).

Como destacado no capítulo introdutório, esta dissertação busca, por meio de narrativas de mulheres negras periféricas, analisar como se deu o processo de construção do Conjunto Mariquinhas na Regional Norte de Belo Horizonte no início da década de 1990, tendo como eixo suas lutas pelo direito à moradia, concomitante à reivindicação da Educação Pública e sobretudo em desdobramentos basilares para a efetivação da EJA.

Reitera-se, aqui, que o presente estudo evidencia memórias de mulheres que tiveram um papel ativo e decisivo no processo de espraiamento da capital mineira, bem como o lugar estratégico da alfabetização de pessoas adultas na luta empreendida por elas por justiça social e dignidade humana.

O primeiro procedimento adotado para realizar essa pesquisa consistiu no estudo do estado da questão. Ao revisar a bibliografia, encontrou-se três materiais que tratavam diretamente da ocupação da Igreja São José no final da década de 1980 e 1990. Refiro-me, em primeiro lugar, aos chamados cadernos pedagógicos elaborados pela Faculdade de Educação em parceria com a Secretaria Municipal de Belo Horizonte.

Importa destacar que o presente trabalho teve origem em duas situações distintas: a primeira ligada aos estudos empreendidos sobre a construção da cidade de Belo Horizonte, realizado pelo projeto de extensão “Formação Continuada em Produção de Cadernos Pedagógicos para Educação de Jovens e Adultos”, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte; a segunda relacionada à trajetória pedagógica social da autora desta pesquisa, ligada aos trabalhos de alfabetização por ela desenvolvidos com pessoas da fundação do Conjunto Mariquinhas.

O referido projeto de extensão culminou com a elaboração da “Coleção Lendo Mundo, Lendo Palavras”. Trata-se, pois, de cadernos pedagógicos que têm como foco narrativas e

propostas de trabalhos educacionais produzidos por profissionais docentes que atuam com a modalidade de EJA na capital mineira. Além da participação de 30 professores da educação básica. O projeto em foco contou com as contribuições de sete professores/as da educação superior e de seis extensionistas, estudantes de licenciaturas da Universidade Federal de Minas Gerais.

Para os propósitos desta pesquisa, interessa colocar em evidências os dois primeiros cadernos dessa coleção. De modo geral, o primeiro caderno coloca em relevo o direito à cidade, destacando o caráter segregador da cidade de Belo Horizonte. Para tanto, apoia-se nos processos de expropriação de famílias das camadas populares que haviam se estabelecido às margens da Avenida Cristiano Machado. Fato esse ocorrido durante a criação da chamada Linha Verde, que liga o centro de Belo Horizonte ao Aeroporto Internacional de Confins; como também da expulsão de jovens negros periféricos, que resolveram andar de bicicletas em um bairro gentrificado; e ainda uma experiência de silenciamento de estudantes da EJA, vivenciada em visita ao museu, quando, esses estudantes foram confundidos com funcionários do referido espaço de memória; e, por fim, a segregação de estudantes da EJA que visitaram um importante *shopping center* da cidade.

Já o segundo caderno da coleção, por sua vez, destaca trabalhos de professores, que se insurgem contra a discriminação por endereço, buscando, por meio da História Oral e da História Local, desenvolver conhecimentos atitudinais, que permitem aos estudantes terem orgulho do território onde vivem.

Tais materiais, produzidos ao ouvir estudantes da EJA, destacaram o importante papel do movimento de luta por moradias no final da década de 1980 e início da década de 1990. Uma das constatações dos professores é a importância que teve a ocupação da Igreja São José, no centro da capital mineira.

Nesse sentido, o trabalho de Valério (2022) é emblemático. A autora, ao estudar o processo de Ocupação da Vila Santa Rita, no Barreiro, constata que a Ocupação da Igreja São José precedeu a ocupação da Vila Santa Rita.

De acordo com os relatos dos moradores, a Vila Santa Rita surgiu no final da década de 1980. Nas entrevistas, eles relataram terem vindo de várias partes de Belo Horizonte. Eram famílias que moravam de aluguel, porém a renda não era compatível com esse gasto, tendo eles de abrir mão de outras despesas para cumprir com o pagamento do aluguel. A fim de chamar atenção dos governantes e da sociedade em geral, essas famílias se mobilizaram e acamparam na escadaria da Igreja São José, no centro de Belo Horizonte. O prefeito da época, Sérgio Ferrara (PMDB - 1986-1989), por meio do Programa de Habitação Popular, designou essas famílias para locais diferentes dentro do município. Além do Jatobá 1 (atual Vila Santa Rita), o programa na época construiu conjuntos habitacionais no Jardim Felicidade (Regional Norte),

Conjunto Taquaril (Regional Leste), Conjunto Minas Caixa (Regional Venda Nova), Conjunto Paulo VI (Regional Nordeste) e Conjunto Confisco (Regional Pampulha) (VALÉRIO, 2022, p. 55).

Observa-se que a autora enfatiza a importância da Ocupação da Igreja São José, destacada como estratégia para chamar a atenção dos governantes. O resultado foi a criação dos bairros Conjunto Paulo VI (Regional Nordeste) e Conjunto Confisco (Regional Pampulha). No entanto, chama a atenção o fato de a Vila Mariquinhas não ter sido incluída na lista da autora.

Além disso, os trabalhos descritos anteriormente não se atentaram para uma pertinente questão: como se deu a ocupação da Igreja São José, quais tipos de tensões ocorreram entre as lideranças dos movimentos de luta pela terra e lideranças religiosas? Como os ocupantes lidavam com questões ligadas à higiene pessoal, por exemplo? Que tipo de desconforto as ocupações da Igreja São José geraram no poder público? Como foram solucionadas essas tensões? Como se deu a ocupação do Conjunto Mariquinhas e o processo de luta pela educação no território?

Por isso, para responder a essa e outras perguntas, buscou-se em primeiro lugar, realizar uma pesquisa de cunho qualitativo. Devido a essa escolha, as explicações de Bento (2004, p.3), levam ao entendimento que:

a investigação educacional tem sido descrita como quantitativa ou qualitativa. Estes termos se referem às duas tradições diferentes de investigação, cada uma com a sua terminologia, métodos e técnicas. As duas linhas de estruturação de um projeto, apresentam-se por processos distintos, a visão quantitativa, analisa as problemáticas a partir de fatores numéricos, a segunda, qualitativa, traça entendimentos dirigidos às narrativas que envolvem os objetos e sujeitos, exercício dialógico e interativo ao longo da construção do estudo (BENTO, 2004, p. 3).

Em referência aos fundamentos da pesquisa qualitativa em diferentes contextos, Ludke e André (1986, p.17) ressaltam a obtenção de dados descritivos, no contato direto do pesquisador com a situação estudada. Além disso, os autores propõem enfatizar mais o processo que o produto, procurando retratar, acima de tudo, a perspectiva dos participantes.

Com isso, por se tratar de uma dissertação que considera as vivências, o cotidiano, o espaço social a partir do relato de memórias de mulheres, bem como a participação da pesquisadora que revisita sua atuação como professora no movimento social em uma turma de alfabetização fundada no Conjunto Mariquinhas, como docente na rede pública de Belo Horizonte, em regiões periféricas, considera-se ser pertinente narrar essa experiência coletiva, um fator que influencia de maneira significativa na emancipação dos indivíduos.

Durante a realização deste estudo, para responder às lacunas que dizem dos anseios e

caminhos percorridos pelas mulheres que participaram do movimento de ocupação, recorreu-se à História Oral por tratar de testemunhos do passado e da valorização da subjetividade reflexiva.

Nesse sentido, compreende-se que as narrativas, o ato do registro de memórias por instituições escolares visibiliza vivências e atinge a coletividade. Ao se tratar de direitos ameaçados, remexer nas memórias de mulheres que fazem parte de um movimento reivindicatório, que agem coletivamente, e se agrupam em atitude de proteção, reacende-se a memória das marcas de exclusão em pessoas empobrecidas. “A responsabilidade documental da história oral é que dá sentido à memória como tema para a história” (MEIHY, 2005, p.62).

De acordo com Bosi (1979, p.9), o uso da memória se aponta como um suporte para ressignificar sujeitos, em que delega-se

à memória uma função decisiva no processo psicológico total: a memória permite a relação do corpo presente com o passado e, ao mesmo tempo, interfere no processo "atual" das representações. Pela memória, o passado não só vem à tona das águas presentes, misturando-se com as percepções imediatas, como também empurra, "desloca" estas últimas, ocupando o espaço todo da consciência. A memória aparece como força subjetiva ao mesmo tempo profunda e ativa, latente e penetrante, oculta e invasora (BOSI, 1979, p. 9).

“As mulheres se destacaram na participação e na liderança dos movimentos sociais que ocuparam a Igreja São José”, conforme Valério (2022, p.42). Nesse contexto, a tenção se voltou para encontrar um caminho confortável para a realização da entrevista. Dessa forma, intensificou-se a identificação, no Conjunto Mariquinhas, de quais seriam as mulheres que em meio às múltiplas tarefas estariam dispostas a participar das entrevistas e esmiuçar suas experiências, de tal maneira que pelas sutilezas da conversa, a memória, fosse possível relatar passagens sensíveis do cotidiano do movimento de ocupação nos três territórios. Lembranças que remetessem à reflexão da construção da consciência coletiva enquanto educação emancipadora.

Esses fatos implicam em compreender a investigação qualitativa como uma prática que se fundamenta na interação entre os sujeitos envolvidos, uma abordagem metodológica que promove a construção do conhecimento científico a partir da interpretação das vivências. Por isso, ao resgatar a memória, é primordial a reciprocidade entre narrador e ouvinte (BOSSI, 1979).

Bogdan e Biklen (1994, p.4) salientam que a entrevista em profundidade é o objeto de estudo da investigação qualitativa. Afirma:

Na investigação qualitativa a fonte directa de dados é o ambiente natural, constituindo o investigador o instrumento principal. Os investigadores introduzem-se e despendem grandes quantidades de tempo em escolas, famílias, bairros e outros locais tentando elucidar questões educativas. Ainda que alguns investigadores utilizem equipamento vídeo ou áudio, muitos limitam-se exclusivamente a utilizar um bloco de apontamentos e um lápis. Contudo, mesmo quando se utiliza o equipamento, os dados são recolhidos em situação e complementados pela informação que se obtém através do contacto directo. Além do mais, os materiais registados mecanicamente são revistos na sua totalidade pelo investigador, sendo o entendimento que este tem deles o instrumento-chave de análise (BOGDAN; BIKLEN;1994, p.47).

Tal procedimento, por constituir fundamento da pesquisa em curso, não foi, no entanto, uma tarefa fácil. Em primeiro lugar, por se tratar de um evento ocorrido há mais de trinta anos; segundo, por não se encontrar documentado na história oficial. Assim, tornou-se necessário que se recorresse à memória das mulheres empreendendo o que se designa como entrevistas semiestruturadas, a fim de documentar o não documentável. Tal procedimento instiga, segundo Minayo (2008), a reconstituição da experiência, suscitando o encontro com o outro e permitindo que o pesquisador construa novas interpretações sobre a realidade.

Bogdan e Biklen (1994) propõem como procedimento metodológico, uma entrevista semiestruturada em profundidade que permite ao pesquisador interagir com os sujeitos de maneira natural, como se estivesse em meio a uma conversa informal, pois

Se as pessoas forem controladas como sujeitos de investigação, comportar-se-ão como tal, o que é diferente do modo em que normalmente se comportam. Como os investigadores qualitativos estão interessados no modo como as pessoas normalmente se comportam e pensam nos seus ambientes naturais, tentam agir de modo a que as atividades que ocorrem na sua presença não diminuam significativamente daquilo que se passa na sua ausência. De modo semelhante como os investigadores neste tipo de investigação se interessam pelo modo como as pessoas pensam sobre as suas vidas, experiências e situações particulares, as entrevistas que efetuam são mais semelhantes a conversas entre dois confidentes do que a uma sessão formal de perguntas e respostas entre um investigador e um sujeito. Esta é a única maneira de captar aquilo que é verdadeiramente importante do ponto de vista do sujeito. (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 68-69).

A entrevista em profundidade, conforme apontam os autores, traz em si, estratégias bastante significativas para a investigação qualitativa. Para os autores, esse tipo de abordagem oferece ao investigador oportunidades para introduzir-se no mundo dos investigados, possibilitando melhor conhecê-los, e a partir daí, ganhar sua confiança. Pontua-se que o “caráter flexível deste tipo de abordagem permite aos sujeitos responderem de acordo com a sua perspectiva pessoal, em vez de terem de se moldar a questões previamente elaboradas” (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 17).

Com o objetivo de extrair o máximo de informações acerca da construção social do evento participaram da conversa quatro mulheres. A entrevista ocorreu em suas casas, em dias

e horários previamente agendados pela pesquisadora, autora deste estudo, com cada uma delas. Para isso, foi elaborado um roteiro com quatro perguntas que foram lidas e destinadas a delimitar e estimular a construção dos relatos.

Durante as entrevistas, todas as mulheres demonstraram prontidão para participarem do registro desta dissertação, pois relataram a preocupação com a memória documental das lutas que envolveram o movimento de ocupação e a importância dessas mobilizações para motivar a população em busca de direitos sociais. Na perspectiva do direito à educação de Jovens e adultos objeto de estudo dessa dissertação, Silva (2023, p. 25) pontua que: “Lutar pelo direito social e humano à educação de pessoas jovens, adultas e idosas significa, entre outras coisas, engajar na construção do projeto democrático de país”.

Se as narrativas proporcionam uma reinterpretação de si, o processo de escolarização nos espaços urbanos não pode ignorar tais acontecimentos. As escolas democráticas, campo de conscientização de docentes e discentes, articuladas pela curiosidade intelectual devem introduzir ferramentas metodológicas que prezem pela valorização de diferentes saberes. Fundamentos comuns atribuídos à conscientização e à criticidade, uma prática reflexiva que compreende homens e mulheres que se reconhecem como sujeitos inacabados, conforme Freire (1981).

Essa perspectiva pode ser encontrada na afirmação de outros autores. Como bem assegura Josso (2007, p.415)

A colocação em comum de questões, preocupações e inquietações, explicitadas graças ao trabalho individual e coletivo sobre a narração de cada participante, permite que as pessoas em formação saiam do isolamento e comecem a refletir sobre a possibilidade de desenvolver novos recursos, estratégias e solidariedades que estão por descobrir ou inventar. As crenças de cada um e de cada uma sobre as potencialidades do humano desempenham aqui um papel maior. E será facilmente compreensível a importância de trabalhá-las explicitamente se pretendemos contribuir para mudanças sérias no fazer e no pensar de nossa humanidade.

Nesse sentido, é possível compreender que a opção por explorar as narrativas das mulheres e suas memórias em um movimento de luta coletiva servirá como dispositivo que permita gerar a construção da Consciência histórica e o exercício da cidadania através da reflexão da realidade vivida em estudantes das turmas da EJA.

Trabalhar as questões da identidade, expressões de nossa existencialidade, através da análise e da interpretação das histórias de vida escritas, permite colocar em evidência a pluralidade, a fragilidade e a mobilidade de nossas identidades ao longo da vida. Às constatações que questionam a representação convencional de uma identidade, que se poderia definir num dado momento graças à sua estabilidade conquistada, e que se desconstruía pelo jogo dos deslocamentos sociais, pela evolução dos valores de

referência e das referências socioculturais, junta-se a tomada de consciência de que a questão da identidade deve ser concebida como processo permanente de identificação ou de diferenciação, de definição de si mesmo, através da nossa identidade evolutiva, um dos sinais emergentes de fatores socioculturais visíveis da existencialidade (JOSSO, 2007, p. 415).

As narrativas foram coletadas em forma de entrevistas que foram gravadas e transcritas em análise de particularidades que se voltam às memórias das mulheres em luta pelo direito social à educação. As vivências foram registradas no capítulo III desta dissertação.

Por fim, entende-se que, o registro documental de narrativas da articulação de mulheres periféricas, em conjunto com a implantação da Educação de Adultos (1996), na periferia da Regional norte de Belo Horizonte, discorre em capítulos que detalham e reafirmam o entendimento do Patrono da Educação Brasileira, Paulo Freire, dos processos educativos como prática para Liberdade e salienta para a sociedade atual, o atributo de constante vigilância, em relação à garantia da Educação pública.

A seguir apresenta-se, inicialmente, o perfil sociológico, as características individuais, as origens, aspectos que definem as mulheres entrevistadas. Logo, em registro em formato fragmentado, constam as memórias do cotidiano vivenciado pelas moradoras. São momentos da passagem delas pelos acampamentos no pátio da Igreja São José, na Fazenda Marzagânia e a apropriação do território na Fazenda Mariquinhas. A partir desse instante, ao citar as mulheres entrevistadas utiliza-se, ao longo do texto, os pseudônimos e os respectivos códigos a seguir: E1- Irene (origem: Belo Horizonte, 78 anos); E2- Anita (origem: Agua Boa- MG, 76 anos); E3- Rosinha (origem: Brasília de Minas, 53 anos); E4- Tânia (origem: Carmésia, 69 anos).

Entrevista I - IRENE

Irene nasceu em Belo Horizonte, no dia 07 de novembro de 1945. Na época da realização da entrevista contava com 78 anos, autodeclarada parda, casada, mãe de seis filhos. Relata ter iniciado quando jovem, o curso superior em Pedagogia, no Bairro Carlos Prates, porém, não foi concluído.

De acordo com D. Irene, no final da década de 1980, seu barracão, que se localizava na região do Carlos Prates pegou fogo e queimou. Devido às dificuldades financeiras vivenciadas pela família, ela, o marido e os filhos mudaram-se para o Bairro São João Batista, em Venda Nova. No entanto, ao longo dos anos, com o aumento no valor dos aluguéis, foi necessária uma nova mudança. Desta vez, a família instalou-se no bairro São Benedito, no município de Santa Luzia.

No mesmo ano em que decidiram morar em São Benedito, Dona Irene conhece Dona Inês Alkmin, líder comunitária do Clube de Mães “Libertação”, uma associação comunitária que reunia mulheres do bairro Jaqueline para reivindicar direitos sociais. Segundo Irene, participar ativamente dessa associação, permitiu que ela aumentasse seu compromisso com a comunidade e com a população.

Seu envolvimento tornou-se mais expressivo, quando as lideranças femininas do Clube de Mães “Libertação” decidiram participar do movimento de luta pela moradia e, junto a outras entidades, ocuparam a escadaria da Igreja São José, na região central de Belo Horizonte, reivindicando o direito a uma área destinada à construção de suas casas. Envolvida com a comunidade, Irene conquistou sua moradia na Fazenda Mariquinhas. Após construir sua própria casa, como liderança feminina, destaca-se e avança na reivindicação por outros direitos sociais para a comunidade.

Entrevista II - ANITA

Anita nasceu no município de Água Boa, em 20 de abril de 1947, tendo, na época dessa entrevista 76 anos. Casada, se autodeclara parda, evangélica, mãe de seis filhos, possui o ensino fundamental incompleto. Ela relata que chegou em Belo Horizonte no ano de 1974, acompanhada pelo marido, familiares e com quatro filhos. Nos anos seguintes, nasceram as duas últimas filhas.

De acordo com suas informações, a família decidiu morar em Belo Horizonte, uma vez que, já casada e com filhos, a sogra vendeu o terreno que recebera de herança. E junto com todos os herdeiros resolveram tentar a vida em Belo Horizonte, instalando-se, mais especificamente, na região do Aeroporto da Pampulha. Com o crescimento da cidade, a família teve dificuldades em construir e manter os padrões residenciais predominantes na região. Então, nos anos seguintes, pressionados pela especulação imobiliária, decidiram vender o terreno na região da Pampulha e se deslocarem para no entorno da Capital.

No final da década de 1970, sem residência própria e distante dos parentes, Anita, juntamente com seu marido e seus filhos se instalam no Bairro Madry, localizado na região norte de Belo Horizonte. Lá residiram até o ano de 1991.

Entrevista III – ROSINHA

Rosinha nasceu em 23 de junho de 1970, na cidade de Brasília de Minas - MG, casada,

mãe, estudante da EJA, se autodeclara parda e evangélica.

No ano de 1990, Rosinha e sua família procuraram o poder público em sua cidade para realizar o tratamento de saúde de seu filho. No entanto, o município não disponibilizou a assistência necessária para o atendimento da criança, o que fez com que a família vendesse sua casa no interior, e mudasse para Belo Horizonte.

A família chega na capital no mesmo ano em que Fernando Collor de Mello (1990-1992) assume a presidência do Brasil e implanta o Plano Collor. Em decorrência disso, o banco no qual estava depositado o dinheiro proveniente da venda da casa de Brasília de Minas, bloqueou os valores, deixando a família desamparada economicamente.

Na capital, a criança veio a óbito. A mãe e o marido, empobrecidos pela ação do governo, optam em permanecer na região metropolitana. A partir de então, a família se instala em diferentes bairros da Regional Norte de Belo Horizonte e, assim, devido à falta de recursos para pagar aluguel, passam a morar no bairro Jaqueline, local de trabalho que fora conquistado pelo esposo.

Após se adaptar a viver em uma marcenaria, mantendo apenas os itens necessários para a sobrevivência, Rosinha passa a frequentar as reuniões da associação Comunitária do Bairro Jaqueline, integrando o Clube de Mães “Libertação” que reivindicava a garantia do direito à moradia. E, assim, nos anos seguintes, conquista a sua casa própria na Vila Mariquinhas e começa a frequentar a turma de alfabetização de adultos inaugurada pela Associação Feminina do Bairro Juliana.

Entrevista IV - TÂNIA

Tânia nasceu na cidade de Carmésia, Minas Gerais em 09 de janeiro de 1955, chegou em Belo Horizonte ainda na infância. Possui ensino superior completo, se autodeclara mulher negra.

De acordo com Tânia, na década de 1980, já era mãe solo de quatro filhos, moradora da regional norte. Foi fundadora do Clube Assistencial das Donas de Casa. No ano de 1985, foi convidada a participar dos encontros promovidos pela Federação Mineira de Mulheres (FMM), ao mesmo tempo em que se envolvia nas reuniões articuladas pelo Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8).

Tânia diz que, em 1983, após vincular-se à FMM, passou a participar de encontros voltados para articulação de mulheres em diferentes comunidades periféricas, com o objetivo principal de garantir a efetivação do direito à moradia popular para mães chefes de famílias.

Por isso, decidi em uma reunião com as mulheres filiadas ao Clube Assistencial das Donas de Casa do Bairro Juliana, como um ato de luta coletiva, que se juntariam a outras entidades populares e reivindicariam do governo a efetivação do direito à moradia em Belo Horizonte. Em 1990, realizaram a primeira ocupação na Fazenda Mariquinhas. Nesse primeiro momento, não obtiveram êxito no diálogo com o Governo Estadual, e as barracas foram retiradas da área ocupada pela ação da polícia. No entanto, em janeiro de 1991, após o segundo movimento de ocupação da Fazenda, o governo estadual desapropriou o terreno para a construção das moradias.

Quadro 1- Das entrevistas realizadas

Entrevistada	Data	Duração em minutos
Irene	14 março de 2023	74min12seg
Anita	15 março de 2023	59min38seg
Rosinha	15 março de 2023	48min03seg.
Tânia	05 de junho de 2023	79min50seg.

Fonte: própria

CAPÍTULO 03

O CRESCIMENTO DA CIDADE E AS MULHERES NOS MOVIMENTOS DE OCUPAÇÃO PELA MORADIA

Eu sou Irene, eu participei do movimento pela moradia, junto a outras pessoas que tinham vontade de ter suas casinhas. Então em cada bairro tinha uma reunião, e tinha o coordenador daquela reunião para o movimento dos sem casa. Eu nessa época morava no São João Batista¹⁵ e comecei a frequentar essa reunião da Dona Inês. Eu pagava aluguel. Eu paguei aluguel, quarenta anos sofridos. Porque aluguel, como se diz: você paga por uma coisa que não é seu. Mais tarde não é da gente. Minha vizinha falou comigo, Irene vamos frequentar a reunião? É a reunião da Dona Inês¹⁶, é lá próximo ao bairro São Benedito. Você vai mudar para lá mesmo. Eu já ia mudar para o São Benedito, porque o aluguel estava caro, então eu mudei, porque eu achei um barracão mais barato no São Benedito (Irene entrevista 14/04/23).

Para a escrita deste capítulo, busca-se reunir elementos do cotidiano, relatos das vivências, reflexões pessoais das quatro mulheres que participaram do movimento de ocupação pela moradia. Trata-se de memórias que não podem ser ignoradas, já que nos remetem para uma ampla compreensão de que, à medida em que o movimento de ocupação avança na conquista da moradia, uma estrutura fundamental para a sobrevivência de suas famílias, durante esse trajeto, assume também uma consciência coletiva que conduz para o caráter emergencial de efetivação da Educação Pública.

Blikstad (2017, p.14) salienta que, assim como em outras políticas sociais, a reivindicação por direitos sociais ocorre como uma dimensão linear imediata da conquista da moradia.

Movimentos de pessoas pobres como os que compõem o universo dos movimentos de moradia são complexos, trazem consigo urgências, explicitam as graves falhas na efetivação de direitos e são fundamentais para seguir pressionando por essa efetivação (BLIKSTAD, 2017, p.14).

Dessa forma, registrar as narrativas das mulheres do Mariquinhas e seus impactos para a efetivação da EJA, uma modalidade específica de ensino que potencializa sujeitos em territórios negligenciados, assim como em outras políticas sociais, instrumentaliza processos de análise dos dilemas que envolvem territórios periféricos e o direito à cidade. Nesse sentido, Castro *et al.* (2023, p. 190) evidenciam que:

¹⁵ O bairro São João Batista fica localizado na regional Venda Nova, em Belo Horizonte.

¹⁶ Inês Alckmin foi presidenta do Clube de Mães Libertação, associação feminina do bairro Jaqueline que estava na condução da luta pela moradia em Belo Horizonte.

(...) não é possível falar em educação sem falar em direito à cidade e vice-versa, ou seja, são temáticas não dicotomizadas. É preciso garantir o acesso dos educandos - principalmente dos marginalizados da EJA -, à cidade para que o processo de educação aconteça de forma mais horizontal e humanizada. Só assim é possível construir uma sociedade mais igualitária, em que haja sujeitos periféricos empoderados (CASTRO; ARAÚJO, SIQUEIRA; SILVA; LEITE E CARVALHO JÚNIOR, 2023, p. 190).

Tendo isso em mente, apresenta-se inicialmente, nesta seção, premissas sociais que conduziram a população empobrecida à reivindicação pela moradia na capital mineira no ano de 1990. Isso é realizado a partir de uma releitura, ou ressignificação dos movimentos sociais em implicações que fomentaram o processo histórico de reparação de direitos à escolarização.

Os fragmentos da entrevista que iniciam a escrita desta seção seguem esta dinâmica de reivindicação de direitos sociais, trata da memória de Irene, mulher, casada, mãe de seis filhos, que devido aos preços exorbitantes dos aluguéis na Região Metropolitana muda-se para o Bairro São Benedito localizado na divisa entre a zona norte de Belo Horizonte e o município de Santa Luzia. Irene começa a participar das reuniões no Clube de Mães Libertação no bairro Jaqueline, adere ao acampamento pela moradia na igreja São José, envolve-se com a coletividade da ocupação e torna-se liderança comunitária no Conjunto Mariquinhas.

Do ponto de vista social, o contexto econômico da família de Irene constitui um ponto de partida referencial, a partir do qual foi possível compreender a construção do Conjunto Mariquinhas como reflexo do crescimento desordenado que ocorreu em 1970, em direção à região norte de Belo Horizonte. Assim como parte do processo da urbanização da região norte, a Fazenda Mariquinhas, por sua proximidade aos municípios limítrofes à capital mineira tornou-se um território favorável para a construção de residências destinada à população empobrecida.

No que diz respeito ao crescimento da Grande Belo Horizonte¹⁷ e ao contexto de intensificação das áreas periféricas em direção à Região Norte-BH, a partir dos anos 1970, Souza (2008, p.70) explica que:

A exemplo do que vinha ocorrendo nas últimas décadas, nos anos 1970 Belo Horizonte e a RMBH cresceram em todas as direções, mas principalmente para o Oeste e para o Norte. A primeira já havia se consolidado nos anos 60, como polo industrial da RMBH; na região Norte, intensificou-se a ocupação da região de Venda Nova, São Benedito, Santa Luzia e Ribeirão das Neves, consolidando o processo de conurbação de Belo Horizonte nessa direção, iniciado nos anos 50. (SOUZA, 2008, p.70)

¹⁷ A Regional Metropolitana de Belo Horizonte- RMBH, foi criada por lei em 1973, atualmente conta 34 municípios situados em seu entorno. De acordo com o Censo 2022, possui 5.127.694 habitantes, em uma área de 9.472,6 km².

Nesse contexto, cumpre salientar que, ao longo da década de 1970, a exemplo do processo de periferização que atinge as grandes metrópoles brasileiras, a Região Metropolitana de Belo Horizonte se expande. Dessa forma, o governo estadual, no intuito de manter o controle da urbanização, criou a Superintendência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte (Plambel)¹⁸, entidade responsável pelo diagnóstico e planejamento dos recursos financeiros destinados ao planejamento urbano.

Adiante, no ano de 1980, ainda em período de exercício da Plambel, o Vetor Norte¹⁹ expressa-se como uma área em desenvolvimento, propiciando a abertura de loteamentos populares, chácaras e sítios. Em contrapartida, em relação ao aspecto socioeconômico dos moradores, o contrário prevalece, uma vez que a região exhibe financeiramente as características de uma população com baixa renda e carente de expressiva política habitacional eficaz, capaz de contemplar as famílias em seus loteamentos.

Segundo Souza, (2008, p.74):

A partir dos anos 80, a prática de planejamento regional e urbano foi, aos poucos, abandonada. No caso específico das regiões metropolitanas, essa mudança implicou em perdas significativas, tendo em vista o corte de verbas federais destinadas às mesmas, ficando a responsabilidade de planejamento do espaço metropolitano inicialmente atribuída ao governo Estadual e, posteriormente, ao governo municipal. Nesse contexto, os órgãos criados para realizarem os planejamentos dessas áreas se enfraqueceram e, inclusive, foram extintos (SOUZA, 2008. p. 74)

Por isso, a luta pela moradia na regional Norte e o movimento de ocupação da Fazenda Mariquinhas, caracterizam-se pelo deslocamento de famílias migrantes em direção às diferentes regionais de Belo Horizonte, acometidas por uma conjuntura política na qual os países da América Latina experimentaram o baixo crescimento econômico, a inflação e, sobretudo, o aumento da desigualdade social.

Em análise da conjuntura econômica brasileira inflacionária e seus reflexos na vida social da população, Ometto, Furtuoso e Silva (1995), enfatiza que:

(...) a crise do endividamento externo manifestada na economia brasileira na década de oitenta reflete-se em desequilíbrios internos que impactam desfavoravelmente na situação econômica da população principalmente através da queda dos níveis de emprego (e crescimento da proporção de trabalhadores sem vínculos formais) observada nos anos iniciais da década, e da aceleração da inflação verificada mais nitidamente nos seus anos finais (OMETTO, FURTUOSO E SILVA, 1995, p.405).

¹⁸ A Plambel foi criada em 1973 como órgão gestor da RMBH e extinta em 1996.

¹⁹ Entende-se como Vetor Norte, Ribeirão das Neves, Santa Luzia e Vespasiano. Essas cidades que atualmente fazem limite com as Regionais Pampulha, Norte e Venda Nova de Belo Horizonte.

Dessa forma, na capital mineira, como consequência da crise financeira, a especulação imobiliária destacava a miserabilidade de trabalhadores ativos e de pessoas desempregadas e sem moradia própria. Por isso, nos bairros, junto ao desequilíbrio econômico repercutem baixos salários, exorbitantes gastos com aluguéis, a carência vivenciada em moradias provisórias, e a falta do amparo do governo municipal em políticas públicas direcionadas à habitação. Esses fatores conduziram a população migrante para a assistência social e para a mobilização coletiva realizada pelas associações comunitárias dos bairros localizados no entorno da capital. Oliveira (2021, p.29) salienta:

(...) com a chegada de expressivos contingentes populacionais à capital mineira, a moradia se tornou uma questão política que precisava ser enfrentada pelo poder público. A década de 1980 se caracterizou pelo espraiamento da cidade de Belo Horizonte e pelas primeiras políticas públicas de construção de moradias populares (OLIVEIRA, 2020, p. 29).

É nesse processo de desigualdade territorial que se enquadra o movimento de ocupação que reivindica a desapropriação da Fazenda Mariquinhas. Em agosto de 1991, cerca de 500 famílias ocuparam a escadaria da Igreja São José e reivindicaram ao governo municipal, na época representado pelo Prefeito Eduardo Azeredo (1990-1993), para que encontrasse soluções para a efetivação do direito à moradia.

A conquista da moradia no Conjunto Mariquinhas na Regional Norte exemplifica as constantes práticas sociais desenvolvidas por associações comunitárias, uma vez que, em uma sociedade desigual, moradores que participam de movimentos comunitários seguem em um processo permanente de reivindicação de direitos fundamentais como saúde, educação e equipamentos de infraestrutura, água, esgoto, energia, transporte público e outros serviços direcionados ao lazer e à cultura.

Com relação ao descaso do poder público em implantar serviços de infraestrutura em regiões periféricas e o papel das associações comunitárias para garantir uma melhor condição de vida para os moradores empobrecidos, Valério (2022, p.16) afirma que: “Os desafios das lideranças comunitárias são muitos, pois envolvem vários direitos negligenciados, sendo alguns deles o acesso e a qualidade de serviços nas áreas de educação, saúde, segurança, lazer, transporte e moradia”.

Portanto, para exemplificar as diferentes formas de potencialidades desenvolvidas por pessoas que historicamente foram negligenciadas em seus direitos devido às situações de pobreza extrema vivenciados no espaço urbano, na próxima seção, são apresentados através de memórias, aspectos do cotidiano referentes à luta pela Educação Pública. Para tal, resgata-se

trechos de entrevistas realizadas com quatro mulheres fundadoras do Conjunto Mariquinhas, moradoras que caracterizam de forma singular o movimento de ocupação pela moradia como instrumentos de educação emancipatória.

3.1 As memórias: pressupostos subjetivos para a promoção da Educação libertadora

A estrutura social está presente na cidade, é aí que ela se torna sensível, é aí que significa uma ordem. Inversamente, a cidade é um pedaço do conjunto social; revela porque as contém e incorpora na matéria sensível, às instituições, as ideologias (LEFEBVRE, 2008, p.66).

Descrever este capítulo é analisar a memória de mulheres que participaram do movimento de moradia na capital Belo Horizonte que, nos primeiros anos de 1990, em reivindicação pelo direito à moradia ocuparam territórios em três lugares distintos: a primeira ocupação ocorreu no pátio da igreja São José na região Central da capital, em um segundo momento foram transferidos²⁰ para a Fazenda Marzagânia, em Sabará; e por último, ocuparam o local do assentamento para construção das moradias na Fazenda Mariquinhas.

Portanto, para atender aos objetivos desta pesquisa narrativa investe-se nas histórias de vidas e memórias, através da escuta sensível e significados atribuídos às seguintes perguntas: Conte-me um pouco sobre você. Como e quando iniciou a sua participação no movimento pela moradia? Fale um pouco de sua experiência nos acampamentos na Igreja São José e na Fazenda Marzagânia. Como foi a chegada no Conjunto Mariquinhas, como foi a relação com a vizinhança do Conjunto Mariquinhas? Em qual momento e por que você considerou importante participar de uma turma de alfabetização e retomar o seu processo de escolarização?

As entrevistas foram realizadas com as mulheres em suas casas, ambiente em que estavam confortáveis e receptivas. Foram assim, de forma calorosa, as visitas realizadas às casas de Rosinha, Anita, Irene e Tânia para entrevistá-las, ademais, logo ao chegar em suas casas, os objetivos do trabalho eram explicados.

Rosinha e Anita foram estudantes na turma de alfabetização em que a pesquisadora autora deste estudo era professora. Irene e Tânia foram líderes comunitárias na mesma associação feminina em que a pesquisadora em questão era filiada. Isso indicia que já havia um conhecimento recíproco entre entrevistadora e entrevistas. Esse fato foi importante para deixar que a cumplicidade rompesse com a ansiedade do momento. Então, as lembranças surgiam. A

²⁰ Aqui, a palavra transferência diz do exercício autoritário do governo municipal em relação ao movimento de ocupação.

pesquisadora estava segura que aquelas mulheres lhe confiaram suas memórias. Realizado esse momento de explicação sobre o funcionamento das entrevistas, avança-se à abordagem do conteúdo manifesto nas entrevistas.

De acordo com Tânia, liderança comunitária na regional norte, o movimento de ocupação na Fazenda Mariquinhas foi iniciado em setembro de 1989. A ocupação iniciou-se quando algumas famílias de moradores da Regional Norte de Belo Horizonte, assistidas pelas associações comunitárias dos bairros Juliana e Jaqueline, acamparam na Fazenda Mariquinhas. Tânia explica que o terreno em que se iniciou o processo de ocupação pertencia, por herança, a sete irmãos, mas devido à popularidade de três herdeiras, o lugar foi chamado pela comunidade como Fazenda Mariquinhas.

De acordo com as palavras de Tânia, esse primeiro movimento de ocupação foi um ato breve e contou com a participação de mulheres filiadas ao Clube Assistencial das Donas de Casa dos bairros Juliana e do Clube de Mães “Libertação” do bairro Jaqueline. Para esse primeiro ato de ocupação, as entidades comunitárias foram apoiadas por algumas lideranças da Federação Mineira de Mulheres. A ocupação na Fazenda durou pouco mais de vinte quatro horas, mas a imprensa compareceu e documentou a construção de algumas barracas de lona. As mulheres e crianças que participaram do movimento foram reprimidas pela polícia que estava armada e com a presença de cachorros, que inibiu e ordenou que removessem as barracas do terreno.

Ainda que as falas introduzidas por Tânia insinuem brechas a respeito do propósito dos movimentos sociais e seus desdobramentos no movimento de ocupação para a conquista da moradia ela, entende que a sua militância política no MR 8 é indissociável de suas vivências. Além disso, pontua que considera essa experiência fundamental para as suas escolhas. Gregório (2022, p.15) afirma que “na década de 1980, no processo de redemocratização do país, movimentos sociais que reivindicavam melhorias para a população em vulnerabilidade social ressurgiram”.

Logo em seguida, ao lembrar esse episódio tenso na Fazenda Mariquinhas, a entrevistada explica em que princípios sociais se constituíam a dinâmica da atuação dos movimentos sociais que historicamente estiveram envolvidos no processo de mobilização coletiva nos bairros Jaqueline e Juliana. Tânia também expõe os objetivos que levaram ao primeiro momento de ocupação da Fazenda, no último semestre de 1989 e define essa primeira ocupação como elemento precursor para as negociações que envolveram o processo de desapropriação e ocupação do terreno, no ano de 1991.

“...a gente tinha um objetivo, criar renda para as mães chefes de família. Como objetivo prioritário a renda, moradia e educação. Nisso a gente foi organizando aqui na região Norte, vários grupos de associações de Mulheres de Belo Horizonte, e essas associações de mulheres, cada uma tinha o seu grupo. E esse grupo, a gente se organizava através do movimento social que era o MR-8. E o MR-8 foi tão importante na minha vida, tanto para dar uma direção na minha vida, como na vida das outras companheiras. Porque a gente organizava reuniões várias vezes no mês. O que hoje a gente vê que está elencado pela Constituição de 1988. Porque a Constituição de 1988, ela traz no seu bojo, os direitos fundamentais, com objetivo de reorganizar a sociedade.

Foi através do movimento de mulheres nos bairros Juliana, Jaqueline, Tupi, Guarani, São Bernardo, que a gente fez vários encontros, e decidimos que devido a gente morar aqui em Venda Nova e conhecer bem a região, a gente decidiu ocupar a Fazenda Mariquinhas. O grupo ocupou a Fazenda Mariquinhas por duas vezes, na primeira vez em 1989 a gente não foi bem-sucedida, na segunda vez, a gente contou com ajuda, do então governador de Minas Gerais, Newton Cardoso, através da Secretaria de Desenvolvimento Social. E o Newton Cardoso em 90, ele desapropriou a Fazenda Mariquinhas, a gente... nós saímos da fazenda, que foi toda uma negociação, e logo em seguida, a gente voltou (Tânia, depoimento em 05/06/23.).

De acordo com as informações trazidas por Tânia, no ano de 1991 ocorreu uma segunda ocupação. Nela, cerca de 550 famílias têm o seu direito à moradia reconhecido. Devido à força do movimento de ocupação, o governador Newton Cardoso (1987-1991) reconhece a Fazenda Mariquinhas como terreno devoluto e firma um compromisso público, porém sem data prevista para iniciar o processo de desapropriação do terreno para fins de construção de moradias. No entanto, nos meses seguintes, ao acordo com o Governo Estadual, as famílias passam pela necessidade extrema de sair dos aluguéis, associado a falta de um retorno imediato do governo para iniciar a entrega do loteamento. Isso fez com que a comunidade novamente se reunisse em manifestação na Praça Sete, hipercentro de Belo Horizonte, maneira encontrada de pressionar os órgãos públicos para acelerar a entrega do terreno, então, o coletivo pela moradia decide ocupar o pátio da Igreja São José.

No que se refere às narrativas que dizem respeito às estratégias de envolvimento da comunidade e à decisão das mulheres em acampar na igreja São José, entendeu-se adequado entrevistar, também, Dona Irene, liderança comunitária fundadora do Conjunto Mariquinhas. Trinta anos se passaram desde a ocupação iniciada na Igreja São José. Fui recebida por uma senhora idosa, muito atenciosa e empolgada com os impactos da pesquisa para a comunidade do Mariquinhas. Ela disse à entrevistadora que começou a participar do movimento pela moradia, quando impossibilitada de pagar aluguel no bairro São João Batista, na regional norte de Belo Horizonte, mudou-se para o bairro São Benedito em Santa Luzia²¹. Assim, por convite da vizinha, conheceu e começou a frequentar as reuniões de pessoas sem casas que aconteciam

²¹ D. Inês Magalhães de Alckmin, falecida, foi presidente da Associação Comunitária do Bairro Jaqueline.

em um galpão, na sede do Clube de Mães Libertação, na associação comunitária do Bairro Jaqueline, uma entidade presidida por Dona Inês²². A partir dos diálogos nas reuniões, as participantes programaram as passeatas em diferentes espaços públicos da Capital.

Os significados que Tânia e Irene vão elaborando acerca do movimento de ocupação, embora as duas percorrem caminhos diferentes, não se distanciam, unem-se em seus objetivos coletivos.

Blikstad (2017, p.245) relata que

As pessoas sabem o que elas devem e podem fazer para que tenham acesso aos benefícios pela mediação do movimento. Elas sabem que o movimento valoriza a luta e o sofrimento de cada uma delas, e que busca transformar esse sofrimento e essa luta em conquistas, elas sabem que se participarem mais das atividades têm chances maiores de conseguir acesso à sua casa do que se participarem menos, ou de que vale a pena viver o tempo da espera recheada de atividades para aumentar suas chances de se beneficiar da conquista (BLIKSTAD, 2017, p.245).

Assim, durante as narrativas, Tânia centraliza suas memórias para enfatizar a importância da militância feminina em unificar os interesses da comunidade, diferenciado desse raciocínio, Dona Irene se preocupa em descrever detalhadamente o dia a dia das mulheres no pátio da igreja.

Em sua entrevista, Irene é enfática ao relatar a chegada na Igreja São José. Ao longo da entrevista, deixa transparecer seus desapontamentos em relação ao estranhamento que foi provocado no padre responsável pela paróquia, quando houve a ocupação e construção das barracas de lona no pátio da igreja. Com nitidez, confirma as muitas dificuldades encontradas naquele lugar, a falta de apoio da instituição religiosa, os desafios para manter a alimentação improvisada, o direito de ir e vir na cidade e, sobretudo, em relação ao uso do banheiro que foi negado para as pessoas que estavam na ocupação.

Eu sei que... cada um pegou um pedacinho lá e fez uma barraquinha e quando nós estávamos com as barracas, tudo pronto... de manhã... o padre veio e disse: não pode. Quem é que está fazendo essa orientação, vocês estão invadindo a igreja gente... olha como é que vocês fizeram.

...então, ele falou para nós...o padre falou: mas os banheiros, em nenhum vocês podem entrar. Os banheiros são das pessoas que vêm à missa. Ninguém vai para o banheiro, porque eu vou colocar vigia. Então, nós concordamos, nós queríamos a nossa terra...então, a hora que dava a vontade de usar o banheiro, nós atravessamos a Afonso Pena, saímos correndo ali...e usávamos o Parque Municipal. Banho, nós tomávamos lá nos banheiros do Parque Municipal (Irene, depoimento em 14/04/23).

²²Santa Luzia, cidade da Região Metropolitana de Belo Horizonte, limítrofe com a Regional Norte.

As narrativas de Irene se entrelaçam com os significados que as mulheres trazem para os objetivos desta pesquisa. Desse recorte narrativo, que emerge tristeza e indignação quando a entrevistada fala do cotidiano no pátio da igreja, vale destacar que geralmente a população de baixa renda que participa de movimentos direcionados à moradia popular, é expressivamente constituída por mulheres trabalhadoras ou desempregadas, por mães solo, principalmente mulheres negras. Por isso, deixam transparecer as dificuldades e tensões pelo desconforto em relação à negação do uso dos sanitários da igreja pelo padre às mulheres do movimento de ocupação para que elas pudessem manter a higiene corporal. Posto isto, na narrativa, a função social da igreja, representada pela autoridade do padre, sinalizava os interesses que construíam a relação de poder naquela área elitizada que marginaliza as mulheres empobrecidas.

A respeito do protagonismo de mulheres em movimentos de ocupação urbana, Silva, Gomes e Lopes (2014, p.194) afirmam que:

É fundamental reconhecer que a liderança dessas mulheres em espaços como ocupações urbanas, ainda com todas as dificuldades impostas pelos valores patriarcais que ainda predominam na sociedade, são uma prova da possibilidade destas se construírem como sujeitos políticos e inclusive enquanto referências políticas, ainda que este papel tenha sido negado às mulheres por quase toda sua história.

A ocupação na igreja e as privações sofridas pelas pessoas acampadas no pátio da igreja corroboram as afirmações que dizem respeito ao processo de segregação social fundado na construção da metrópole mineira. Trata-se de um processo de exclusão histórico, a fim de promover o afastamento de pessoas empobrecidas das áreas nobres localizadas no centro urbano.

Diante dessas colocações, França Junior (2019, p.36) aponta as estratégias que limitam a circulação de pessoas oriundas de territórios periferizados, como reflexo das barreiras físicas e simbólicas que impedem o direito à cidade.

Essa série de impedimentos cria e reforça a invisibilidade desses sujeitos, que, por sua origem, embora sejam fundamentais na manutenção das desigualdades que privilegiam o centro, precisam ter sua presença invisibilizada e negada para a construção irreal de uma cidade “asséptica” e esteticamente agradável aos padrões da elite brasileira (FRANÇA JUNIOR, 2019, p.36).

No acampamento da igreja, as mulheres ficaram em barracas por cerca de dois meses. No pátio, as comunidades ergueram as barracas de acordo com a organização inicial nos bairros. Informação que foi relatada por Anita, ao afirmar que as lideranças comunitárias “faziam chamadas” e construía uma lista de presença dos moradores como tentativa de manter a

segurança, a parceria, a confiança e apoio nas mais diversas decisões do movimento de ocupação. Assim, de forma descontraída, narra sua impressão acerca dessa organização política e, valendo-se do vocabulário popular, nomeia as lideranças como “*os donos do grupo*”.

...os donos daqueles grupos, eles nos ajudaram muito. Eles não deixavam a gente ficar... assim triste. Lá, nós recebíamos comida e lanche. Nem sei quem fornecia, só sei que nós recebíamos a comida. Eram muitas barracas, e ficávamos lá um bocado de mulher nas barracas, ...” tinha várias barracas. Cada tribo ficava em uma barraca” (Anita depoimento em 15/04/2023).

O cotidiano do movimento de ocupação na Igreja São José, exposto pelas palavras de Anita, conduzem a acreditar que durante os meses em que as mulheres estiveram acampadas, elas foram construindo uma relação de intensa atuação política e companheirismo. Um reconhecimento mútuo, uma aliança muito grande, lembranças de uma trama de sonhos e esperanças que falam de dignidade e direito à cidade. Em contrapartida, houve o apagamento histórico da participação das mulheres na construção da história da cidade. Assim, à medida que se foi conhecendo suas vivências, o silêncio no olhar, decifrava-se cuidadosamente, a forma carinhosa como Irene, Anita e Rosinha descreviam as amizades criadas nas barracas coletivas que lhes abrigavam. Memórias que acenam para as conquistas e partidas das muitas companheiras que se foram com o passar dos anos e, desse modo, impossibilita o curso da vida.

Ah...porque eu era muito calada né... ficava assim... encostada lá parada sem conversar... porque eu não tinha o costume, nem... de ficar no meio do movimento de gente, e as mulheres do movimento parece que elas me colocaram para frente um pouquinho, eu acostumei com elas. E fiquei mesmo... muito alegre no meio delas. Eu achei muito bom ficar com elas... aquele grupo de mulher. (Anita, entrevista em 15/04/2023).

Portanto, o problema que foi apresentado: mulheres e desigualdades. O machismo estrutural criou grupos vulneráveis e, historicamente, como herança dessa estrutura de poder, aos homens culturalmente, foi imposta a responsabilidade da manutenção financeira e às mulheres negras, sobretudo, a função de domésticas e de cuidadoras. Ainda, neste viés discriminatório, diante da preocupação, ora com o abrigo para seus filhos, ora para com os demais familiares, cai sobre as mulheres chefes de famílias²³, a responsabilidade de criar estratégias para aquisição de suas casas. Assim, diante da rigidez dessa estrutura

²³ O termo “chefes de famílias” é, aqui, usado de acordo com a contextualização das mulheres entrevistadas, na atualidade pode ser entendido como “mãe (s) solo”.

preconceituosa, as mulheres com baixa renda, em busca da garantia de sua própria existência e de seus dependentes, são levadas a se apoiarem mutuamente.

Dessa forma, tal referência serve para se repensar a condição feminina em um processo de militância. Silva, Gomes e Lopes (2014, p.194), consideram que:

(...) superando a imagem que lhe é oferecida, as mulheres também podem desempenhar um papel político, e inclusive de liderança, em pautas econômicas, como a luta pela terra ou pela moradia, ainda que para isso dependam de uma rede de solidariedade com outras mulheres para compartilharem suas responsabilidades domésticas. Ocorre que, conforme constatado nas observações acima, as referidas lideranças não estão isentas da dupla jornada de trabalho impostas e admitidas pelos valores patriarcais. Ocorre que a indicação para espaços de coordenação das ocupações urbanas podem ser relacionados à própria associação das características e aptidões femininas a possibilidade de administrar uma ocupação, isto é, um lar que serve à coletividade. (SILVA; GOMES; LOPES. p.194).

Conforme foi documentado pelos jornais da época, as 500 famílias ocuparam o pátio da Igreja São José por um período de dois meses e, após reunião, com o Prefeito Eduardo Azeredo, o movimento de ocupação aceitou a transferência das barracas para outra cidade. Mediante a promessa da entrega das casas, a Secretaria Municipal de Ação Social, em agosto do ano de 1991, retira o acampamento do pátio da igreja para ocupar provisoriamente a Fazenda Marzagânia em Sabará²⁴.

Juntas por horas, ao longo da tarde, com uma vontade incessante, Irene relata as dificuldades encontradas pelas mulheres durante a ocupação na Fazenda Marzagânia. Ela diz que para construir as barracas, o matagal foi cortado e preparado por cada família. Ademais, comenta que o único auxílio que foi ofertado pelo Governo Municipal consistiu em fornecer os caminhões, que chegaram no início da noite, para a remoção do acampamento para a cidade de Sabará.

Eu sei que nós conversando com o prefeito, ele falou: eu vou tirar vocês daqui, da Igreja São José. Então perguntamos e para onde nós vamos? Ele falou...calma... vocês vão lá pra Sabará, Marzagânia...vocês vão ficar lá. Tem um terreno lá. Vocês vão ficar lá, até nós decidirmos, o que nós vamos arrumar com vocês. Nós vamos ceder o caminhão. O caminhão para levar a mudança de vocês. Então, marcamos tudo direitinho e fomos. Quando o caminhão chegou lá para buscar todo mundo, aquele tanto de caminhão, colocou tudo dentro e foi. Eu mesmo, quando cheguei lá, em Sabará, já estava escurecendo, então, até que a gente armasse as barracas...até que a gente fizesse tudo...eu falei assim... quer saber de uma coisa, eu vou só esticar esse colchão aqui, e vamos deitar. Amanhã de dia a gente arruma. Deitamos, era mato puro, mato alto. Nós jogamos o colchão em cima do mato. Então, nós ficamos. Porque nós é que limpamos tudo para poder ficar lá. No outro dia levantamos, fomos olhar o lugar, muito bonito o lugar. E lá na Marzagânia, tinha uma avenida que ia para Sabará. Passava também um córrego, e no meio uma pinguela. (Irene em entrevista 14/04/23).

²⁴ Sabará, cidade limítrofe, distante 23 quilômetros de Belo Horizonte.

A Fazenda Marzagânia fica localizada próxima à Rodovia Fernão Dias, conhecida como BR 381, região limítrofe com a cidade de Sabará. A decisão do executivo mineiro em retirar o movimento de ocupação da região central de Belo Horizonte se afirma e reflete a ideologia higienista.

O movimento de ocupação foi retirado da região central e direcionado a uma área de risco, um local próximo a um córrego sem canalização e ao lado de uma rodovia na qual transitavam veículos com cargas pesadas. Infortúnios que caracterizam a miséria de posição e miséria de condição. Cunha, Oliveira; Valério (2023, p.332) afirmam que quase dois séculos após a criação da capital mineira, as concepções higienistas causam desigualdades que levaram a construção de barreiras físicas e simbólicas, empecilhos sociais materiais ou imateriais que hierarquizam pessoas no espaço urbano.

O movimento de ocupação ficou na Fazenda Marzagânia, por meses. Durante esse período, o coletivo persistia em contato com os órgãos públicos através de passeatas e reuniões. No entanto, os meses se passaram e não foi apresentado pelos representantes do governo nenhum compromisso com a comunidade que ocupava aquele território na esperança do direito à moradia.

Os jornais da época relataram óbitos de adultos e crianças devido à falta de água potável e alimentação saudável. Conforme os relatos de Rosinha e Irene, diferente da situação ocorrida na ocupação da igreja São José, local em que as barracas eram coletivas, na Marzagânia o movimento expandiu-se, uma vez que cada família montou sua própria barraca, buscando os familiares, tornando-se uma grande comunidade em barracas de lonas. No entanto, apesar do crescimento do movimento de ocupação, a situação de precariedade continuou e, assim, para a alimentação e higiene a comunidade que estava acampada buscava água, em latas, no córrego a céu aberto.

Oh... lá na Marzagânia foi um pouco melhor, porque a gente fez as barracas da gente, separadas. Carregava água na cabeça. Era uma mata, mas foi melhor! Eu me senti normal, estava em uma luta boa, com pensamentos positivos... que eu ia conseguir a casa, que eu ia criar meus filhos num lugar...apesar de ter muita discriminação. O pessoal do bairro chamava a gente de favelado, essas coisas assim. Mas eu nem ligava não. (Entrevista Rosinha 15/04/23).

No outro dia levantamos, fomos olhar o lugar, muito bonito o lugar. Quando chovia, o córrego enchia, a água entrava lá dentro das nossas barracas, só faltava levar nós também, molhava tudo, era aquele transtorno, aquele desespero, mas nós ali, firme. Nós estávamos com problema de água. Porque nós não sabíamos, como que iríamos arrumar água para cozinhar, beber, tomar banho. Então, arrumamos um bocado de homem e enfiamos para dentro do mato. Eu disse: A gente vai achar água, aqui, porque se tem esse córrego, deve ter alguma mina por aqui...E nós encontramos uma mina, com aquela água descendo, aquela coisa mais linda. Então, nós arrumamos tudo

bonitinho, nós tomamos banho, nós pegávamos água para cozinhar...para beber. Era limpinho, tudo arrumadinho, para não contaminar. E lá na Marzagânia nós também não ficava quieto não, nós íamos para a cidade em passeata. Reivindicar o que nós estávamos querendo, nossas casas. (Entrevista Irene 14/04/23).

Durante o período em que as mulheres estiveram na Marzagânia, os dilemas sociais relacionados à educação, saúde, emprego e renda se acentuaram. Como o local era um território transitório para o movimento de ocupação e não houve por parte do governo municipal responsável pela construção das moradias nenhum tipo de assistência à população que estava em barracas, as condições sociais das famílias se caracterizou por um completo abandono do poder público.

Figura 10- Abastecimento de água durante a ocupação da Fazenda Marzagânia



Fonte: Arquivo particular

No primeiro impasse citado anteriormente, remete ao direito à escolarização das pessoas do movimento de ocupação, nesse momento, intensifica os aspectos de negligência. No entanto, como o direito à educação imprime o objeto central desta pesquisa, posteriormente volta-se a discuti-lo de maneira detalhada, em específico mais à frente em outra sessão.

A Constituição de 1988 (BRASIL, 1988) decretou a educação básica como direito subjetivo. Contudo, na Marzagânia, a violação do direito foi denunciada pelas lideranças aos órgãos do governo e para o conhecimento da população geral através da imprensa jornalística que acompanhava e divulgava diariamente a miséria social na ocupação.

As escolas se recusaram a efetivar as matrículas das crianças, alegando que as famílias não possuíam uma moradia fixa na localidade e, assim, pela impossibilidade de apresentar um comprovante de residência os moradores da ocupação tiveram seus direitos violados. Esse fato serve para evidenciar a prática recorrente de segregação territorial enfrentada por pessoas

pertencentes aos movimentos de ocupação quando recorrem aos espaços de assistência social na busca de serviços relacionados às políticas públicas.

Essas questões, nesta pesquisa, conferiram um direcionamento para entender que a violação ao direito à educação pública se refere ao direito à cidade e integra as barreiras visíveis e invisíveis que impedem a população periférica de acessar seus direitos constitucionais. Castro *et al.* (2023, p.178), em discussão semelhante acerca dos empecilhos que atrasam a acessibilidade de pessoas empobrecidas a museus e aos espaços de lazer, destaca o evento de discriminação de pessoas ocorrida na Fazenda Marzagânia.

Percebe-se que ainda que o acesso amplo e democrático ao espaço urbano seja parte da agenda dos Direitos Humanos e esteja inserida na Constituição do Brasil de 1988 (BRASIL, 1988), nem sempre está se mostra efetiva na realidade. Isso faz com que seja necessária uma preparação dos espaços para acolherem toda a população, e mais que isso, fornecer meios para a população periférica alcançar os centros não só para o trabalho, mas também para o lazer.

Durante a entrevista, várias foram as vezes em que Irene descreveu como ocorria o desenvolvimento intelectual político dos sujeitos do movimento de ocupação. Na Fazenda Marzagânia, os participantes do movimento continuavam em mobilização, realizavam passeatas, reuniões e encontros com os membros do legislativo. As reuniões aconteciam mediante organização prévia das lideranças que ficavam responsáveis pela entrada e acesso de pessoas dentro da ocupação.

Em outra entrevista, Anita também acrescenta que cada liderança fazia o registro do membro que estava acampando sobre a responsabilidade do seu grupo. A pessoa deveria responder a uma espécie de chamada diária para comprovar a permanência no local e nas reuniões de repasse de informações. Esse comportamento era um combinado seguido por todos os membros do movimento de ocupação.

Ao escrever essas informações, entendendo o papel formativo de consciência política que se cria nos movimentos sociais a partir da atuação das lideranças que de forma responsável, divulgavam as informações e argumentavam junto ao coletivo soluções para as reivindicações do movimento. Nota-se que nos movimentos sociais, as reuniões apresentam como objetivo refletir em torno de ausências, e das estruturas que mantêm as desigualdades como uma estratégia de despertar nos sujeitos seu papel social e a consciência política como fundamento do exercício democrático. Portanto, dialogar na perspectiva da consciência coletiva se torna um desafio diário para as lideranças. Dessa consciência construída entre os sujeitos, Freire (1979, p.15) pontua que:

Por isso mesmo, a conscientização é um compromisso histórico. É também consciência histórica: é inserção crítica na história, implica que os homens assumam o papel de sujeitos que fazem e refazem o mundo. Exige que os homens criem sua existência com um material que a vida lhes oferece. A conscientização não está baseada sobre a consciência, de um lado, e o mundo, de outro; por outra parte, não pretende uma separação. Ao contrário, está baseada na relação consciência – mundo. (FREIRE, 1979, p.15).

Conforme informações dos jornais da época, em relação ao acesso a emprego e renda, a indiferença com os trabalhadores que moravam na ocupação, contribuiu para o aumento da pobreza. A discriminação se manifestava principalmente quando os sujeitos do movimento, direcionados à procura de uma vaga para trabalho comunicavam para o provável empregador que moravam em barracas de lonas. As vagas de emprego não eram preenchidas e os trabalhadores retornavam desprovidos de condições financeiras para a manutenção de suas famílias. Nesses momentos, os obstáculos invisíveis nutriam a segregação dos sujeitos.

Em relação à assistência à saúde, na Fazenda Marzagânia, conforme exposto anteriormente, devido às condições precárias e ao descaso do governo em assistência às famílias que estavam no território de ocupação, houve adoecimentos constantes e mortes de crianças e adultos.

Figura 11- Relatos de abandono e descaso com as famílias da ocupação no território da Fazenda Marzagânia



Fonte: Jornal impresso. Arquivo Particular (30/03/1992)

No decorrer da entrevista, Irene relembra os trâmites estabelecidos em reunião com o prefeito Eduardo Azeredo, no segundo semestre do ano de 1992. Momento em que o governo municipal de forma veemente propõe para as lideranças do movimento de ocupação o desejo

de assentar a população acampada em prédios da Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais-COHAB²⁵ na região de Nova Lima²⁶.

O coletivo da ocupação não aceitou a proposta, principalmente, devido à distância entre a cidade de Nova Lima e a Capital, região que concentrava as possibilidades de trabalho para homens e mulheres empregadas e desempregadas que faziam parte do movimento na Marzagânia. Na mesma audiência, o coletivo da ocupação reclamou a preocupação com a escolarização das crianças que estavam há meses fora da escola e reivindica uma solução imediata.

Ficamos um bom tempo na Marzagânia. Até que fomos reivindicar na prefeitura. Então o prefeito queria mandar à todos nós, lá para Nova Lima. Ele falou: Eu tenho onde vocês ficarem. A casa não está pronta não. Lá a gente vai fazer os apartamentos. Então, vocês vão para Nova Lima. Então, nossa resposta foi que Nova Lima era um lugar distante, para nossas crianças estudarem e que muitas já estavam perdendo aula, e que ele precisava resolver a situação. (Entrevista Irene 14/04/23).

Diante disto, conforme o primeiro acordo com o Governo Estadual Newton Cardoso (1987-1991), no primeiro semestre do ano de 1992, as famílias que estavam acampadas na Fazenda Marzagânia foram transferidas para o início do assentamento na Fazenda Mariquinhas²⁷.

A concessão do Governo Estadual em relação às construções das moradias no Mariquinhas contou com a abertura do processo de urbanização, rede de esgoto, água encanada e iluminação pública. Parte das ações de urbanização do Conjunto: abertura de ruas, asfaltamento decorreu por consequência de um acordo firmado durante a primeira ocupação ocorrida no de 1989, durante a gestão da Plambel. A instituição era o órgão responsável por gerir os recursos federais destinados ao planejamento urbano nas grandes metrópoles. No entanto, no ano de 1996 a instituição administrada pelo Estado foi extinta e deixou de ser responsável pelas decisões referentes ao planejamento regional. Por isso, nos anos posteriores, quando o Conjunto Mariquinhas foi fundado, as atividades desenvolvidas pela Plambel nas

²⁵ A Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais – Cohab foi criada pelo governo de Minas em 02 de julho de 1965, com a finalidade de combater o déficit habitacional e urbanização de vilas e favelas no Estado. Em 21 de janeiro de 2003, passou a ocupar pasta na Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana, e a Cohab Minas, na qual a Companhia ficou vinculada.

²⁶ Nova Lima, cidade limítrofe à Belo Horizonte.

²⁷ A Fazenda Mariquinhas está localizada na Regional Norte. A Secretaria de Administração Regional Municipal Norte, foi criada em 1985, possui 212.055 habitantes e é formada por 48 bairros e vilas e possui o maior número de domicílios do tipo conjunto habitacional para baixa renda, promovido pelo poder público. A Regional Norte faz limite com o município de Santa Luzia e com as Regionais Nordeste, Pampulha e Venda Nova.

regionais tornam-se paulatinamente de responsabilidade do governo municipal. Souza (2018, p.74) pontua que:

A partir dos anos 80, a prática de planejamento regional e urbano foi, aos poucos, abandonada. No caso específico das regiões metropolitanas, essa mudança implicou em perdas significativas, tendo em vista o corte de verbas federais destinadas às mesmas, ficando a responsabilidade de planejamento do espaço metropolitano inicialmente atribuída ao governo Estadual e, posteriormente, ao governo municipal. Nesse contexto, os órgãos criados para realizarem os planejamentos dessas áreas se enfraqueceram e, inclusive, foram extintos.

Irene, narra que a chegada na Fazenda Mariquinhas não foi amistosa. A ocupação do terreno foi amparada por documentação emitida pelo governo municipal. No entanto, os moradores dos bairros vizinhos ao local do assentamento chamaram a polícia. A ação policial foi finalizada após as lideranças apresentarem o ofício do prefeito que autorizava a construção das moradias. Assim, ela informa que o único apoio que receberam da prefeitura foi a construção provisória de banheiros e lavanderia coletiva. Por isso, dentro de uma mesma regional, como é o caso da cidade Belo Horizonte, coexistem grupos de diferentes classes econômicas, mas que são divididos em subespaços, ressaltando as desigualdades de acesso aos bens e serviços (VALÉRIO, 2022, p. 61).

Diante das informações expostas por Irene até esse momento, bem como dos relatos de Rosinha, em outra entrevista, a entrevistadora interrompeu-a e pergunte-lhe a respeito da convivência com os moradores dos bairros vizinhos. As duas entrevistas reafirmaram as constantes situações de discriminação a que foram submetidas principalmente, quando os moradores do Conjunto Mariquinhas entravam nos estabelecimentos comerciais. Por outro lado, as duas mulheres aproveitaram o momento para pontuar o crescimento do comércio local em função da criação da comunidade do Mariquinhas.

Quando nós chegamos aqui, no Mariquinhas, nós limpamos tudo, e cada um fez a sua barraca. O prefeito falou: a gente vai fazer banheiros, tanques com água. O pessoal do bairro Etelvina Carneiro, foi comunicado que ia chegar o povo do assentamento. Só que, quando a gente chegou aqui... quando os caminhões foram chegando, encheu de polícia. Achou que nós éramos bandalheiras. Que íamos fazer bagunça. Então nós mostramos o papel que o prefeito deu, mostramos para o chefão que nós não estávamos ali de peito aberto, com ordem do prefeito. Aqui, nós sofremos muito. A gente entrava no armazém, para poder comprar as coisas para a gente comer e entrava um polícia atrás vigiando, éramos vigiados. (Entrevista Irene 14/04/23).

Outro ponto que teve interferência na economia local se refere a mão de obra, como pode ser observado no seguinte relato.

Quando nós viemos para o movimento, o meu marido viajava muito à trabalho. Ele foi mandado embora e passou a trabalhar como mestre de obras no bairro Etelvina Carneiro²⁸, então ele comprava o material aqui, no depósito do Zé. O Zé aprumou foi com nós. No dia do pagamento, ele acertava com o depósito. Nós passamos até dificuldade para construir. (Entrevista Irene 14/04/23)

A Urbel cedeu parte do material para gente construir as casas, porém, eu mesma quase não peguei material nenhum, porque na época meu esposo trabalhava e ele comprou no Depósito do Zé. Na época, ele estava começando, aí nós compramos lá, financiado. A gente foi pagando aos poucos. (Entrevista Rosinha 15/04/23)

Por tratar de especificidades direcionadas ao campo da educação como prática emancipatória, objetivo desta dissertação, considera-se importante retomar de maneira mais detalhada as últimas narrativas que exibem características das barreiras visíveis e invisíveis, abordadas por Irene e Rosinha na luta por condições de vida no espaço urbano.

Na primeira narrativa, a entrevista retoma a chegada à Fazenda Mariquinhas e os aspectos de discriminação por território. Isso constitui um evento contumaz e estruturante que atinge a dignidade das comunidades que surgiram de movimentos de ocupação em áreas urbanas. Essas mazelas sociais foram observadas por outras pesquisadoras que documentam bairros das regionais Pampulha e Barreiros, originários do movimento de ocupação da Igreja São José em que os estudantes e moradores em suas potencialidades contrapõem os atos discriminatórios com práticas pedagógicas. A primeira pesquisa Parreira (2022) retrata o Conjunto Confisco em propostas de experiências educativas dinamizadas com alunos da EJA. Essas propostas evidenciam as habilidades e competências de lideranças femininas que atuam na comunidade do bairro Confisco, regional Pampulha. No que diz respeito à regional Barreiro, Valério (2022) apresenta os relatos dos moradores da Vila Santa Rita quanto às ocupações urbanas em seu entorno e suas consequências no letramento histórico de alunos do Ensino Fundamental.

No que se refere ao direito à cidade, Castro *et al.* (2023, p.174), em conformidade com os contextos de desigualdades narrados nos territórios dos Conjuntos Mariquinhas e Confisco e Vila Santa Rita, assinalam que:

(...) os sujeitos periféricos são alijados de seu direito constitucional de ir e vir em todos os lugares, mesmo na própria cidade em que residem. Na região metropolitana de Belo Horizonte, a realidade não é diferente. Tanto por meio de formas regulamentadas pelo Poder Público quanto mediante mecanismos “velados”, acabam por sentenciar que determinados corpos não sejam bem-recebidos em certos locais da cidade. (CASTRO; ARAUJO; SIQUEIRA; SILVA; LEITE; CARVALHO, 2023, p.178).

²⁸O Bairro Etelvina Carneiro faz parte da vizinhança da Fazenda Mariquinhas.

Ao longo da escrita desta pesquisa que concentra na temática do direito à Educação Pública, sobretudo na perspectiva de efetivação da EJA, a partir das narrativas de sujeitos que participaram do movimento de luta pela moradia e que originou no Conjunto Mariquinhas, a discussão acerca da segregação social em territórios vulnerabilizados ganhou destaque. Desse modo, como já exposto anteriormente, parte-se do entendimento da função ímpar que o lar exerce como elemento essencial para a inserção e permanência de estudantes nas escolas.

De acordo com Valério (2022, p. 63), as restrições territoriais são condicionantes das relações de poder visibilizadas no espaço escolar.

Contudo, dentro de uma mesma regional ou de um bairro, ocorrem segregações sociais em relação à escola e sua localização. No que diz respeito à escola pública, a comunidade no entorno costuma ser referência para a definição do seu público alvo. Esta definição, portanto, divide grupos sociais de espaços geográficos próximos. Isto porque, em alguns bairros, coexistem, por exemplo, grupos de classe média e de pessoas em situação de vulnerabilidade social. (VALÉRIO, 2022, p. 63).

Diante disso, assinala-se que, na sequência, registra-se reflexo de uma consciência emancipatória adquirida durante a trajetória de participação nos territórios da Igreja São José e Marzagânia. Tal reflexo envolve a luta das mulheres no Conjunto Mariquinhas em uma reivindicação contínua para garantir a Educação Pública para os moradores e moradoras.

3.2 A construção do Conjunto Mariquinhas e a Educação Básica: Todos pela educação, referências significativas que promoveram a modalidade EJA

Conforme a narrativa de Irene, na dimensão do direito subjetivo à Educação Pública para os moradores do Conjunto Mariquinhas, o assentamento na Fazenda foi documentado pelo executivo. No entanto, no que diz respeito à Educação Básica, mesmo se tratando de lei Federal, promulgada em 1988 pela Assembleia Constituinte, o governo municipal manteve-se omissivo em relação a práticas políticas direcionadas à implantação do direito ao acesso às escolas próximas ao Conjunto Mariquinhas.

Por isso, durante o processo do registro da entrevista de Irene, é notável sua insatisfação, assim como a nitidez de sua memória em riqueza de detalhes ao afirmar, em vias de indignação, que devido à falta da moradia e ao movimento transitório das famílias em diferentes territórios de ocupação, as crianças do assentamento estavam afastadas da escola há quase um ano. Os moradores da ocupação sofriam com a discriminação, pois as escolas do entorno da Fazenda se

Então eu expliquei a situação. Ai, ela falou assim: mas aonde que vocês vão...tem professora? Então, eu falei...no meio do nosso movimento tem professoras formadas. Então, ela disse assim, onde vocês vão colocar esses meninos para estudar. Eu respondi: até debaixo de uma árvore, os meninos vão aprender. Fora um jornal, põe eles sentados lá, a gente vai falando e vai ensinando, eles vão aprender. (Entrevista Irene 14/04/23).

Quanto à efetivação do direito à educação nos movimentos de ocupação da Região Metropolitana de Belo Horizonte, a Constituição da República, promulgada em 1988 (BRASIL, 1988), deixava explícito o papel do Estado em assegurar que as escolas públicas, obrigatoriamente, manteriam a responsabilidade quanto à educação da população em idade escolar.

Porém, registros de narrativas de moradores de movimentos de ocupação localizados na Região metropolitana de Belo Horizonte revelam que a lei não se cumpria. Valério (2022, p.66) acrescenta que:

A entrevistada ressalta que tiveram de lutar pelas moradias e pela aceitação da comunidade e que a resistência deles é que garantiu o acesso a serviços como saúde e educação, uma vez que o posto de saúde e a escola foram orientados a não realizarem o atendimento por eles não terem moradia fixa. (VALÉRIO, 2022, p.66).

Retornando à entrevista de Irene, ela narra que a primeira iniciativa direcionada para o direito à escolarização no Conjunto Mariquinhas foi a construção, no ano de 1992, do Centro Educacional de Profissionalização de Formação Ambiental da Criança e do Adolescente. Tendo essa demanda em vista, inicialmente, para a construção do espaço educacional, em regime de mutirão, a comunidade assumiu o compromisso com a limpeza do terreno que ficava em uma colina na parte superior do Conjunto, um local de denso relevo e com muitas árvores. Em seguida, o movimento de ocupação construiu um galpão com madeirites doados, recrutaram professoras voluntárias que moram na comunidade, improvisaram a materialidade física e pedagógica, como também a alimentação para que as crianças que se encontravam fora da escola e residiam no Conjunto Mariquinhas pudessem iniciar as aulas.

Nós juntamos um dinheirinho e nós trouxemos os madeireis e as telhas doados por uma construtora. E os pais que não estavam empregados, iniciaram a obra. As mulheres também auxiliaram, toda comunidade ajudando as crianças. Fizemos um galpão comprido...grande. Repartimos dentro do galpão assim: fizemos três salas e uma área puxada que seria a cozinha. Ai, o galpão ficou pronto.

No armazém, deram para a gente aquele papelão preto comprido. Escrever, como não tinha quadro, nós usávamos a cal, escrevia no Madeirit para os meninos copiarem. Então, quando estava tudo prontinho. A gente falou e tudo...eles vieram e tiraram retrato, viram tudo...tudo direitinho que tinha feito por nós. (Entrevista Irene 14/04/23).

Muitos foram os momentos marcantes de escuta na entrevista, mas ao recordar o início da construção das casas e a visita das lideranças comunitárias do Conjunto Mariquinhas a Secretaria Municipal de Educação, a entrevistada Irene relata para a pesquisadora encaminhamentos imprescindíveis para a garantia da Educação Pública, principalmente, a implantação da modalidade da EJA para as mulheres do Conjunto Mariquinhas.

A construção das primeiras moradias na Fazenda Mariquinhas ocorreu após o cadastro das famílias e do sorteio das casas organizado pela Companhia Urbanizadora de Habitação de Belo Horizonte-Urbel²⁹, entidade responsável pela política habitacional do município e que também financiou parte do material de construção para as várias famílias que ergueram suas casas mediante ajuda mútua entre os moradores. Ao relatar esse acontecimento, as palavras de Irene, são seguidas de demonstração de fé e emoção.

O meu lote saiu próximo a um ipê amarelo. Pois, no dia do sorteio, na hora que falou meu nome, mostraram na planta o ipê lindo. Tive que cortar para fazer a minha cozinha. Eu disse, tudo Deus, foi um esforço muito grande para fazer as nossas casinhas, porque a Urbel forneceu material para quem não tinha condições de comprar o material, porque tinha muita gente que não tinha condições de fazer nada. Nem mesmo comprar um tijolo. (Entrevista Irene 14/04/23).

Irene narra que o financiamento do material, tal como as construções das moradias estimularam o aumento da população no entorno do Conjunto Mariquinhas. As pessoas passaram a acreditar que naquela ocupação conseguiriam sua casa própria, por isso, devido a essa crença, houve um desordenado crescimento populacional no Conjunto Mariquinhas. De acordo com o *site* “Favela É Isso Aí”, o Conjunto Mariquinhas, atualmente, no ano de 2023, possui 4224 moradores. A expansão da comunidade ocorreu em uma extensão de matas fechadas, com lagoas e nascentes, uma região arbórea que ainda pertencia aos antigos donos da Fazenda.

Diante disto, no Conjunto Mariquinhas, a área de matas abrigou parte da população do movimento de ocupação que não foi contemplada pelo sorteio e que aspirava o direito à moradia. Por isso, muitos moradores aguardavam em barracas de lonas a desapropriação dessa área verde no Conjunto Mariquinhas. Quanto a isso, Oliveira (2020, p. 30) acrescenta “Em uma época em que a questão da moradia era bastante pungente, os movimentos sociais não se sensibilizam ainda com a questão ambiental, deixando de lado a luta pela preservação de nascentes e assoreamento de córregos e rios”.

²⁹ A Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte (Urbel) é uma empresa de economia mista, criada em 1983, responsável pela implementação da Política Municipal de Habitação Popular.

De acordo com as informações relatadas pelas mulheres que participaram da entrevista, os órgãos públicos não se comprometeram com a população que residia na área da mata e que reivindicava a ampliação do Conjunto Mariquinhas. Por isso, a falta de políticas públicas voltadas para a pauta habitacional reflete atualmente, no fato de o território do Conjunto Mariquinhas abrigar moradores integrantes de movimento de reivindicação ao direito à moradia. Ademais, mediante essa desigualdade habitacional, a comunidade (especificamente dessa área) tornou-se popularmente conhecida no território como “Favela Mariquinhas” ou “Vila Mariquinhas”. Na sequência, pode-se observar uma fotografia que ilustra o cenário habitacional em questão.

Figura 13- Moradias do Movimento de Ocupação no Conjunto Mariquinhas



Fonte: *Site Favela é isso* Aí 08 nov.2023

Segundo Blikstad (2017), as vilas são espaços de moradores transitórios. Diante desse conceito, verifica-se que uma palavra marginaliza e contradiz os interesses da população empobrecida que busca fixação e dignidade em um território. Isso se aplica a uma parcela de moradores do entorno do Conjunto Mariquinhas que ainda reivindicam o direito à moradia, por isso, neste trabalho, que descreve as potencialidades existentes na comunidade do Conjunto Mariquinhas entende-se, que não cabe utilizar o termo vila”.

O movimento em reivindicação pela moradia para a população segregada é atuante em Belo Horizonte³⁰ e, assim como, a estratégia de mutirão, constitui-se como prática comum visualizada em territórios periféricos. Esses eventos foram registrados em narrativas que compõem material didático³¹ que documenta a memória de moradores do Conjunto Felicidade³², território que fez parte de um movimento amplo de luta pela moradia em Belo Horizonte, liderado por um padre³³, o qual em seu entendimento denomina a prática de construção coletiva das moradias, como sistema de “autoconstrução”, um trabalho fundamental para “gente pobre”, realizado apenas aos finais de semana. Ele explica que “nós não jogamos fora um grão de areia, que em geral na construção civil, mais de 25% é perda” (OLIVEIRA, 2020, p.45).

Dessa forma, ainda que as falas das mulheres entrevistadas nesta pesquisa sirvam para endossar a importância da construção das residências como etapa que conduz aos avanços na Educação Pública, no Conjunto Mariquinhas percebe-se a ausência do poder público em relação aos aspectos de infraestrutura, como energia, água, esgoto e coleta de lixo. Vê-se que esses aspectos dizem respeito aos direitos fundamentais que interferem no processo de escolarização de pessoas empobrecidas. Nesse sentido, Arroyo (2015, p.17) afirma que:

(...) nosso sistema escolar e as identidades das escolas, públicas, sobretudo, e de seus profissionais foram construídos tendo como referente os seus destinatários, os trabalhadores, os pobres, os camponeses, os negros, mas pensados e alocados como inferiores no padrão de poder-saber. A histórica visão negativa desses coletivos e de seus filhos e filhas marcaram e continuam marcando a lenta garantia de seus direitos à educação, à escola e à universidade. A história dos tempos insatisfatórios na garantia do direito à educação coincide com a história dos tempos insatisfatórios do reconhecimento positivo dos coletivos populares. Uma injustiça social que precisa ser denunciada e combatida.

Como forma de reduzir a precariedade no Conjunto Mariquinhas, a construção e a conquista de bens necessários para a sobrevivência efetivou-se mediante a conquista de equipamentos de infraestrutura como: ruas pavimentadas, água, iluminação pública e área de lazer. Apesar do acordo iniciado com governo, como dito anteriormente, essa infraestrutura foi

³⁰ Em agosto de 2023, 250 famílias adentraram um prédio abandonado no centro de Belo Horizonte. A ocupação Maria do Arraial surgiu com o objetivo de garantir o direito à moradia digna para a população sem teto da capital mineira.

³¹ O referido material encontra-se disponível no Caderno Pedagógico volume 2, EJA e Cidade: Direito a memória

³² O Conjunto Felicidade se formou em 1987 no loteamento construído sob o terreno da antiga Fazenda Tamboril, desapropriada pela Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), em 1986. Está localizado na região norte de Belo Horizonte, área que concentra vários conjuntos habitacionais para a população de baixa renda de BH.

³³ Pier Luigi Bernareggi, o Padre Pigi, foi uma importante liderança responsável pela construção de moradias na Regional Norte nas décadas de 1980 e 1990.

conquistada pouco a pouco, mediante o protagonismo das mulheres envolvidas em mobilizar a comunidade para lutar em prol de seus direitos fundamentais.

Por isso, como alternativa para exercer o direito à cidade, para ressignificar a identidade local dos moradores do Conjunto Mariquinhas, as lideranças da comunidade se empenharam em desenvolver estratégias para superar as desigualdades de oportunidades para os moradores. Assim, no ano de 2000, as mulheres do Mariquinhas participaram de uma oficina artística chamada “Bordadeiras da Vila Mariquinhas”, direcionada ao curso de artesanato em bordados.

Nesse curso de bordadeiras, as mulheres da ocupação registraram em tecidos suas vivências. O produto desta oficina foi disponibilizado para visitação da população em diferentes espaços públicos na comunidade, no Centro Cultural do Banco BDMG, no ano de 2007, como também, foram divulgados no livro *Escrituras Bordadas* e no documentário *Mariquinhas Bordadeiras*. A seguir relato de reportagem realizada com as mulheres bordadeiras.

Figura 14- Reportagem com as mulheres bordadeiras



Fonte: Arquivo particular da entrevistada Irene

Irene continua sua entrevista com entusiasmo, relatando sentir-se orgulhosa por fazer parte da conquista significativa e retoma a importância da Escola Comunitária como parte do processo de escolarização dos moradores do Conjunto Mariquinhas. Ela continua a conversa incansável e narra que o Centro Educacional de Profissionalização e Formação Ambiental

funcionava de maneira precária, a partir de doações de várias entidades filantrópicas, atendendo a comunidade com creche para crianças de diferentes idades e que a escola auxiliava, sobretudo, para diminuir o risco social das crianças da comunidade. Ela acrescenta que no ano de 2001, a Associação Municipal de Assistência Social- AMAS³⁴ assumiu a responsabilidade em manter a creche, garantiu a segurança alimentar, forneceu o Pão Forte³⁵ para as crianças, profissionalizou jovens moradores e potencializou a comunidade do Conjunto Mariquinhas.

A Escola Profissionalizante da criança e do Adolescente, foi importante porque além de ensinar as crianças pequenas, os adolescentes e as mocinhas faziam curso de eletrônica, de informática. Nós batalhamos e conseguimos computador para a escola do Conjunto. Eu sei que a gente prosperou muito e as nossas crianças de três, quatro, cinco...quando completava seis anos, a gente fazia festinha de formatura. Então, as escolas do bairro passaram a aceitar as crianças do nosso grupo. (Entrevista Irene 14/04/23).

No decorrer da entrevista, as narrativas de Irene acerca dos movimentos em busca da garantia da Educação Pública no Conjunto Mariquinhas foram carregadas de forte emoção. Ela relata que a abertura do Centro de Formação – uma vez que tal ação, de imediato promoveu forte impacto nas mulheres mães que percebiam na construção da creche um local de segurança para seus filhos, estudantes da educação infantil e anos iniciais – abriu-se como um aparato para a possibilidade dessas mulheres ao retorno à escolarização. Diante dessa realidade, é possível compreender que políticas públicas voltadas para as crianças rompem desafios que impossibilitam a retomada aos estudos para mulheres periferizadas. Carvalho (2021, p.99) comenta:

Então, para conhecer os projetos de vida destas jovens mulheres inseridas na EJA, é preciso olhar para a realidade e as especificidades delas. Assim, podemos identificar como o contexto em que elas se encontram inseridas influenciará na constituição de seus projetos de vida a partir de suas experiências e de suas vivências. O presente vivido e a vida cotidiana delas carregam, ao mesmo tempo, as marcas do passado e as possibilidades do futuro. Elas têm especificidades que não são iguais para todas/os as/os

³⁴ Atualmente, a AMAS faz parte da SMASAC- Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania, responsável promover a assistência social, a segurança alimentar e nutricional e os direitos de cidadania da população de Belo Horizonte.

³⁵ O Pão Forte é uma simplificação bioquímica da cesta básica convencional sob a forma de pó. Em 1996, o governo brasileiro, através do Ministério das Relações Exteriores, escolheu o Projeto Pão Forte Educativo como parte da visita oficial da Missão Internacional Brasil, Gana e Nigéria. Ela previne anemia e lesões no cérebro da criança. O Projeto Pão Forte Educativo, através da participação direta da comunidade, busca a resolução de problemas nas áreas de saúde e educação. A ingestão do pão forte educativo visa suprir as deficiências alimentares, reduzindo a mortalidade e a desnutrição infantil. O público-alvo do Projeto são as crianças, adolescentes e familiares com desnutrição. Os resultados esperados consistiam na melhora da alimentação rotineira das crianças e redução da evasão escolar. O custo do Pão Forte é de 30 a 50% menor que o pão francês. Os resultados técnicos e científicos do alimento têm sido tratados e apresentados em congressos e simpósios do Brasil e do Exterior.

jovens da mesma faixa etária. Por isso, só suas próprias vozes poderão nos dizer quem são elas, quais são seus projetos e seus modos de vida.

No decorrer da entrevista, Irene segue relatando que a AMAS, em diálogo com a Secretaria do Meio Ambiente, solicita a desapropriação de uma parte da área verde no Conjunto Mariquinhas, a fim que no local fosse construída uma Unidade Municipal de Educação Infantil- UMEI para atender as crianças do Conjunto Mariquinhas e bairros vizinhos. Dessa forma, no ano de 2005 foi inaugurada a UMEI-MAR³⁶ para atender às crianças de 0 a 5 anos e 8 meses, garantindo o acesso à educação infantil em horário integral.

Em face das consequências advindas do crescimento populacional e da garantia da matrícula, assim como o atendimento legal ao fluxo de alunos oriundos da Educação Infantil no Conjunto Mariquinhas, em agosto do ano 2008, foi inaugurada a Escola Municipal Acadêmico Vivaldi Moreira- EMAVM, para atender alunos do ensino fundamental em idade prescrita por lei³⁷, bem como os estudantes da EJA.

Ao mesmo tempo que Irene narra, ela reflete sobre suas experiências e se empolga, ao dizer que, ao longo dos anos, foram muitas as manifestações de resistência para que as escolas do entorno aceitassem matricular os estudantes do Conjunto Mariquinhas.

Ela afirma que as escolas antigas do bairro Juliana e Jaqueline se beneficiaram com a presença dos moradores, pois suas estruturas físicas foram ampliadas. Porém, o crescimento da população local foi tamanho que as escolas se tornaram insuficientes para atender a demanda de alunos oriundos da comunidade do Mariquinhas.

Irene continua a sua narração explicando que anteriormente à construção da EMAVM, as crianças do ensino fundamental que moravam no Conjunto Mariquinhas frequentaram as aulas no salão Paroquial da Igreja Nossa Senhora do Belo Ramos no bairro Jaqueline. Tratava-se de uma alternativa que a comunidade encontrou junto à Secretaria Municipal de Educação para que as crianças fossem escolarizadas. Diante das riquíssimas contribuições fornecidas pela entrevistada mediante seus relatos e reflexões, entendeu-se adequado findar a entrevista, até pelo fato dela necessitar auxiliar seu esposo acamado. Ela demonstra aspectos de cansaço, mas afirma que está preparada para lutar em favor da comunidade.

É só a partir do momento em que as camadas populares tomam consciência crítica da opressão e das injustiças que estão submetidas e entendem as relações de poder do contexto onde estão inseridas que esse povo oprimido e empobrecido passa a lutar

³⁶ A partir do ano de 2019, Unidades Municipais de Educação Infantil (Umeis), que passam a se chamar Escolas Municipais de Educação Infantil (Emeis).

³⁷ Crianças acima de 5 anos e 8 meses, é obrigatório a matrícula no Ensino Fundamental.

contra a dominação e contra o sistema de opressão que o subjuga. (PACHECO; LEITE; MARTINS, 2023, p.52).

Mesmo em meio a tantos afazeres, as mulheres buscam se fortalecer e encontram nos movimentos comunitários, um local de compartilhamento de experiências e de consciência emancipadora.

Somente os seres que podem refletir sobre sua própria limitação são capazes de libertar-se desde, porém, que sua reflexão não se perca numa vaguidade descomprometida, mas se dê no exercício da ação transformadora da realidade condicionante. Desta forma, consciência de e ação sobre a realidade são inseparáveis constituintes do ato transformador pelo qual homens e mulheres se fazem seres de relação (FREIRE, 1981, p.18).

Por isso, no decorrer do registro das narrativas, para compreender, em específico a trajetória da Educação de Jovens e Adultos no Conjunto Mariquinhas, retoma-se a entrevista de Rosinha que, em suas memórias, trouxe significativas contribuições. Em relação às garantias que ocorreram a partir da normatização da EJA, direcionada pela LDB 9.394/96 – LDBEN (BRASIL, 1996), lei destinada às pessoas que foram negligenciadas ao acesso ao ensino fundamental, Palhares, *et al.* (2023, p.102) ressaltam que:

Antes da referida regulamentação, a LDBEN/96 já havia estabelecido a EJA como modalidade de ensino, o que significa que a educação de jovens e adultos tem especificidades que a diferenciam das demais modalidades. São consideradas as características do público que abriga, que devem ser pensadas na elaboração de propostas pedagógicas que atendam as demandas dos seus sujeitos. Portanto, garantir o direito de acesso à educação para jovens e adultos é pensar a EJA dentro de suas especificidades.

Diante dessas movimentações não mais iniciais, Rosinha relata que parou de frequentar a escola, ainda criança no interior de Minas Gerais, na cidade de Brasília de Minas e que, devido ao trabalho infantil, o casamento ocorreu precocemente assim como a maternidade. Diante dessas experiências, foi impossibilitada de concluir sua escolarização, porém sempre almejou aprender a ler e a escrever para ampliar os seus conhecimentos e ter mais liberdade. Ela relata que, após construir sua casa no Conjunto Mariquinhas, vivenciou várias tentativas de retorno à escolarização. A história de Rosinha representa a história de muitas outras pessoas, o que é explorado em estudos que apresenta detalhes do tempo de escolarização em territórios periferizados, a exemplo, o de Hourí (2008) que afirma que os responsáveis pelas famílias de conjuntos habitacionais criados entre os anos de 1986-1993, possuem baixa escolaridade, o que corresponde ao ensino fundamental incompleto.

Em continuidade à entrevista, Rosinha sentiu-se confiante e alegre ao relatar que, quando chegou no Conjunto Mariquinhas, a primeira tentativa de estudo ocorreu na turma de alfabetização que funcionou na Igreja católica Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, local que fundamentou as inquietações que problematizam esta pesquisa. Contudo, de acordo com as informações de Tânia, líder comunitária responsável pela abertura da turma de alfabetização, em outra entrevista, ela acrescenta que a turma foi encerrada devido à ausência de compromisso dos órgãos públicos e falta de recurso financeiros da Federação Mineira de Mulheres, entidade responsável pelo movimento de alfabetização no Conjunto.

A Federação Mineira de Mulheres, como eu já tinha relatado no início da entrevista, tinha como objetivo melhorar o nível de escolarização das mulheres. E a gente através do nosso grupo, com o apoio da Eliane Silva³⁸, nós convidamos várias pessoas que tinha escolarização, ou que estava próximo de formar para alfabetizar essas mulheres, porque a gente tinha várias companheiras ali no movimento que não sabiam nem escrever o nome. Então aqui no Juliana, a gente teve a felicidade de ter aqui a Igreja Perpétuo Socorro, que nos cedeu o espaço, e esse espaço, foi ocupado por várias mulheres no período noturno. Com aulas nas segundas, nas quartas e nas sextas-feiras. (Entrevista com Tânia 05/06/23).

No segundo momento, Rosinha declara que se matriculou em uma turma de alfabetização para adultos criada no Centro Educacional de Profissionalizante no Conjunto Mariquinhas. Porém, devido à necessidade de trabalho, ela evadiu e não concluiu a escolarização. Atualmente, no ano de registro desta pesquisa, Rosinha frequenta a EJA na Escola Municipal Acadêmico Vivaldi Moreira³⁹. Em meio aos sorrisos, ao final da entrevista quando lhe foi perguntado a respeito da perspectiva em relação a trajetória de luta por direitos sociais lideradas por mulheres, ela faz a seguinte colocação.

Eu acho que mulher tem que ir para frente. Não desistir, tem que lutar, tem que correr atrás, ir nas reuniões, e nunca perder a esperança. Tem que correr atrás, às vezes a gente acha que não vai dar certo e lá na frente as coisas acontecem. (Entrevista Irene 14/04/23).

As memórias que narram a criação do Conjunto Mariquinhas refletem a representatividade das mulheres em movimentos sociais de caráter reparatório para a população periférica. As experiências de alfabetização que foram vivenciadas por Rosinha, Irene, Anita e Tânia evidenciam os pressupostos deste trabalho, baseado no argumento de que junto ao

³⁸ Eliana Silva (falecida) foi diretora do setor da Educação da FMM, uma líder comunitária com forte atuação na luta pela moradia na regional norte. Eliana Silva foi homenageada e corresponde a um movimento de ocupação pela moradia na Regional Barreiro.

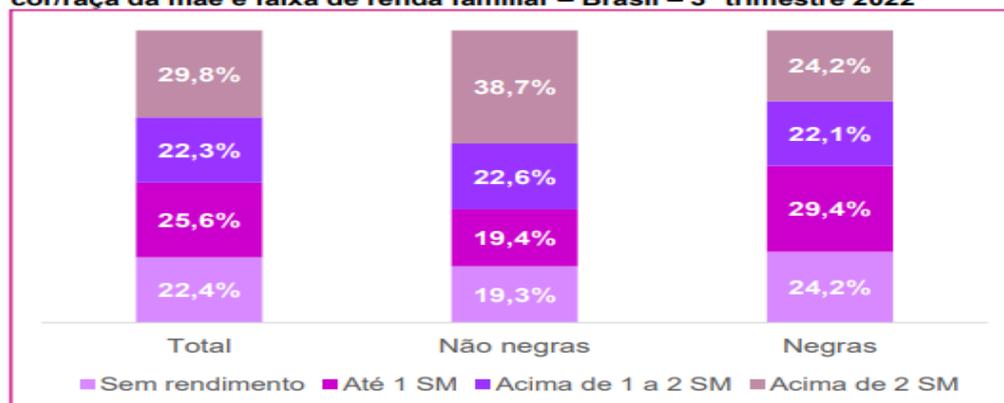
³⁹ De acordo com dados do APPIA- EJA, no segundo semestre do ano de 2023, a EMAMVM atende cerca de 78 alunos matriculados na EJA no noturno.

processo desigual de expansão da Região metropolitana de Belo Horizonte ergueu-se a negligência ao direito à educação.

De acordo com os dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos DIEESE, no Brasil, em 2022, em meio às estatísticas de desigualdades de raça e relação de poder apontados em baixos salários, altas jornadas de trabalho, é crucial apontar o protagonismo das mulheres negras que lideram mais da metade dos lares brasileiros. No entanto, esse empenho nos lares é insuficiente para garantir a segurança no emprego e na escolarização, uma vez que mais de 40% das mulheres brasileiras negras e seus familiares sobrevivem com algum tipo de auxílio do governo ou com até um salário mínimo, conforme elucidam os dados, na sequência.

Figura 15- DIEESE: BRASIL (2022)

Distribuição das mulheres chefes de famílias monoparental e com filhos, segundo cor/raça da mãe e faixa de renda familiar – Brasil – 3º trimestre 2022



Fonte: IBGE. PnadC
Elaboração: DIEESE

Nesse sentido, as mulheres negras, a parcela mais vulnerável ao desemprego e a instabilidade financeira, vivenciam na prática, cada vez mais cedo, a inserção ao mercado de trabalho. Evidências que colaboram com a evasão e o abandono escolar, acentuando o ciclo da desigualdade social.

A ocupação da Fazenda Mariquinhas visibiliza em territórios vulnerabilizados, o cenário de luta pelo direito à escolarização da população adulta de Belo Horizonte, residente em domicílios chefiados por mulheres. Narrativas que fazem parte de um contexto urbano de sujeitos adultos empobrecidos que sofrem com as péssimas condições de trabalho e com o desemprego, por isso, no campo educacional, sem condições mínimas para sobrevivência permanecem distanciados das possibilidades de acesso e permanência nas escolas.

Por isso, rotineiramente – como o exemplo das mulheres entrevistadas no Conjunto Mariquinhas, que foram limitadas às oportunidades de se escolarizar na idade indicada por lei – mulheres quando adultas, para resgatar o direito ao estudo, organizam o trabalho com a rotina familiar. Elas atribuem a perspectiva de frequentar a escola a interesses diversos, ora como retomada de antigo sonho, ora como possibilidade de qualificação para o mercado de trabalho. O fato é que com essas demandas elas exteriorizam um alto potencial de organização. As mulheres se mobilizam em diferentes estratégias, em espaços escolares ou não escolares que promovam a escolarização. Segundo Rieger e Alexandre (2011, p. 167),

O processo de conscientização e a disposição de transformação da realidade devem constituir-se como base interação e troca, que pensa, sente e age. A passagem das mulheres pela escola representa não apenas a mera aquisição de conhecimentos e habilidades, e sim conquistas referentes à sua socialização e a representação de si mesmo, tornando-as mais seguros e confiantes, aumentando sua autoestima. (RIEGER; ALEXANDRE, 2011, p.167).

Portanto, a abertura de turmas para a alfabetização de pessoas adultas em Associações comunitárias femininas, como a experiência promovida no Conjunto Mariquinhas, visibiliza as condições específicas da Regional Norte, sensibiliza os órgãos públicos para criação de políticas públicas direcionadas às situações de desigualdades, mas, sobretudo, narra o exercício político de mulheres que reivindicam o direito à educação em e por meio de práticas coletivas emancipadoras, conforme expõe Freire (1990, p.123):

(...) a libertação das mulheres é a luta delas. Elas precisam criar sua própria língua. Tem de exaltar as características femininas de sua língua, apesar de terem sido socializadas para dissimulá-la e para encará-la como fraca e indecisa. No processo de sua luta, tem que usar sua própria língua e não língua dos homens. Creio que essas variações de língua (língua feminina, língua étnica, dialetos) estão intimamente interligadas com a identidade, coincidem com ela e são sua expressão. Ajudam a preservar o senso de identidade e são absolutamente necessárias no processo da luta pela libertação.

Nesta pesquisa, as mulheres que compartilharam suas lutas pela moradia e educação retomam memórias que buscam vencer os processos de exclusão a que foram expostas, entraves que atrasam o reconhecimento do protagonismo feminino como parte integrante do processo da construção histórica dos grandes centros urbanos. Segundo Le Goff (2003, p. 422), “o estudo da memória social é um dos meios fundamentais de abordar os problemas do tempo e da história, relativamente aos quais a memória está ora em retraimento, ora em transbordamento.

Assim, de um modo geral, os resultados obtidos nesta pesquisa apontam para a necessidade de documentar como forma de resistência, os desafios enfrentados pelas Mulheres

do Conjuntos Mariquinhas, moradoras de territórios empobrecidos empenhadas em promover uma cidade inclusiva em direitos essenciais para a sobrevivência.

Por isso, constitui objetivo do próximo capítulo a materialização das narrativas que foram exploradas aqui e que potencializaram mulheres a partir da construção de um recurso educativo destinado aos estudantes da EJA moradores da Regional Norte de Belo Horizonte.

CAPÍTULO 04

RECURSO PEDAGÓGICO

Ensinar inexistente sem aprender e vice-versa e foi aprendendo socialmente que, historicamente, mulheres e homens descobriram que era possível ensinar. Foi assim, socialmente aprendendo, que ao longo dos tempos mulheres e homens perceberam que era possível – depois, preciso – trabalhar maneiras, caminhos, métodos de ensinar (FREIRE, 2002, p.13).

Nesta pesquisa, o recurso educativo foi elaborado como uma estratégia didática para interpelar professores e estudantes da Educação de Jovens e Adultos. Ademais, esse recurso se volta aos atores sociais mencionados, os quais se encontram e precisam ser encontrados em um trajeto educativo que compreenda essa modalidade de ensino de caráter reparatório, com objetivos e práticas pedagógicas potencializadoras, que visam destacar as memórias de mulheres periféricas que lutaram pelo direito à educação pública.

Fruto de uma pesquisa narrativa, o recurso pedagógico propõe desenhar na cena política a atuação das mulheres em associações de bairros e nos movimentos de ocupações por moradia no ano de 1990. O campo de estudo apresenta a Regional Norte de Belo Horizonte como um território que aglutina forças políticas para a realização de direitos sociais.

Será fácil descobrir que os currículos favorecem que os rostos de alguns coletivos apareçam na história e que os rostos de outros coletivos humanos segregados se apaguem, se percam. Que seu passado perca a relevância. Pior que as novas gerações não se impressionem com essas desaparecimentos, com as ausências de tantas histórias e de tantos coletivos que também fazem parte de nossa história (ARROYO, 2015 p.262).

Na perspectiva de visibilizar sujeitos negligenciados, para construção desse instrumento didático, utilizei como referência os Cadernos Pedagógicos para Educação de Jovens e Adultos, conforme já dito. O procedimento educativo consiste em uma sequência didática com atividades estruturadas em objetivos que abordam a relevância da memória local, tendo em destaque privilegiar as narrativas das mulheres fundadoras do Conjunto Mariquinhas. A escolha da abordagem deste instrumento didático teve origem nas observações dos acervos da rede pública de ensino e nos conteúdos relacionados à emancipação de sujeitos em territórios empobrecidos, pois durante o exercício do magistério, atuei em vilas e favelas, espaços negligenciados dos direitos sociais. Diante dessa realidade social, nos espaços escolares, no que tange aos

estudantes da EJA, presenciei registros escassos que falassem da luta por direitos sociais em territórios vulnerabilizados enquanto fundamento para construção de conceitos educacionais essenciais que abordam a interlocução entre território, relações de poder e a emancipação de sujeitos.

O acesso à educação é também um meio de abertura que dá ao indivíduo uma chave de autoconstrução e de se reconhecer como capaz de opções. O direito à educação, nesta medida, é uma oportunidade de crescimento cidadão, um caminho de opções diferenciadas e uma chave de crescente estima de si (CURY, 2002, p.16).

Em sala de aula, também não é diferente. No que diz respeito à didática de empoderamento de pessoas empobrecidas e à apropriação de espaços territoriais vulnerabilizados, o assunto ainda é pouco explorado pelos docentes. Assim como a construção de direitos de aprendizagens que confirmam a atuação e a participação das mulheres quilombolas, indígenas, e ribeirinhas no cenário político brasileiro.

A Base Nacional Comum Curricular⁴⁰, um documento de referência para a introdução e consolidação de aprendizagens dos estudantes, necessita definir programas e ações estruturados para respaldar o currículo da EJA. Exponho essa importância, principalmente em livros didáticos que são selecionados e escolhidos por nós professores, e que são oficializados pelo Ministério da Educação e Cultura e amplamente disponibilizado aos estudantes da rede pública. Neste sentido, os recursos educativos desta pesquisa que apresenta o cotidiano de mulheres negras têm como objetivo exemplificar propostas de conteúdos significativos que podem ser considerados em turmas de alfabetização de adultos.

A disseminação e a universalização da educação escolar de qualidade como um direito da cidadania são o pressuposto civil de uma cidadania universal e parte daquilo que um dia Kant considerou como uma das condições “da paz perpétua”: o caráter verdadeiramente republicano dos Estados que garantem este direito de liberdade e de igualdade para todos, entre outros. Ao mesmo tempo a relação que se estabelece entre professor e aluno é de tal natureza que os conteúdos e os valores, ao serem apropriados, não se privatizam. Quanto mais processos se dão, mais se multiplicam, mais se expandem e se socializam. A educação, com isto, sinaliza a possibilidade de uma sociedade mais igual e humana (CURY, 2002, p.17).

Por isso, de maneira direta ou indireta, através do recurso educativo e sua característica de interdisciplinar espero desenvolver uma proposta de ensino que implique em discussões

⁴⁰ A Base Nacional Comum Curricular é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica.

fundamentadas na lei 11.645/2008 (BRASIL, 2008) que institui obrigatório o estudo da história e cultura indígena e afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio.

Acredito que debater sobre relatos do coletivo do movimento de ocupação no ambiente escolar aponta para construção de aprendizagens inferidas em reconhecimento de experiências que auxiliam os estudantes a ressignificar suas identidades. Desse modo,

A motivação é simples: trazer as vivências de educandos e educadores, e suas experiências sociais como objeto de pesquisa, de atenção, de análise e de indagação. Os conceitos abstratos aparecem distantes das vivências concretas, se tornam estranhos, sem motivação. Logo criar estratégias para trazer aos processos de aprendizagem as vivências pessoais e experiências sociais tão instigantes na dinâmica política, cultural, que interrogam seu pensar e seu viver (ARROYO, 2015, p.115).

Para executar este trabalho, exploro temáticas relevantes, as quais foram planejadas com base nas narrativas das mulheres do Conjunto Mariquinhas. Nesse sentido, a ideia de vivência incorporada às problematizações do fazer e refazer no contexto escolar pretendem fortalecer e visibilizar estratégias criativas de mobilização coletiva em um cenário de resistência política. A escola pública deve voltar-se para os interesses da comunidade.

Do ponto de vista pedagógico, a proposta de trabalhar com elementos que aprofundam a concepção de território, mulheres e movimentos comunitários a partir de uma sequência didática surgiu da necessidade de utilizar na EJA uma metodologia de ensino que incentive os estudantes a refletirem sobre seu processo de aprendizagem e seus impactos nas relações do cotidiano.

Às escolas públicas chegam, ainda que tarde, os filhos e as filhas dos coletivos sociais, étnicos, raciais, das periferias e dos campos sobre os quais pesam, ainda, preconceitos e representações sociais inferiorizantes. Veem na escola um lugar de afirmação e de conhecimento positivo. Nenhum culto a autores ou obras literárias justifica que suas identidades sejam destruídas, inferiorizadas (ARROYO, 2015, p.131/32).

Nesse processo reflexivo das vivências, articulei as narrativas com as intenções de aprendizagem. Por isso, para a execução das atividades, constitui objetivo pedagógico a análise interpretativa e crítica de estudantes e professores, haja vista que é preciso valorizar as práticas sociais que representam as reivindicações políticas e sociais dos estudantes da EJA. De acordo com Freire (1996), é na prática reflexiva durante o exercício dialógico que os saberes se confirmam, modificam-se ou se ampliam. Por isso, ao ingressar nesta proposta educativa, pretendo disponibilizar um recurso didático organizado em experiências vividas por mulheres, a fim de promover a retomada da consciência coletiva a partir de práticas pedagógicas que visam ressignificar estudantes e professores que atuam em regiões empobrecidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todo o avanço da educação escolar, além do ensino primário, foi fruto de lutas conduzidas por uma concepção democrática da sociedade em que se postula ou a igualdade de oportunidades ou mesmo a igualdade de condições sociais (CURY, 2002, p.247).

De início, entendo adequado enfatizar que realizar uma pesquisa que tem como objetivo evidenciar, por meio de narrativas de mulheres negras periferizadas, como se deu o processo de construção do Conjunto Mariquinhas na Regional Norte de Belo Horizonte no início da década de 1990, tendo como eixo suas lutas por direitos sociais, implicou aceitar vários desafios. Um deles foi ter que trabalhar com a memória de sujeitos que tiveram seus direitos à moradia e educação à negligenciados.

Em relação a esse objetivo, é possível expor que foi alcançado. Convém ponderar que o caminho até seu alcance não foi fácil, haja vista que o *corpus* de análise se revela sensível e o olhar do pesquisador para dados dessa natureza requer um posicionamento humanizado e cuidadoso, até mesmo pelo contato com os participantes de pesquisa que concederam entrevistas – sujeitos historicamente periferizados.

Ao principiar esta pesquisa, o compromisso com a educação pública me conduziu ao passado, reviver memórias que envolviam histórias, experiências de uma coletividade política adormecida. Um exercício reflexivo de minha prática docente. Nesse aprendizado, ouvir e relatar conquistas e inquietações me conduziram à essência íntima de fragmentos de vivências das mulheres fundadoras do conjunto Mariquinhas que foram laçadas por mim e ajudaram-me a escrever a trajetória do direito à educação pública para todos.

Durante a escrita deste trabalho, aos poucos, por um cenário reconstruído no tempo foi possível entender os diferentes sujeitos que participaram da movimentação pela implantação da Educação de Adultos. Desse modo, descrever as expectativas educativas e as representações provocativas que perpassam o cotidiano do movimento pela moradia e suas provocações no campo educacional na regional Norte de Belo Horizonte assumiu fôlego neste espaço de discussão.

Como foi observado, o processo de expansão de Belo Horizonte deixou visível que o direito à cidade, assim como o acesso a bens e serviços essenciais para existência são constituidores da efetivação e consolidação da Educação de Jovens e Adultos. Diante disso, na medida em que fui tecendo o propósito desta pesquisa, foi possível compreender que através das narrativas, as memórias individuais das mulheres atribuíam um lugar de destaque para o

movimento de resistência e luta diária de homens e mulheres aos direitos sociais em regiões periféricas.

As considerações construídas ao longo desta pesquisa narrativa, são certamente um reconhecimento das vivências de quatro mulheres simples que, na década de 1990, lideraram um movimento coletivo expressivo na capital mineira. São experiências de sujeitos empobrecidos que enfatizam a importância da oralidade como fonte legítima de conhecimento histórico.

Assim, só foi possível responder às hipóteses inscritas neste trabalho, através das entrevistas que trouxeram o que foi bom, o que foi superado, e oportunizaram organizar fragmentos da memória e definir objetivos que serviram como notas de estudos e conduziram-me para os entendimentos acerca de pressupostos que conectam pautas para a implementação de políticas públicas conectadas ao direito moradia e a retomada da escolarização de pessoas adultas.

Por isso, nesses meandros que traduzem a educação libertadora, como pesquisadora, distanciar-me do evento ao qual participei como adolescente, no início da docência relatar o cotidiano de um movimento comunitário, com pessoas próximas a minha militância constituiu, para mim, um grande desafio. Dessa forma, o caminho escolhido para o construir a interpretação histórica pelo viés da entrevista, com a elaboração de um cronograma e um roteiro para pesquisa, possibilitou-me garantir a veracidade do fato narrado e entender suas implicações e, sobretudo, meu lugar social como professora da rede pública em territórios esquecidos pelo poder público.

Considero também como empecilho do trajeto da pesquisa, as limitações do tempo, um fato que me impediram de coletar informações no que tange ao número de pessoas adultas moradoras do Conjunto Mariquinhas e que estão matriculadas atualmente na EJA. Acredito que essas informações podem colaborar para pesquisas futuras que visam esmiuçar a abertura de turma de alfabetização de adultos em espaços extraescolares, assim como a solicitação de espaços de acolhimento via entidades comunitárias, a fim de atender em período noturno as crianças filhas de alfabetizadas adultas que são mães.

Aceitar o desafio de trabalhar com as narrativas das quatro mulheres moradoras da Regional Norte de Belo Horizonte que participaram do movimento comunitário pela casa própria foi enriquecedor. A realização deste estudo permitiu corroborar o que outros estudos já assinalam: o aprendizado vai além dos conteúdos escolares, o que precisa ser reforçado no cenário educacional brasileiro. Tal percepção, no caso desta pesquisa, efetiva-se, pois, as muitas

histórias de vidas que compõem a atuação de sujeitos periferizados em militância política é um processo coletivo de educação emancipatória.

Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Esses que-fazer-se encontram um no corpo do outro. Enquanto ensino continuo buscando, reprocurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar, constatando, intervenho, intervindo, educo e me educo. Pesquiso para conhecer e o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade. (FREIRE, 1996, p.32).

Diante disso, nesse caminhar de luta por direitos sociais, em sala de aula, durante a construção de aprendizados potencializadores, tal reverência serviu para refletir que as histórias encontradas visibilizam as memórias do movimento pela moradia e afloram novos sentimentos que possibilitam ressignificar fatos e promover a dignidade de vida.

As narrativas das mulheres lideranças comunitárias do Conjunto Mariquinhas e suas percepções acerca das mudanças sociais que ocorreram nas últimas décadas, ensinaram-me que o passado e presente são confluentes. Para mim, pesquisadora, ao documentar as vivências das mulheres do Conjunto Mariquinhas retomo a insegurança em relação atual Conjuntura política brasileira, visto que a agenda do projeto econômico neoliberal trata com descaso os direitos sociais, sobretudo a Educação Pública como direito subjetivo de homens e mulheres.

Portanto, ao se tratar de direitos ameaçados, a memória das mulheres do Conjunto Mariquinhas como documento memorialístico salienta que em relação à garantia da Educação pública, a vigilância deve ser constante. Assim, esta pesquisa reafirma a importância de documentar diferentes experiências que revelam o empoderamento de pessoas empobrecidas e que estimulam a educação como prática para Liberdade. Documentações dessa natureza necessitam ser realizadas contemplando outros públicos ou, até mesmo, receber maior aprofundamento de discussão. Essas ações podem ser empreendidas por meio de realização de novas e de mais pesquisas.

REFERÊNCIAS

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Trad. Roberto Raposo. Posfácio Celso Lafer. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007

ARROYO, Miguel G. O direito à educação e a nova segregação social e racial – tempos insatisfatórios? Belo Horizonte, 2015. **Educação em Revista** |Belo Horizonte|v.31|n.03|p. 15-47 |Julho-Setembro 2015.

BABETTO, Marielle Batista, SILVA, Vitoria Caroline Nogueira, CANDIDO, Gutemberg Felipe de Almeida. De pé no Chão Também se aprende a Ler: uma experiência de educação popular em diálogo com a educação de jovens e adultos. In: OLIVEIRA, Heli Sabino de, SIMÃO, Jalmiris Regina O. **A Educação Popular Interroga a EJA-de Angicos a Contagem**. Belo Horizonte. Editora Sarere, 2023.

BAUMAM, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BENTO, A. Investigação quantitativa e qualitativa: Dicotomia ou complementaridade? **Revista JA** (Associação Académica da Universidade da Madeira), nº 64, ano VII (pp. 40-43). ISSN: 1647-8975. Abril. 2012.

BLIKSTAD, Karin. **Movimentos sociais de pessoas pobres: entre as urgências e o direito**. Campinas, São Paulo, 2017

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. Investigação qualitativa em Educação: fundamentos, métodos e técnicas. In: **Investigação qualitativa em educação**. Portugal: Porto Editora, 1994, p. 15-80.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**.3. ed. São Paulo: Companhia da Letras, 1979.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; ASSUMPCÃO, Raiane. **Cultura Rebelde: escritos sobre a educação popular ontem e agora**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009, p. 11.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 13 de jul.2023.

BRASIL. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, de 23 de dezembro de 1996. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 02 Set.2023.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. **Diário Oficial da União**, de 11 de março de 2008. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm>. Acesso em: 02. Set.2023

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm>. Acesso em: 04 nov. 2023

Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Documento Nacional Preparatório à VI Conferência Internacional de Educação de Adultos (VI CONFINTEA)** / Ministério da Educação (MEC). – Brasília: MEC; Goiânia: FUNAPE/UFG, 2009.

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil.** O longo caminho. 3ª ed. Rio de Janeiro 2002.

CARVALHO, Maria de Fátima Pereira. **As jovens mulheres na educação de jovens e adultos e a constituição de seus projetos de vida.** Tese de doutorado. Faculdade de Educação. UFMG. Belo Horizonte.2021.

CASTRO, Júlia Kern, ARAÚJO, Gabriela Caroline de Oliveira, SIQUEIRA, Gabriel Casaldáliga Andrade, SILVA, Lany Pereira da, LEITE, Júlia Teresa Vieira, CARVALHO JUNIOR, Marcial. Direito à cidade em foco: novas perspectivas de estudos para a Educação de Jovens e Adultos. In: OLIVEIRA, Heli Sabino de, SIMÃO, Jalmiris Regina O.A **Educação Popular Interroga a EJA-de Angicos a Contagem.** Belo Horizonte. Editora Sarere, 2023

CUNHA, M. A. de A.; OLIVEIRA, H. S. de; VALÉRIO, M. P. G. A MISÉRIA DO MUNDO E A REFLEXÃO SOBRE A SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL: A LUTA PELO DIREITO AO LUGAR. **Revista Inter-Ação**, Goiânia, v. 48, n. 2, p. 326–342, 2023. DOI: 10.5216/iav48i2.76015. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/76015>. Acesso em: 08 nov. 2023.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença. **Cadernos de Pesquisa**, n. 116, PUC/MG, julho/ 2002

CENSO DEMOGRAFICO 1991. **IBGE -BIBLIOTECAS.** Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=782&view=detalhe>. Acesso em: 27 ago. 2023.

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **As dificuldades das mulheres chefes de família no mercado de trabalho.** Boletim Especial, 08 de março, Dia da Mulher. Mar. 2023. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2023/mulheres2023.pdf>>. Acesso realizado em: 27 nov.2023.

ESTADO DE MINAS. **Home.** 2021. Disponível em:<[em.com.br/app/noticia/gerais/2021/02/13/interna_gerais, 1237557/cura-protesta-contra-investigacao-policial-por-pichacao-em-predio-de-bh.sht](em.com.br/app/noticia/gerais/2021/02/13/interna_gerais_1237557/cura-protesta-contra-investigacao-policial-por-pichacao-em-predio-de-bh.sht)>. Acesso em: 13 fev. 2021

FAVELA É ISSO AÍ. **Conjunto Mariquinhas.** Disponível em: <<https://www.favelaeissoai.com.br/comunidades/conjunto-mariquinhas/>>. Acesso em: 13 fev. 2023.

FRANÇA JÚNIOR, Adelson Afonso da Silva. **Da favela para o mundo: o funk e o reexistir de jovens adolescentes na EJA e na cidade**. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação UFMG, 2019.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática para a liberdade**. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1967

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. 5a ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1981.

_____. **Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire / Paulo Freire; tradução de Kátia de Mello e Silva; revisão técnica de Benedito Eliseu Leite Cintra– São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.**

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17º ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra. pg.54. 1987

FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler: em três artigos que se completam . – São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.

_____. **Alfabetização: leitura da palavra leitura do mundo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GOHN, Maria da Glória. Mulheres - atrizes dos movimentos sociais: relações político-culturais e debate teórico no processo democrático. **Política & Sociedade**, Florianópolis, 2007.

GOHN, M. da G. Desafios dos movimentos sociais hoje no Brasil. **Revista SER social**, Brasília, v.15, n. 33, p261-384, jul. / dez. 2013.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais Paradigmas Clássicos e Contemporâneos**. Edições Loyola. São Paulo, p.158, 1997.

GOOGLE MAPS. **[Localização do] Conjunto Mariquinhas**. Disponível em: <<https://www.google.com/maps/search/conjunto+mariquinhas/@-19.8143256,-43.9447917,16z/data=!3m1!4b1?entry=ttu>>. Acesso em 10 set. 2023.

HOURI, Luciana Felicíssimo. **Políticas de produção de moradias e segregação residencial**. Belo horizonte 1986-200. Belo Horizonte, 2008.

IBGE EDUCA JOVENS. Indicadores sociais das mulheres no Brasil. **Matérias especiais**. Disponível em: <<https://educa.ibge.gov.br/jovens/materias-especiais/materias-especiais/20453-estatisticas-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html>>. Acesso em: 10 set. 2023.

INFOESCOLA. **Conferências Internacionais de Educação de Adultos**. Confinteia. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/educacao/conferencias-internacionais-de-educacao-de-adultos-confinteia/>> acesso em 23 ago. 2023.
>. Acesso em: 10 set. 2023.

JOSSO, Marie Christine. A transformação de si a partir da narração de histórias de vida. **Revista de Educação**. Porto Alegre. 2007.

JULIÃO, Letícia. Sensibilidades e representações urbanas na transferência da Capital de Minas Gerais. São Paulo. **SciELO** v.30, n.1. 2011. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/his/a/3TgcKs774xc38svGxW4MRZM/>>. Acesso em: 05 abr. 2023
VIEIRA JUNIOR, Itamar. **Torto Arado**. 1a Reimpr. São Paulo: Todavia, 2019.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: LE GOFF, Jacques. História e memória. 5ª edição. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003

LEFEBVRE, H. **Direito à Cidade**. São Paulo: ed. Centauro, 2008.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. 5ª edição. São Paulo, 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**. 11 ed. São Paulo: Hucitec, 2008

OLIVEIRA, Heli Sabino de. **EJA, espaço e cultura: direito à cidade e à cidade**. Coleção EJA. Lendo mundo, lendo palavras. Caderno Pedagógico. Belo Horizonte: 2021.

OLIVEIRA, Heli Sabino de; SIMÃO, Jalmiris, Regina O. Reis. **A educação popular interroga a EJA-** de Angicos a Contagem.1. ed. v.1. Belo Horizonte: Sarerê.2023.

OLIVEIRA, Heli Sabino (org). EJA Cidade: Direito à Memória. Coleção EJA: lendo mundo, lendo palavras. **C. Pedagógico 2**. UFMG/FAE/NEJA/SMED-BH. Belo Horizonte, no prelo.2021.

OLIVEIRA, H. S. de, OLIVEIRA, E. F.R. de. Juventudes, Periferias e o debate teórico acerca dessa temática no campo da educação. **Revista Ensaios Filosóficos**, UERJ, v.19, jul. 2019.

OMETTO, Ana Maria H, FURTUOSO, Maria Cristina O. SILVA, Marina Vieira da. Economia brasileira na década de oitenta e seus reflexos nas condições de vida da população. **Revista Saúde Pública**, 1995.

PACHECO; Thais de Ribeiro, LEITE; Júlia Teresa Vieira Leite, MARTINS, Maria Clara Gonçalves. Angicos como emblema da Educação Popular e de uma educação como prática de liberdade. In: OLIVEIRA, Heli Sabino de, SIMÃO, Jalmiris Regina O. **A Educação Popular Interroga a EJA-de Angicos a Contagem**. Belo Horizonte. Editora Sarere, 2023

PALHARES, Laura, SIMÃO, Jalmiris Regina O. R., LEITE, Julia Teresa Vieira, PACHECO, Thaís de Ribeiro. Alfabetização e letramento na Educação de Jovens e Adultos – EJA. Relato de experiência produção de materiais didático. In: OLIVEIRA, Heli Sabino de, SIMÃO, Jalmiris Regina O. **A Educação Popular Interroga a EJA-de Angicos a Contagem**. Belo Horizonte. Editora Sarere, 2023

PLAMBEL. (1986) **A Estrutura Urbana da R.M.B.H. Diagnóstico e Prognóstico; o processo de formação do espaço urbano da RMBH 1897 -1985**. Belo Horizonte: [s.n.].

PARREIRA, Luíza Rabelo. **Docência e saberes periféricos na educação de jovens e adultos: Contribuições da cultura popular Belorizontina na construção de uma educação como prática de liberdade**. Tese (Mestrado em Educação) Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2022.

PASSOS, D. O. R. dos. A formação do espaço urbano da cidade de Belo Horizonte: um estudo de caso a luz de comparações com as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 21, n. 2, p. 332–358, 2016. DOI: 10.5433/2176-6665.2016v21n2p332. Disponível em: <<https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/22406>>. Acesso em: 07 jun. 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. Secretaria Municipal de Educação. **Lendo e escrevendo as palavras, lendo e escrevendo o mundo**: conhecimentos essenciais para alfabetização de jovens e adultos na Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte. Belo Horizonte: SMED, 2021. 9 v ISBN 978-65-993822-8-4 (Coleção). Disponível em: <<https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/educacao/2022/documento-orientador-lendo-escrevendo-palavras-mundo.pdf>>. Acesso em: 03 jun. 2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. **Coordenadoria de Atendimento Regional Norte**. Disponível em: <<https://prefeitura.pbh.gov.br/norte>>. Acesso em: 05 set. 2023

RIEGER, Marlise, ALEXANDRE Ivone de Jesus. EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: o retorno das mulheres à escola. **Revista Eventos Pedagógicos** v.2, n.2, p. 161 – 170, ago. /dez. 2011.

SECRETARIA DO ESTADO DE EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS. Resolução 9433, de 17 de junho de 1998. **Inspetor Conectados MG**. Disponível em: <https://www.inspetorconectadosmg.net/_files/ugd/6c6b12_5fd2de81db30419f8b99e4c8c554ff31.pdf>. Acesso em: 14 set. 2023

SILVA, N. N. da. Educação Popular Negra: breves notas de um conceito. **Educação em Perspectiva**, Viçosa, MG, v. 11, n. 00, p.e 020033, 2020. DOI: 10.22294/eduperppgeufv.v11i00.8488. Disponível em: <<https://periodicos.ufv.br/educacaoemperspectiva/article/view/8488>>. Acesso em: 12 ago. 2023.

SILVA, Phillipe Cupertino Salloum; GOMES, Cárta Chagas; Ana Carolina Oliveira, LOPES. O direito à moradia e o protagonismo das mulheres em ocupações urbanas. **Revista Gênero e Direito**, 2014.

SILVA, Natalino N. Prefácio. In: OLIVEIRA, Heli Sabino de, SIMÃO, Jalmiris Regina O.A **Educação Popular Interroga a EJA-de Angicos a Contagem**. Belo Horizonte. Editora Sarere, 2023.

SOUZA, Mariane da Silva, COSTA, Lídia Aparecida da Silva, SOUSA, Lídia Nataly Santos. Educação Popular Negra: leituras na chave da educação popular e heranças para a educação de jovens e adultos. In: OLIVEIRA, Heli Sabino de, SIMÃO, Jalmiris Regina O.A **Educação Popular Interroga a EJA-de Angicos a Contagem**. Belo Horizonte. Editora Sarere, 2023.

SOUZA, Joseane de. **A expansão urbana de Belo Horizonte e da Região Metropolitana de Belo Horizonte**: o caso específico do município de Ribeirão das Neves. Tese (Doutorado em Demografia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/AMSA-7FNJKN/1/tese_joseane_2008.pdf>. Acesso em: 05 fev.2023

VALÉRIO, Mércia Patrício Gregório. **O espaço sociocultural e sua contribuição para o conhecimento histórico nos anos iniciais do ensino fundamental: um estudo de caso de uma escola situada na periferia de Belo Horizonte**. Tese de Mestrado. Faculdade de Educação. UFMG. Belo Horizonte, 2022.

VIEIRA JUNIOR, Itamar. **Torto Arado**. 1a Reimpr. São Paulo: Todavia, 2019.

CADERNO PEDAGÓGICO

SEQUÊNCIA DIDÁTICA



Fonte: Site Favela É Isso A – Vista Parcial Conjunto Mariquinhas

O CONJUNTO MARIQUINHAS E SUAS MEMÓRIAS: NARRATIVAS DE MULHERES EM DIÁLOGO COM A EJA

SUMÁRIO



Vista Parcial Conjunto Mariquinhas-

APRESENTAÇÃO

1 MÉMORIA E TERRITÓRIO

- 1.1 Memória
- 1.2 Racismo ambiental
- 1.3 Sensibilização
- 1.4 Você já ouviu falar em racismo ambiental?

2 COMUNIDADE EM MOVIMENTO

- 2.1 Serviços essenciais e saúde
- 2.2 Movimentos sociais
- 2.2 No Brasil
- 2.3 Roda de Conversa
- 2.4 Oficina

3 MULHERES E RESISTÊNCIA

- 3.1 As mulheres movimentam e transformam a sociedade
- 3.2 A ocupação da Fazenda Marzagânia
- 3.3 Mulheres e a igualdade de direitos

3.4 Por que 8 de março é o Dia Internacional da Mulher? A história do dia 8 de março

3.5 Casa de apoio às mulheres vítimas de violência é inaugurada em BH

3.6 Atividade em grupo

4 DIREITO À MORADIA

4.1 Um pouco de memória: belo horizonte uma capital segregadora

4.2 A regional Norte e suas realidades

4.3 A conquista do conjunto mariquinhas

4.4 Momento preparatório

4.4.1- Leia a citação a seguir.

4.4.2 Explore a oralidade por meio da análise das fotos. Em seguida, estimule os alunos a responder às perguntas que seguem.

4.4.3 Agora você vai construir sua colcha de retalhos, através da escrita ou do desenho. Você também pode construir sua colcha, oralmente, se quiser.

APRESENTAÇÃO

O caderno pedagógico nasceu como resultado das muitas experiências pedagógicas que alimentaram a minha formação profissional em diferentes espaços educativos em regiões periféricas da capital mineira. Além da militância em movimentos sociais, sou professora do ensino fundamental, licenciada em História e Pedagogia, sempre lecionei na rede pública e em bairros oriundos de coletivos de mulheres na Região metropolitana de Belo Horizonte.

Neste trajeto entre o meu ir e vir nas cidades de Belo Horizonte e Contagem, poucas foram as situações em que pude presenciar o registro documental do protagonismo de mulheres em movimentos reivindicatórios por direitos sociais. Apesar das inúmeras conquistas no campo dos direitos sociais, na história do espraiamento da capital mineira, pouco se falou da participação das mulheres.

O caderno pedagógico da EJA, sugere pensar no direito à cidade sob olhar das narrativas de mulheres simples, como as artesãs, as ambulantes, as religiosas, as mães de terreiros, as benzedoras, trabalhadoras e desempregadas, figuras femininas que circulam e movem a vida comunitária em busca de direitos sociais nos centros urbanos.

As narrativas das mulheres do Conjunto Mariquinhas, inspira a elaborar e compreender conteúdos pedagógicos, pelo viés da vida. As falas, as vivências, os relatos da coletividade em busca do direito à moradia e bens necessários para a sobrevivência, que se constituem como sugestões de atividades que manifestam experiências do cotidiano enquanto elementos fundamentais para a construção dos saberes.

As atividades tratam de buscar a construção de aprendizados respeitando os coletivos que compõem o interior de nossas escolas, suas experiências e vivências. São eles que enriquecem e dão vida aos nossos currículos.

É com muita satisfação e alegria, poder compartilhar com estudantes e professores as narrativas de luta pela educação e moradia lideradas pelas mulheres que fundaram o Conjunto Mariquinhas. Boa leitura!

Caderno Pedagógico: O Conjunto Mariquinhas e suas memórias

O que importa ao se ajudar o homem é ‘ajudá-lo a ajudar-se’. É promovê-lo. Fazê-lo agente de sua recuperação. É, repitamos: pô-la numa postura conscientemente crítica diante de seus problemas e dos problemas de sua comunidade. (Paulo Freire, 1967, p.63)

1 MEMÓRIA E TERRITÓRIO

Quando nós chegamos aqui na Fazenda Mariquinhas, nós tivemos que limpar tudo. Porque era mato para todos os lados. Eu sei que nós limpamos, e cada um fez a sua barraca. Então, o prefeito falou: a gente vai fazer uns banheiros coletivos, com tanques com água. Vamos colocar água lá nos banheiros para evitar bagunça. (Entrevista Irene 14/04/23)

O texto acima, faz parte de fragmentos da memória de Irene⁴¹, mulher que participou da fundação do Conjunto Mariquinhas localizado na Regional Norte de Belo Horizonte.

Figura 1- Conjunto Mariquinhas



Fonte: Site Favela É Isso Aí

1.1 Memória

A vida das pessoas faz parte de uma história mais geral e a memória, embora individual, está ancorada em referências sociais, na memória compartilhada ou coletiva, que envolve as lembranças individuais, mas não se confunde com elas. (SILVA; LIMA, 2021, p.16)

⁴¹ Irene é um pseudônimo utilizado em uma líder comunitária que participou da fundação do Conjunto Mariquinhas

1.2 Racismo ambiental

O racismo ambiental é um termo utilizado para se referir ao processo de discriminação que populações periféricas ou compostas de minorias étnicas sofrem através da degradação ambiental (Fonte Jornal da USP em 09 dez .2021).

A nossa memória histórica faz parte de uma construção social que envolve interesses econômicos, políticos e sociais. Através da memória podemos compreender processos de luta por direitos sociais como moradia, saúde, e os recursos de infraestrutura que caracterizam cada território.

Os vestígios do passado nos ajudam a entender as demandas dos lugares que vivemos.

Figura 2- Campo de futebol no Conjunto Mariquinhas



Fonte: Site Favela É Isso Aí

1.3 Sensibilização

Em aulas anteriores, mobilize os alunos para trazerem à escola fotos dos bairros em diferentes épocas. Disponibilize em sala de aula as fotos do bairro para a visualização de todos. Instigue os alunos a analisarem as características das construções, a forma como as ruas e as calçadas se apresentam e se existem áreas de lazer e espaços públicos. Em seguida, em coletivo,

solicite o relato oral e questione sobre as observações, à medida que eles forem relatando faça uma lista com as características do bairro.

Caderno Pedagógico: O Conjunto Mariquinhas e suas memórias¶¶

1.4 Você já ouviu falar em racismo ambiental?

Em uma roda reúna os estudantes e converse sobre as seguintes questões: Você conhece a história da fundação do seu bairro? Quando se originou? Quanto tempo você reside no bairro? Em sua comunidade, existem equipamentos básicos de infraestrutura, como saneamento básico, asfalto, água encanada, iluminação pública para todos? Existe também um espaço destinado a parques, praças ou até mesmo área com nascentes e reservas ou preservação ambiental?

2 COMUNIDADE EM MOVIMENTO

2.1 Serviços essenciais e saúde

A ampliação nos serviços de saneamento básico pode ajudar a prevenir muitas doenças. Os movimentos comunitários podem auxiliar no acesso à água tratada e coleta de esgoto. A participação nas políticas públicas é o instrumento legal para reivindicar direitos sociais. O fato de viver em uma comunidade, compõe a sua história. Cuidar das comunidades é um dever dos órgãos públicos.

No outro dia levantamos, fomos olhar o lugar, muito bonito o lugar. Quando chovia, o córrego enchia, a água entrava lá dentro das nossas barracas, só faltava levar nós também, molhava tudo, era aquele transtorno, aquele desespero, mas nós ali, firme. Nós estávamos com problema de água. Porque nós não sabíamos, como que iríamos arrumar água para cozinhar, beber, tomar banho. Então, arrumamos um bocado de homem e enfiamos para dentro do mato. Eu disse: A gente vai achar água, aqui, porque se tem esse córrego, deve ter alguma mina por aqui...E nós encontramos uma mina, com aquela água descendo, aquela coisa mais linda. Então, nós arrumamos tudo bonitinho, nós tomamos banho, nós pegávamos água para cozinhar...para beber. Era limpinho, tudo arrumadinho, para não contaminar. E lá na Marzagânia nós também não ficava quieto não, nós íamos para a cidade em passeata. Reivindicar o que nós estávamos querendo, nossas casas. (Entrevista Irene 14/04/23)

Figura 3- A Ocupação da Fazenda Marzagânia



Fonte: Arquivo particular moradora do Conjunto Mariquinhas

O relato e a imagem acima referem-se ao movimento de ocupação pela moradia que originou o Conjunto Mariquinhas em sua passagem pela Fazenda Marzagânia.

2.2 Os movimentos sociais

Os movimentos sociais são ações coletivas mantidas por grupos organizados da sociedade que visam lutar por alguma causa social. Em geral, o grito levantado pelos movimentos sociais representa a voz de pessoas excluídas do processo democrático, que buscam ocupar os espaços de direito na sociedade.

Os movimentos sociais são de extrema importância para a formação de uma sociedade democrática ao tentarem possibilitar a inserção de cada vez mais pessoas na sociedade de direitos. Os primeiros movimentos sociais visavam resolver os problemas de classes sociais e políticos, como a ampliação do direito ao voto. Hoje, os movimentos sociais baseiam-se, em grande parte, nas pautas identitárias que representam categorias como gênero, raça e orientação sexual.

2.3 No Brasil

Um exemplo de localidade da luta social ocorre no Brasil com movimentos como o **MTST** (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto) e **MST** (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, conhecido como Movimento dos Sem-Terra). O Brasil é um país que, ao contrário dos países desenvolvidos, nunca produziu uma eficaz reforma agrária.

O número de pessoas que não têm acesso à terra para o trabalho rural ou não têm o seu direito à moradia garantido é gigantesco, o que torna a pauta desses movimentos uma questão emergente por aqui. Nesse sentido, tendo em vista as demandas específicas de nosso país, criaram-se movimentos organizados para lutar-se pelas demandas que nosso povo enfrenta."

"É impossível estabelecer uma fórmula única de funcionamento dos movimentos sociais, visto que eles são diversos, defendem pautas distintas e têm diferentes demandas de acordo com a sua localidade geográfica e seu tempo histórico. No entanto, algumas características podem ser elencadas como modos comuns de funcionamento deles"

Exemplos de movimentos sociais:

- Movimento dos trabalhadores rurais sem-terra;
- Movimentos feministas;

- Movimentos antirracistas;

Caderno Pedagógico: O Conjunto Mariquinhas e suas memórias¶

- Movimentos ambientalistas (como o WWF e o Greenpeace);
- Movimentos de união de comunidades e periferia, como o Nós do Morro — que luta contra o racismo, a desigualdade social e a exclusão dos moradores de periferias.;
- Movimentos de luta contra a homofobia e a transfobia, como o movimento LGBTQ+.

(Fragmentos de Textos de Francisco Porfírio- Brasil Escola)

A foto a seguir refere-se à reunião do movimento de ocupação pela moradia durante a ocupação da Fazenda Marzagânia em Sabará.

Figura 4- Organização do Movimento de Ocupação/ Fazenda Marzagânia



Fonte: Arquivo particular de moradora do Conjunto Mariquinhas

Figura 5- Racismo ambiental

Saneamento básico

Quatro em cada dez municípios não têm serviço de esgoto no país

Editoria: **Estatísticas Sociais** | UBERLÂNDIA CABRAL | Arte: BRISA GIL e HELENA PONTES

22/07/2020 10h00 | Atualizado em 23/08/2021 14h33

Facebook Twitter WhatsApp Print

DESTAQUES

- Cerca de 39,7% dos municípios brasileiros não tinham serviço de esgotamento sanitário; no Norte, somente 16,2% dos municípios contavam com esse serviço.
- Apenas em 11 das 27 unidades da federação, mais da metade dos municípios possuíam rede coletora de esgoto.
- Eram 34,1 milhões de domicílios sem serviço de esgotamento sanitário no país, sendo 13,6 milhões no Nordeste.

RELEASES RELACIONADOS

MUNIC 2017: Menos da metade (44,7%) dos municípios com rede de abastecimento de água tem lei de proteção a mananciais 22/07/2020

PNSB 2017: Abastecimento de água atinge 99,6% dos municípios, mas esgoto chega a apenas 60,3% 22/07/2020

ÁUDIOS

Podcast Vânia Pacheco, Gerente de Estudos e Pesquisas Sociais da Coordenação de População e Indicadores Sociais

Fonte: IBGE 23/08/21

2.4 Roda de conversa

Incentive a conversa entre os estudantes e explore os serviços locais de saúde e saneamento. Faça questionamento acerca da distribuição de água no lugar onde moram? Há sistema de esgoto para todos? Os postos de saúde ou hospitais públicos atendem de forma eficiente à população? Converse sobre as condições de higiene e saúde do lugar onde vivem. Pergunte sobre a atuação do CRAS e a Associação Comunitária do Bairro. Como tem sido a atuação dos moradores em entidades comunitárias? Interrogue as maneiras utilizadas para reivindicar seus direitos?

2.5 Oficina

Em grupo faça uma lista dos serviços que os estudantes avaliam como insuficiente para atender às necessidades da comunidade e reflitam sobre uma maneira de reivindicar melhorias para eles. Incentive-os a convidar e mobilizar para a discussão dessas necessidades com as lideranças comunitárias e moradores do bairro em uma roda de conversa na escola. Produza um texto coletivo em formato de documento ofício para reivindicar aos órgãos públicos das melhorias fundamentais para a comunidade. Elabore cartazes e disponibilize nos espaços

públicos a fim de chamar a atenção das autoridades e setores responsáveis para dialogar com a comunidade.

3 MULHERES E RESISTÊNCIA

3.1 As mulheres movimentam e transformam a sociedade

[...]os donos daqueles grupos, eles nos ajudaram muito. Eles não deixavam a gente ficar... assim triste. Lá, nós recebíamos comida e lanche. Nem sei quem fornecia, só sei que nós recebíamos a comida. Eram muitas barracas, e ficávamos lá um bocado de mulher nas barracas, ...” tinha várias barracas. Cada tribo ficava em uma barraca”. (Anita depoimento em 15/04/2023)

O depoimento de Anita, faz parte da memória do coletivo de mulheres que ocuparam o pátio da Igreja São José na região central de Belo Horizonte e empreenderam a luta por direitos sociais durante a construção do Conjunto Mariquinhas.

Figura 6- Conjunto Mariquinhas



Fonte: Arquivo particular moradora do Conjunto Mariquinhas

3.2 A ocupação da Fazenda Marzagânia

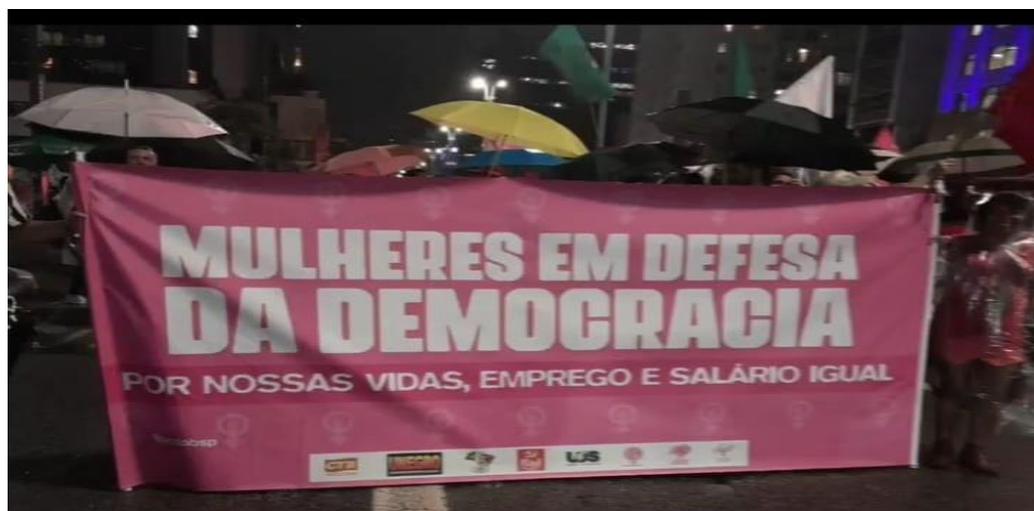
A imagem acima refere-se à ocupação da Fazenda Marzagânia, em Sabará, uma das etapas que representa a luta das mulheres pela construção do Conjunto Mariquinhas, na

Regional Norte de Belo Horizonte, no início da década de 1990. As mulheres tiveram um papel ativo na reivindicação do direito à moradia, transporte público, saneamento básico e, sobretudo, educação. As mulheres que ocuparam o Conjunto Mariquinhas participaram do processo de expansão da capital mineira e estimularam o direito à educação de pessoas adultas. O movimento de ocupação do Conjunto Mariquinhas representa a luta de mulheres negras por justiça social e dignidade humana.

3.3 Mulheres e a igualdade de direitos

A Constituição Federal do Brasil (BRASIL, 1988) declarou direitos iguais para homens e mulheres. No entanto, as mulheres ainda sofrem diariamente com a discriminação e a violência.

Figura 7- Mulheres em defesa de democracia



Fonte: Site da Confederação das Mulheres do Brasil

3.4 Por que 8 de março é o Dia Internacional da Mulher? A história do dia 8 de março

As histórias que remetem à criação do Dia Internacional da Mulher alimentam o imaginário de que a data teria surgido a partir de um incêndio em uma fábrica têxtil de Nova York em 1911, quando cerca de 130 operárias morreram carbonizadas. [...]

“O 8 de março deve ser visto como um momento de mobilização para a conquista de direitos e para discutir as discriminações e violências morais, físicas e sexuais ainda sofridas pelas mulheres, impedindo que retrocessos ameacem o que já foi alcançado em diversos países”, explica a professora Maria Célia Orato Selem, mestre em Estudos Feministas pela Universidade de Brasília e doutoranda em História Cultural pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

No Brasil, as movimentações em prol dos direitos das mulheres surgiram em meio aos grupos anarquistas no início do século 20, que buscavam, assim como nos demais países, melhores condições de trabalho e qualidade de vida.

A luta feminina ganhou força com o movimento das sufragistas, nas décadas de 1920 e 1930, que conseguiram o direito ao voto em 1932, na Constituição promulgada por Getúlio Vargas.

A partir dos anos 1970, emergiram no país organizações que passaram a incluir na pauta das discussões a igualdade de gêneros, a sexualidade e a saúde da mulher. [...]

Fonte: Texto Nova Escola em 06/03/23.

Figura 8- Direitos e dignidade das Mulheres



Dados da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher demonstram que, no ano de 2021, Minas Gerais registrou mais de 130 mil ocorrências de violência contra as mulheres – Foto: Reprodução/Governo CE

3.5 Casa de apoio às mulheres vítimas de violência é inaugurada em BH

Belo Horizonte agora tem uma casa de apoio às mulheres vítimas de violência. A Casa da Mulher Mineira foi inaugurada no dia 30 de março pela Polícia Civil de Minas Gerais (PCMG). Localizado na Avenida Augusto de Lima, 1.845, no bairro Barro Preto, o espaço tem o objetivo de atender mulheres vítimas de violência doméstica, familiar ou sexual.

Fonte: Brasil de Fato 07/04/2022

Figura 9- Educação



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais.

1-Pense nos indicadores do nível de estudos das mulheres brasileiras. As mulheres são mais escolarizadas do que os homens. Diante desse avanço pense em possíveis implicações que impedem o avanço no mercado de trabalho e no cenário político. Nas últimas eleições você se lembra quais mulheres se candidataram? Dessas candidatas quais foram eleitas?

Figura 10- O Brasil que queremos



Fonte: Site da Confederação das Mulheres do Brasil

3.6 Atividade em grupo

Separe a turma em grupos. Faça uma lista das lideranças mulheres que fizeram parte do contexto social da turma/ da comunidade. Em seguida solicite ao grupo que faça um breve registro do histórico da atuação política da liderança escolhida. Para finalizar cada grupo deverá apresentar para a turma o perfil da liderança e justificar os motivos das suas escolhas.

Quadro 1- Dicas Momento Deleite/ Filmes/ Documentários
<ul style="list-style-type: none"> • Anriet • A mulher rei • Olga • Documentário Torre das Donzelas • My Name Is Now, Elza Soares • <https://memorialdaresistencia.org.br/exposicao/memorias-do-futuro/>

4 DIREITO À MORADIA

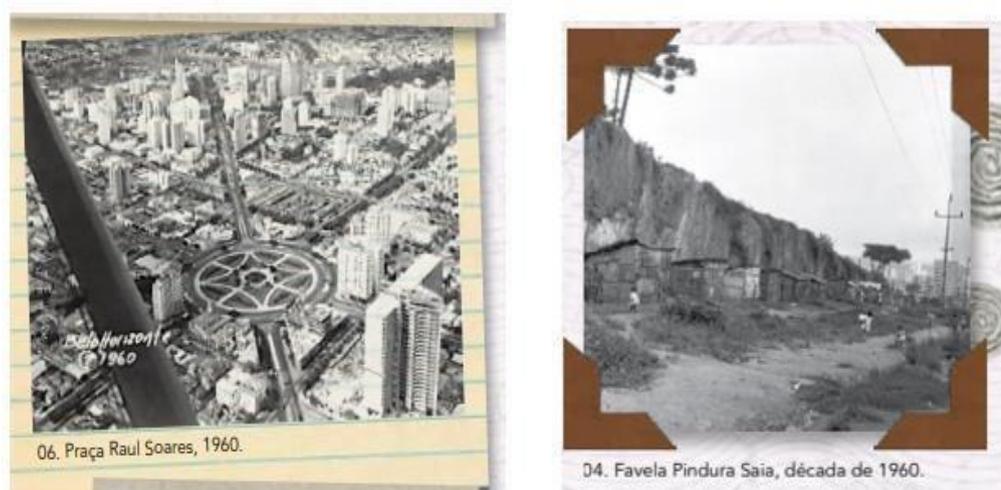
4.1 Um pouco de memória: Belo Horizonte uma capital segregadora

A inauguração da moderna Belo Horizonte ocorreu em 12 de dezembro de 1897, a comissão construtora, encarregada de defender a modernidade, desprezou o expressivo desenvolvimento econômico como também as condições sociais da população que morava no Curral Del Rey. Com isso, para a construção da cidade, houve, por parte dos republicanos, a preocupação e o compromisso em apagar os vestígios que lembrassem o antigo arraial.

A cidade de Belo Horizonte, seguiu uma topografia excepcionalmente, que priorizou a higiene sanitária e a arborização. A cidade foi dividida em três principais zonas: área central urbana, área suburbana e a área rural. Na área central concentrou os serviços de infraestrutura, saneamento, transporte, segurança pública, hospitais, prédios públicos e o comércio. As demais regiões, como a área suburbana e as colônias agrícolas, foram destinadas a concentrar e acumular a circulação de pessoas mais pobres como também em residir e fornecer a mão de obra de trabalhadores responsáveis por abastecer a cidade.

Assim, como consequência da estratificação social e espacial a cidade moderna de Belo Horizonte, cresce com a falta de políticas sociais para oferecer à população condições para a aquisição de moradias e demais recursos de sobrevivência como saúde e educação, colaborando na segregação dos sujeitos em regiões periferizadas.

Figura 11- Praça Raul Soares e Favela Pindura Saia (1960)



Fonte: Site da PBH/Centro sul

4.2 A regional Norte e suas realidades

A ocupação da Região Norte foi gradativa. Começou por volta de 1930 em áreas públicas que hoje são representadas pelos bairros Primeiro de Maio e São Bernardo. O bairro Primeiro de Maio ocupava áreas de antigas fazendas do início do século XX, que posteriormente dariam origem a outros povoados.

Antes da instalação do Matadouro Municipal, em 1937, um dos mais importantes era o povoado do Onça, onde hoje se localiza o bairro Aarão Reis, à margem esquerda do ribeirão de mesmo nome. A partir de 1930, intensificou-se a ocupação, devido ao grande crescimento demográfico da cidade, que se expandiu para além dos limites da Avenida do Contorno. Em 1937, foi inaugurado o Matadouro Municipal, o que levou a um novo parcelamento do solo mais próximo à configuração atual.

Fonte: Site da PBH/Norte completo.

4.3 A conquista do Conjunto Mariquinhas

Atualmente a regional é composta de 42 bairros, entre eles está localizado o Conjunto Mariquinhas, bairro oriundo de uns movimentos comunitários liderado de forma expressiva por mulheres negras empobrecidas que reivindicaram no início dos anos de 1990, o direito à moradia.

Eu sou Irene, eu participei do movimento pela moradia, junto a outras pessoas que tinham vontade de ter suas casinhas. Então em cada bairro tinha uma reunião, e tinha o coordenador daquela reunião para o movimento dos sem casa. Eu nessa época morava no São João Batista⁴² e comecei a frequentar essa reunião da Dona Inês. Eu pagava aluguel. Eu paguei aluguel, quarenta anos sofridos. Porque aluguel, como se diz: você paga por uma coisa que não é seu. Mais tarde não é da gente. Minha vizinha falou comigo, Irene vamos frequentar a reunião? É a reunião da Dona Inês⁴³, é lá próximo ao bairro São Benedito. Você vai mudar para lá mesmo. Eu já ia mudar para o São Benedito, porque o aluguel estava caro, então eu mudei, porque eu achei um barracão mais barato no São Benedito. (Irene entrevista 14/04/23)

Oh... lá na Marzagânia foi um pouco melhor, porque a gente fez as barracas da gente, separadas. Carregava água na cabeça. Era uma mata, mas foi melhor! Eu me senti normal, estava em uma luta boa, com pensamentos positivos... que eu ia conseguir a

⁴² O bairro São João Batista fica localizado na regional Venda Nova, em Belo Horizonte.

⁴³ Inês Alckmin, foi presidenta do Clube de Mães Libertação, associação feminina do bairro Jaqueline que estava na condução da luta pela moradia em Belo Horizonte.

Caderno Pedagógico: O Conjunto Mariquinhas e suas memórias

casa, que eu ia criar meus filhos num lugar...apesar de ter muita discriminação. O pessoal do bairro chamava a gente de favelado, essas coisas assim. Mas eu nem ligava não. (Entrevista Rosinha 15/04/23)

Quando nós chegamos aqui, no Mariquinhas, nós limpamos tudo, e cada um fez a sua barraca. O prefeito falou: a gente vai fazer banheiros, tanques com água. O pessoal do bairro Etelvina Carneiro, foi comunicado que ia chegar o povo do assentamento. Só que, quando a gente chegou aqui...quando os caminhões foram chegando, encheu de polícia. Achou que nós éramos bandalheiras. Que íamos fazer bagunça. Então nós mostramos o papel que o prefeito deu, mostramos para o chefão que nós não estávamos ali de peito aberto, com ordem do prefeito. Aqui, nós sofremos muito. A gente entrava no armazém, para poder comprar as coisas para a gente comer e entrava um polícia atrás vigiando, éramos vigiados. (Entrevista Irene 14/04/23)

Figura 12-Movimento de Moradia



Fonte: Arquivo particular moradora do Conjunto Mariquinhas

A foto representa o Movimento de moradia durante a ocupação na Fazenda Marzagânia em Sabará

As famílias que construíram o Conjunto Mariquinhas, viveram durante os dois primeiros anos, debaixo de lonas. As construções de moradias de alvenaria iniciaram apenas no ano de 1993, através de convênio firmado entre o Governo estadual e a Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais- COHAB por parte da política municipal de incentivo para compra de material de construção. Assim, algumas famílias saem do imprevisto da moradia em barracas de lonas e começam a construção definitiva de casa de alvenaria.

4.4 Momento preparatório

4.4.1- Leia a citação a seguir.

[...] “periferia” não se trata apenas de uma palavra usada para designar espaços de moradias das camadas populares, nem tampouco uma noção criada para designar locais distantes dos centros urbanos [...] (OLIVEIRA, 2019, p.6).

Para iniciar a aula, se possível mostrar fotos dos diferentes territórios que fizeram parte do movimento de ocupação para construção do Conjunto Mariquinhas. Comente a respeito da origem das fotos. Pergunte aos alunos se eles conhecem a história da construção do Conjunto Mariquinhas. Fale da importância de valorizar a memória do bairro.

Imagem 13- Casas



Imagem 14- Vista panorâmica



Fonte: Site Favela É Isso Ai

Imagem 15- Mulheres bordadeiras



Fonte: Arquivo particular moradora do Conjunto Mariquinhas

Imagem 16- Memórias em Bordados I



Imagem 17- Memórias em Bordados II



Fonte: livro Escrituras bordadas

4.5 Explore a oralidade por meio da análise das fotos. Em seguida, estimule os alunos a responder às perguntas que seguem.

- Observe as fotos? Que classe social você consegue enxergar nestas imagens?
- O que levou a esta conclusão?
- Quando e onde você imagina que se passa este acontecimento? Justifique
- Nas Primeiras Imagens, percebemos que há moradias construídas em situações precárias. Você tem casa própria ou paga aluguel? No Brasil, quais fatores colaboram para combater essa condição social?
- Você concorda com os movimentos sociais que reivindicam a moradia para todos? Já participou de algum movimento destinado à moradia popular? Justifique sua resposta.
- A colcha de retalhos foi construída por 12 mulheres para recontar as memórias do Conjunto Mariquinhas. Aqui falamos sobre as desigualdades sociais, sobre a dívida que o Governo Brasileiro tem com as pessoas empobrecidas?

Caderno Pedagógico: O Conjunto Mariquinhas e suas memórias¶¶

G) Quando a oficina de bordado foi apresentada iniciou-se a ideia do artesanato como fio condutor, para buscar memórias afetivas ligadas às experiências passadas que conduziram ao presente? Você considera essa experiência positiva? Justifique?

H) Ao começar o bordado, pense em como foi a experiência emocional de estar bordando memórias que transcendem o imaginário?

I) Hoje como o bordado de memórias pode ajudar os jovens da comunidade Mariquinhas? Uma vez que muitos do bordado memórias das bordadeiras.

4.4.3 Agora você vai construir sua colcha de retalhos, através da escrita ou do desenho. Você também pode construir sua colcha, oralmente, se quiser.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA IBGE. **Quatro em cada dez municípios não têm serviço de esgoto no país.** Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/28326-quatro-em-cada-dez-municipios-nao-tem-servico-de-esgoto-n>>. Acesso realizado em: 01 dez. 2023.
- CARVALHO, Jonas. NADAL, Paula. Por que 8 de março é o Dia Internacional da Mulher? **Nova Escola**, 2023. Disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/301/por-que-8-de-marco-e-o-dia-internacional-da-mulher>>. Acesso em: 01 dez 2023.
- CRAVEIRO, Flávia. **Escrituras bordadas.** Belo Horizonte. 2009.
- CONFEDERAÇÃO DAS MULHERES NO BRASIL. **Home.** Disponível em: <https://www.instagram.com/cmb_conf_mulheres_brasil/>. Acesso em: 01 dez. 2023.
- FARIAS, Joelma Oliveira. CARVALHO, Maria de Fatima Pereira. **Relações de gênero na educação de jovens e adultos: o que dizem estudos e pesquisas?** Bahia, 2023.
- FREIRE, Paulo. **Educação como prática para a liberdade.** Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1967
- FUENTES, Patrick. Racismo ambiental é uma realidade que atinge populações vulnerabilizadas. **Jornal da USP.** Disponível em: <<https://jornal.usp.br/atualidades/racismo-ambiental-e-uma-realidade-que-atinge-populacoes-vulnerabilizadas/>>. Publicado em: 09 dez. 2021. Acesso em: 04 nov. 2023
- MUNANGA, Kabengele. As Ambiguidades do Racismo à Brasileira. In: KON, N., SILVA, M., ABUD, C. O Racismo e o Negro no Brasil: **Questões para Psicanálise.** São Paulo: Perspectivas, 2017
- NADAL, Paula. **Por que o 8 de março é o Dia Internacional da Mulher.** Nova Escola. 06 mar. 2023
- PORFIRIO, Francisco. Movimentos sociais. **Brasil Escola.** Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/movimentos-sociais-breve-definicao.htm>>. Acesso em 25 out. 2023.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. Secretaria Municipal de Educação. **Lendo e escrevendo as palavras, lendo e escrevendo o mundo:** conhecimentos essenciais para alfabetização de jovens e adultos na Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte. Belo Horizonte: SMED, 2021. 9 v ISBN 978-65-993822-8-4 (Coleção). Disponível em: <<https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/educacao/2022/documento-orientador-lendo-escrevendo-palavras-mundo.pdf>>. Acesso em: 03 jun. 2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. **Estrutura de Governo**. Disponível em: <<https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-d-governo/cultura/NorteCompleto.pdf>>. Acesso realizado em: 03 jun. 2023.

SILVA, Natalino N. da. Educação Popular Negra: breves notas de um conceito. **Educação em Perspectiva**, Viçosa, MG, v. 11, p.6, 2020.

VASCONCELOS, Ana Carolina. **Brasil de Fato**. Casa de apoio às mulheres vítimas de violência é inaugurada em BH. Disponível em:

<<https://www.brasildefatomg.com.br/2022/04/07/casa-de-apoio-as-mulheres-vitimas-de-violencia-e-inaugurada-em-bh>>. Acesso em: 01 dez. 2023.

VIANNA, Cláudia Pereira, UNBEHAUM, Sandra. O Gênero Nas Políticas Públicas de Educação no Brasil:1988-2002. **Cadernos de Pesquisa**, v. 34, n. 121, jan. /abr. 2004.